Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME II

1975

ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
1976

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME II

1975

ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fevereiro de 1976

14 DE FEVEREIRO DE 1975

IMPROVISO EM CAXIAS DO SUL, APÓS ALMOÇO OFERECIDO NA FESTA DA UVA.

Senhoras e senhores:

Não lhes trouxe um discurso, não escrevi nada, não me preparei, inclusive porque o protocolo não me alertou que devia falar neste almoço. Assim nada tenho à mão para falar dos italianos que construíram Caxias e esta região da encosta da serra do Rio Grande, falar do trabalho diário, que aqui se desenvolve, dos problemas que se vivem; das horas alegres, das dificuldades, dos êxitos e, sobretudo, da esplêndida vida comunitária que aqui se desenvolve. Embora não tenha nada preparado, isto talvez constitua, no fundo, um proveito: serei mais sóbrio, cansarei menos e falarei mais com o coração. Toda vez que se cogita em Brasília de uma viagem do Presidente da República, são tantos os problemas que se criam: um médico, sem dúvida, olhando os meus cabelos brancos, acha que vou me fatigar, e que isto vai ser um mal. É o avião, são os percursos rodoviários, são as horas de atenção nas audiências.

A segurança se preocupa, porque o Presidente pode ser vítima, numa época em que o mundo vive em terrorismo. Ainda recentemente, o Presidente de uma nação foi assassinado. Então, os responsáveis pela segurança ampliam o problema, multiplicam por mil e criam muitos outros problemas.

O protocolo também é extraordinariamente complicado: quais são as precedências? Como se vai se sentar à mesa? Que vão servir, o que se vai comer? Onde, como e com quem? E eu, no fundo, embora não possa pôr de lado o simbolismo do cargo, do que representa o Presidente da República, do que ele significa para a Nação, quero viver como pessoa humana. E devo dizer que gosto destas viagens. Por um lado, porque me permitem sentir de perto certos problemas que, embora muitas vezes estejam bem colocados na frieza dos papéis que diariamente leio, quando vistos de perto, com os próprios olhos e através da palavra amiga, passam a ter uma significação mais real. E, de outro lado, é um desafogo, porque saio da rotina, saio do diário, das audiências, saio dos petitórios e venho comungar com os irmãos. É, pois, em virtude disso, muito grande minha satisfação de estar aqui hoje, não pelas homenagens que me tributaram e que, torno a dizer, não são minhas, são do Presidente da República. Mas lhes agradeço a alegria, a satisfação que a mim e aos que comigo aqui vieram me proporcionaram, com as fisionomias sorridentes, com as expressões com que nos cumularam e pelo prazer que assim nos proporcionam. Faço-o como complemento ao agradecimento pela saudação do Senhor Prefeito, mas agradeço, sobretudo, ao povo de Caxias que está aqui tão bem representado. Pela alegria que me deram hoje, muito obrigado.

20 DE FEVEREIRO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO AOS SENHORES GOVERNADORES ELEITOS.

Senhores Governadores

É com satisfação muito especial que os vejo a todos aqui reunidos em Brasília, por convocação da Presidência Nacional da ARENA, para algumas jornadas de frutuosos contatos políticos e administrativos, seja com o mais alto órgão de direção do Partido do Governo, seja com os escalões superiores da administração federal.

Certamente, a ARENA muito virá a beneficiar-se com reuniões como esta — que espero se repita no decorrer do tempo —, em proveito do melhor cumprimento da tarefa que ao Partido cabe realizar de suporte político do Poder Executivo, tanto na esfera federal como no âmbito estadual, e, mais do que isso, para que se alce e mantenha à altura de suas pesadas responsabilidades perante todo o povo brasileiro, como Partido majoritário, assim consagrado nas últimas eleições ocorridas no país, em clima de rara mobilização do eleitorado e da maior liberdade de expressão da vontade popular.

Entrosamento perfeito entre os vários órgãos da hierarquia partidária; mobilização de todos os líderes de real densidade política, desde o limiar das bases distritais e municipais; diluição de quaisquer inte-

resses personalistas ou de facções — que os não alimente o espírito dissociador do favoritismo ou das clientelas familiares — para que se crie um real «espírito de corpo» e um partido verdadeiro pela coesão, tanto na doutrina como na ação; dinamismo persistente, de todos os dias, na mobilização incansável do eleitorado e no recrutamento e formação de lideranças sempre renovadas dentre as gerações mais jovens — eis quanto se espera de um Partido que sente a necessidade inadiável de afirmar-se e de crescer. Grande, decisivo mesmo, será o papel que caberá aos senhores novos Governadores, na recriação de estruturas partidárias seriamente abaladas por cisões e traumatismos ainda recentes. Impõe-se-lhes apaziguar divergências, somar dedicações, premiar esforços, combater o desânimo que facilmente contagia, levando à apatia e à inércia, e injetar o entusiasmo sadio que empolga e estimula as virtudes cívicas, para uma arregimentação partidária consciente de seus deveres de fidelidade à agremiação e de superior devotamento aos interesses supremos da Pátria.

Mas disso tudo, dessas altas responsabilidades que lhes foram cometidas, Senhores Governadores, já lhes devem ter falado exaustivamente — assim o espero — os atuais titulares dos postos mais elevados da direção nacional do Partido.

Desejo, pois, aproveitar esta oportunidade ímpar da cordial visita coletiva que me fazem, para referir-me, em particular, às normas que julgo devam prevalecer no relacionamento entre Governos da

União e dos Estados, nesta quadra ainda tão áspera da vida nacional.

O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos Estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do municipalismo criador. Não se conseguiria, entretanto, esgotar, nessa fórmula, necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de equilíbrio continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Viana, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem a eterna oscilação entre esses dois polos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica, que tem balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do fator «circulação» através de base física tão imensa. No Brasil de hoje, interferem extraordinariamente nesse processo a proliferação incessante de vias e meios modernos de transporte, a par da trama de feixes de comunicações eletrônicas quase instantâneas, recobrindo a maior parte do território nacional. De outro lado, chegamos, também, à era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir, daqui por diante, qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria, antes se esforce por impulsionar o desenvolvimento integrado da Nação nos campos político, psicossocial e econômico. E planejamento, na sua elaboração e em sua execução, exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de

controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate.

Assim, temperado embora pelas potencialidades muito acrescidas que lhe oferecem os modernos sistemas de comunicações e transportes, encurtando distâncias e salvando obstáculos, o Brasil de nossos dias ingressou, já se vão muitos anos, num período de supremacia indiscutível da centralização sobre a descentralização, modulando em tal sentido os conceitos, nem por isso traídos, do federalismo e da autonomia estadual.

Temos sabido, graças a Deus e à flexibilidade que Ele concedeu à nossa gente, adaptar-nos agilmente, desde os remotos tempos coloniais e passando pelo Império e a 1ª República, a essa permanente oscilação entre centralização e descentralização que tão bem caracteriza a evolução do povo brasileiro. No ciclo atual em que estamos insertos, foram se criando organizações intermediárias, algumas não de todo estruturadas ainda, entre a União e os Estados como as Superintendências regionais, entre os Estados e Municípios como as Regiões Metropolitanas. E o pragmatismo criador acabou fixando normas de convivência entre os vários escalões de governo que nos cumpre, dia a dia, aperfeiçoar, de modo a alcançar eficiência cada vez maior no planejamento e rendimento crescente da execução e seu controle.

Os Planos, Orçamentos e Programas federais estabelecem os quadros nacional ou mesmo regio-

nais em que se devem necessariamente inscrever o planejamento e as atividades dos Estados, sem quebra sensível de seu grau de autonomia. Respeitando-a conscientemente, buscarei sempre que possível recorrer, fornecendo-lhes os necessários recursos e apoio, aos instrumentos e organizações estaduais, e mesmo locais, para a concretização dos planos federais, concorrendo a União diretamente para complementá-los, se não para suprir-lhes a falta quando de todo irremediável.

Estou certo de merecer a melhor compreensão e alto espírito de cooperação por parte dos Senhores Governadores, aos quais não regatearei meu apoio nem os recursos de que disponha a União, para impulsionar o progresso do país, isto é, o de todas as suas unidades federadas em aceitável equilíbrio.

Processos vários poderão ser utilizados na articulação das atividades entre órgãos federais e estaduais, ressaltando entre eles, como já se vem largamente fazendo, o de convênios estabelecidos com maior ou menor grau de detalhamento e definição mais ou menos precisa das responsabilidades de cada qual. Empresas mistas União-Estado, até com participação de empresários privados, poderão ser solução mais adequada em certos casos. E a outros modelos de cooperação poder-se-á recorrer também.

Mais do que qualquer processualística, no entanto, valerão os esforços que despendermos conjugadamente no sentido do mais rápido e sólido desenvolvimento do país e de melhor qualidade da

vida para nosso povo, pelo que traduzam de identidade de propósitos, sinceridade de esforços e comunhão de interesses maiores, nunca egoístas nem mesquinhos.

Com a segurança de que bem haveremos de trabalhar juntos, em sintonia, para o progresso deste vasto e grande país, eu auguro, a todos os Senhores Governadores, pleno êxito nas árduas tarefas de governança que em breve irão empreender com fé e confiança nos destinos gloriosos da Nação brasileira.

1º DE MARÇO DE 1975

INTRODUÇAO DA MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, NA ABERTURA DA SESSAO LEGISLATIVA DE 1975.

Senhores Membros do Congresso Nacional

Mais que simples relatório, acima de uma árida prestação de contas e transcendendo a devida obediência a mandamento constitucional, é meu desejo fazer, desta mensagem, motivação para um exame, ao cabo do qual estejamos todos, governantes e governados, habilitados a concluir se executamos bem as tarefas que nos foram delegadas, se fizemos aquilo que a Nação, legitimamente, tinha o direito de esperar de nós neste primeiro ano de governo.

Buscarei, também, fazer aqui a projeção, a futuro próximo, dos esforços empreendidos ou planejados, no sentido de, superando dificuldades previsíveis ou eventuais, continuarmos a avançar na senda que deve objetivar sempre o máximo de bem comum.

Seja-me dado, antes do mais, perante este Corpo Legislativo renovado que ora se instaura, esboçar as linhas mestras da doutrina que inspira e continuará a balizar a orientação de meu Governo, dentro de uma filosofia política que me parece adequada à nossa terra e à nossa gente, na quadra conjuntural que vivemos no mundo, tão intranqüilo e incerto, de nossos dias.

Os Governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança — revivida síntese programática, ao sabor de modernas conceituações, do lema da bandeira nacional e que busquei quantificar na fórmula hierarquizante mais atual, de «um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável».

Daí, parecer-me justo admitir-se que este mínimo de segurança, variável no tempo e no espaço, deixará margem mais ou menos ampla às atividades, recursos e esforços que se possam consagrar ao desenvolvimento, em cada momento ou trecho da trajetória evolutiva do país, inclusive sob a ação de múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional. Difícil é, entretanto, a comparação, necessariamente simplista, entre equações de equilíbrio justo e, muito mais ainda, do equilíbrio efetivamente atingido com todos seus parâmetros pessoais e únicos, em momentos diversos da evolução histórica de um país.

A largos traços, o Governo Castello Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências, ambas imperiosas, de segurança e desenvolvimento. Costa e Silva tentou liberar o país, talvez prematuramente, das imposições restritivas da segurança e viu-se obrigado a ceder a elas, em prazo curto. Emílio Médici, com propósitos dos mais liberais embora, esteve constantemente voltado para o atendimento das necessidades impostergáveis

de manutenção da segurança interna que, contudo, não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do país — graças à inegável mestria na condução da política econômico-financeira, que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura internacional e da sucessão de safras exportáveis que otimizaram o balanço entre a produção e os preços de venda no exterior.

Não foram as mesmas, nem de longe, as perspectivas que se ofereceram a meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial, tão preocupante e quase catastrófico. Em contraposição, passaram a ser relativamente menores os imperativos do fator segurança, por mais que, como demonstram evidências ainda muito recentemente apresentadas à opinião pública nacional, os inimigos da Nação, de seus ideais democráticos, de suas aspirações de progresso, de ordem e de paz continuem ativos em sua sempre renovada e demolidora ação subversiva de térmitas incansáveis. É que o terrorismo foi dominado e contido; raras incursões, através de fronteiras desguarnecidas — inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparaó, oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá — Marabá, ao norte de Goiás e sudeste do Pará — completamente reduzidas; as organizações subversivas — sob atenta e incansável vigilância de todas as horas. Assim, meu governo, graças aos desvelados e ingentes esforços despendidos por meus antecessores no setor crítico

da segurança interna, pôde instaurar-se em ambiente mais tranqüilo de ordem, tanto aparente como real, e por isso as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos, tanto no planejamento como na execução.

E já que desenvolvimento é, hoje, o termo maior da equação estratégica nacional para o quadro em que vivemos, não me parecem ociosas considerações que melhor lhe definam o contexto, tanto mais que o superior entendimento entre Legislativo e Executivo requer plena compreensão conceitual, a salvo, pois, de quaisquer equívocos semânticos, sempre perigosos.

O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista — humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados; integral, porque não se exaure no simples desenvolvimento econômico da coletividade e do indivíduo, antes deve combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, psicossocial e econômico — do desenvolvimento do cidadão e da comunidade nacional.

Contudo, cabe não desconhecer o primado, tático ou conjuntural, ora de um, ora de outro desses diver-

sos campos do desenvolvimento sobre os demais, seja porque assim o imponham as circunstâncias internas ou condicionamentos externos, seja porque se decida concentrar esforços em um deles apenas, como solução melhor para o avanço posterior, mais rentável, do conjunto.

No governo Castello Branco, ante a derrocada econômica que ameaçava o país, o esforço principal do Estado não poderia deixar de realizar-se no campo econômico-financeiro e, muito especialmente, nessa zona híbrida da segurança econômica cujo signo maior é o combate à inflação. Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas. Costa e Silva, apesar do lema de «humanização do desenvolvimento» que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico. E Médici, apesar do primado indiscutível da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde já empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial.

Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais conseqüente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogrediu, uma vez que, na dinâmica social, a

estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos.

Ora, na doutrina humanista do desenvolvimento integrado que esposamos, o conjunto é um sistema em que se inserem os subsistemas econômico, psicossocial e político; portanto, dadas as interações e as repercussões recíprocas que atuam sempre, se o progresso em um campo ou subsistema arrasta consigo as frentes atingidas nos outros, também — e mais fortemente ainda — o atraso de um deles freará inevitavelmente o avanço de todos os demais. Nessa dinâmica, não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes.

Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas. Com isso, todavia, não se deixará de reconhecer a importância crítica do campo econômico, fortemente condicionante dos demais, pelos recursos que só ele lhes poderá oferecer, mas afirma-se a prioridade instrumental do desenvolvimento político e o primado teleológico do desenvolvimento psicossocial.

Pensar, agir, ter êxito, porém, são expressões que não se referem precisamente aos mesmos parâ-

metros e pertencem a universos distintos. Como Göethe nos disse: «Pensar é fácil; agir, difícil. Agir de acordo com as próprias idéias é o que há de mais difícil no mundo». Sobreveio o dia de inauguração de 15 de março de 1974: a situação econômico-financeira mundial agravando-se; no setor econômico interno, acumulando-se dificuldades com a inflação que ameaçava escapar a todo controle. E, assim, meu governo, desde logo e mais do que desejaria, foi absorvido pelas análises e decisões requeridas pelo campo econômico, inadiáveis, afirmando despoticamente a sua prioridade conjuntural.

A reestruturação do governo, a mobilização dos quadros de nossa complexa administração pública, a dupla elaboração orçamentária e, particularmente, o preparo do II PND — outras tantas tarefas que se impunham — assoberbaram meu governo nesta sua primeira fase, impedindo-o de dedicar toda a atenção que desejaria aos campos político e social. Creio, no entanto, haver conseguido realizar algo de importante, firmando alguns marcos decisivos para as tarefas que, agora, urge equacionar e empreender.

* * *

Ao longo deste primeiro ano, não me faltou o indispensável apoio esclarecido do Congresso Nacional, credor, por isso, dos meus melhores agradecimentos. Continuo a esperar, dos membros do Poder Legislativo, representantes partidários do povo brasileiro e dos Estados da Federação, estímulo e cooperação para levarmos a bom termo a tarefa ingente que a todos nós cumpre realizar.

As relações entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário continuaram a se processar em plena harmonia. Por proposição informal que fiz aos ilustres Ministros de nossa mais alta Corte de Justiça, está sendo empreendido, pela Presidência do Supremo Tribunal Federal, um amplo diagnóstico da situação da Justiça em nosso país, o qual deverá servir de base para a reforma judiciária que se impõe.

Com os Estados, o governo federal prosseguiu, sem solução de continuidade, nos trabalhos de conclusão do I PND, buscando sempre a conjugação de planos regionais e esforços setoriais e de área. Houve perfeito entrosamento administrativo, com a União prestando todo o apoio indispensável à obra dos governos estaduais em fim de mandato, bem como à programação dos novos governadores eleitos.

* * *

A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA adotada pelo governo tem permitido alcançar resultados francamente favoráveis.

O ano de 1974, último da execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — 1972-1974, apresentou, marcadamente, características de transição para um novo estágio, em face da plena capacidade alcançada pela indústria brasileira e da situação econômica mundial.

Os objetivos globais do I PND já haviam sido atingidos, em boa parte, no exercício de 1973, em razão principalmente de se haverem obtido taxas de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), superiores às previstas.

Setorialmente, as primeiras análises mostram resultado, em geral, satisfatório na área econômica. embora o crescimento efetivo da produção pecuária não tenha sido elevado, a despeito da expansão dos rebanhos.

No período 1970-1974, novas experiências foram tentadas com relação, principalmente, ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste. Realizou-se uma série de programas como o PIN, o PROTERRA, o PROVALE, o PRODOESTE, através dos quais se melhorou a infra-estrutura econômica e, em particular, agrícola daquelas regiões.

Num balanço dos resultados econômico-financeiros de 1974, cabe destacar:

— TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas, igual a 9,6%. Tal expansão resultou de um crescimento agrícola de 8.5%, industrial de cerca de 8,2%, do comércio de quase 11%, e dos transportes e comunicações de 16.5%.

Esse resultado excepcional mostra que, a despeito dos problemas enfrentados durante o ano, de flutuações no nível de atividades e do crescimento lento em certos ramos industriais e de alguns produtos agrícolas, a economia brasileira manteve o desempenho altamente dinâmico dos últimos anos.

Alterou-se substancialmente, em nosso favor, o hiato de taxas de crescimento entre, por exemplo, o Brasil e os países do mundo desenvolvido, em comparação com anos anteriores. Enquanto o Brasil crescia entre 10 e 11%, tais países cresciam na ordem de 6% ao ano. Em 1974, desenvolveu-se o Brasil em pouco menos de 10%, enquanto aqueles países, em conjunto, praticamente não apresentaram crescimento algum.

O país está agora com um PIB da ordem de US$ 80 bilhões (a dólares de 1973) e uma renda *per capita* próxima a US$ 800.

— A TAXA DE AUMENTO DO CUSTO DE VIDA (Guanabara), nos últimos oito meses (maio-dezembro), manteve-se na média de 1,8% ao mês. Isso representa substancial declínio em relação à média mensal do período janeiro-abril, que foi de 3,8% e, principalmente, de março-abril, situada em 4,4%.

Verifica-se, portanto, que a inflação, após a exacerbação de dois ou três meses, foi colocada sob controle. As taxas um pouco mais elevadas no fim de 74 e, possivelmente, no início deste ano devem-se, principalmente, à maior expansão monetária de dezembro já controlada, e à tradicional confluência, no começo do exercício, de alguns reajustamentos autorizados pelo Governo.

É de notar que a inflação, da ordem de 34 a 35%, foi, em grande medida, resultante da elevação de preços externos. Basta salientar o aumento experimentado internamente, em conseqüência da inflação

externa, pelos seguintes insumos de utilização generalizada: gasolina (116%), aço (47%), fertilizantes (143%). Em nenhum desses produtos se vem mantendo subsídio aos preços.

Internacionalmente, podem-se registrar, no ano findo, taxas de inflação da ordem de 13 a 25% para os Estados Unidos (dependendo do indicador, os preços por atacado devem elevar-se de 25%), 15 a 25% na Europa (com exceção da Alemanha) e 30 a 35% para o Japão.

Por outro lado, grande número de países europeus ainda mantém subsídio à energia elétrica e a outras formas de energia.

Na área de investimentos, o BNDE, em 1974, realizou financiamentos de cerca de Cr$ 21,5 bilhões (deferimentos), com aumento de 186% em comparação com 1973. No setor industrial, o CDI concedeu incentivos a projetos correspondentes ao investimento total de Cr$ 31,4 bilhões, 42% acima do ano anterior.

O balanço de pagamentos apresentou *deficit* global um pouco superior a US$ 1 bilhão. O país, no final do ano, mantinha alto nível de reservas internacionais, sendo que, nos últimos três meses, a posição das mesmas foi aproximadamente estável.

Para financiamento do elevado *deficit* em conta corrente, ocorrido em conseqüência do aumento do valor das importações de petróleo, matérias-primas e equipamentos, verificou-se entrada normal de capitais, ao longo do ano, com a seguinte discri-

minação: empréstimos e financiamentos (bruto), US$ 6.5 bilhões; investimentos diretos, US$ 900 milhões.

É relevante salientar que, num ano não favorável para nossos produtos básicos de exportação (que ainda representam 60% do total), salvo açúcar e soja, foi possível expandir as exportações em cerca de 28%.

Em síntese, no ano de 1974, a orientação adotada pelo Governo foi a de efetuar, rapidamente, todos os principais reajustamentos necessários, quer no campo da inflação, quer na adaptação da estrutura econômica brasileira à conjuntura mundial em crise.

Tendo em vista que 1974 teria de ser um ano de transição, procurou-se realizar logo as grandes mudanças indispensáveis para eliminar artificialismos que pesariam ainda mais no futuro próximo. Parte importante desses ajustamentos diz respeito à redução rápida e, em seguida, nos próximos anos, à eliminação do *deficit* de nossa balança de comércio, principalmente através de programas especiais de auto-suficiência.

NA ÁREA DOS TRANSPORTES foram aprovados um grande Plano de Construção Naval, no montante de Cr$ 25 bilhões, e um Programa de Desenvolvimento Ferroviário no valor de Cr$ 30,5 bilhões. E há um Programa Rodoviário em elaboração prevendo o emprego de Cr$ 40 bilhões. Todos eles relativos ao período 1975/79.

Estuda-se, ainda, a reformulação do sistema portuário e uma definição quanto aos transportes urbanos de massa.

No Setor Agropecuário, foram criados instrumentos de indução ao aumento da produção e da produtividade. Nesse sentido, implementaram-se o Conselho Nacional de Abastecimento, a Comissão Nacional de Coordenação da Política de Crédito Rural e a Comissão de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

A consolidação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural permitirão que o apoio direto à produção seja acompanhado de um importante processo de criação e transferência de tecnologia.

Está o Governo igualmente empenhado na consolidação e expansão do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Ampliou-se a pauta dos preços mínimos e foram modernizados seus métodos operacionais, assim como se dispensaram cuidados persistentes ao sistema de abastecimento.

Com tudo isso, o produto da agropecuária apresentou, em 1974, taxa de crescimento de 8,5%, maior, portanto, que a expansão verificada para a renda *per capita* (da ordem dos 7%).

Para a consecução desse expressivo resultado, contribuiu, de modo decisivo, o desempenho do pro-

duto das lavouras, com crescimento acima dos 12%, devido principalmente ao aumento da produção de soja (53%), café (45%), trigo (36%), laranja (22%), fumo (20%), milho (16%) e cacau (8,5%), muito superior que a redução de produção ocorrida em culturas como o amendoim — (—22%), o algodão (— 13%) e a mandioca (— 12%).

O valor das exportações dos produtos agrícolas, nos anos de 1973 e 1974, correspondeu a US$ 4,3 e US$ 4,9 bilhões, respectivamente, enquanto as exportações globais foram de US$ 6,2 e US$ 8 bilhões. Não obstante terem estas registrado um acréscimo de 28%, o valor das exportações dos produtos da agricultura teve um incremento bem inferior (15%). Tal situação decorreu de fatores adversos no mercado externo.

A produção cafeeira retornou à sua tradicional posição de destaque, em grande parte devido às condições climáticas, de modo geral, favoráveis. Produzidos 3,4 milhões de toneladas, contra 2,3 milhões em 1973, houve um acréscimo de cerca de 45% para a mesma área cultivada. O valor das exportações brasileiras de café (grão e solúvel) atingiu, no ano de 1974, US$ 1 bilhão.

A cultura de soja continuou com sua elevada expansão, alcançando a produção de 7,8 milhões de toneladas, o que representou incremento da ordem de 53% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras de soja (grãos, farelo e torta) atingiram o montante de US$ 888 milhões em 1974, contra

US$ 917 em 1973. Embora o volume físico das exportações tenha sido, em 1974, 41% superior ao de 1973 (cerca de 4,8 bilhões de toneladas, contra 3,37), observa-se um decréscimo no valor das exportações, decorrente das menores cotações do produto no mercado internacional.

Em virtude de ligeira redução no volume de produção de cana-de-açúcar em relação a 1973 (95,9 milhões de toneladas contra 99,7, ou seja, um decréscimo de 3,8%), houve uma diminuição no volume físico das exportações de açúcar (demerara e cristal), as quais, de 2,8 bilhões de toneladas em 1973, caíram para 2,25 bilhões em 1974, com redução de cerca de 20%. No entanto, em decorrência do aumento de cerca de 175% nas cotações internacionais do produto, o valor das exportações elevou-se em US$ 706 milhões, passando de US$ 553, em 1973, para US: 1.259 milhões em 1974. O produto que, em 1973, representava cerca de 9% do valor global das exportações brasileiras, alcançou quase 16% em 1974.

A produção de trigo, durante os últimos dez anos, cresceu em cerca de 20% ao ano, contra uma demanda que se expandia a 6% anuais. Tal fato significa uma queda relativa na dependência da importação do produto, que ocupava o segundo lugar na pauta brasileira. A produção de 1974 atingiu o recorde de 2,7 milhões de toneladas.

A produção de milho, nos anos de 1973 e 1974, foi de 14,9 milhões de toneladas e 17,3 milhões,

respectivamente, com um crescimento de 16%. É importante salientar que a cultura do milho acha-se disseminada por todo o território nacional, ocupando, nos últimos anos, dentre as lavouras cultivadas, a maior área, ou seja, 25% do total.

As atividades pecuárias participaram em cerca de 30% da produção agropecuária. Seus produtos (carne, leite, ovos e outros, inclusive pescados) apresentam elevados coeficientes de elasticidade-renda e têm tido dificuldade em satisfazer a uma demanda potencial crescente, dadas as elevadas taxas de crescimento alcançadas pela economia brasileira, a partir de meados da década dos sessenta.

Nos anos de 1973 e 1974, o rebanho bovino brasileiro foi de 85,2 e 87,6 milhões de cabeças, respectivamente. A taxa de crescimento, nos anos considerados, foi da ordem de 2,8%.

A avicultura brasileira transformou-se, nas duas últimas décadas, numa atividade empresarial, evoluindo para a exploração em escala comercial. Atualmente, participa com cerca de 20% no valor da produção pecuária. O Brasil já possui um dos maiores plantéis avícolas do mundo, ultrapassando 335 milhões de galináceos, em 1973, e 350 milhões, em 1974.

Relativamente à INDÚSTRIA E COMÉRCIO, cabe mencionar que nossa política de desenvolvimento industrial sofreu importantes transformações e a concessão de incentivos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial passou a ser feita com maior

seletividade, avaliando-se e orientando-se os empreendimentos com vistas à desconcentração das áreas industriais já saturadas, à atenuação dos desequilíbrios regionais e ao controle da poluição do meio ambiente.

Tal orientação obteve boa resposta dos empresários nacionais e estrangeiros, com notável aumento do volume de investimentos aprovados pelo CDI.

A taxa de crescimento do setor secundário da economia, estimada em 8,2% para o ano de 1974, embora tenha sido inferior às verificadas em anos anteriores, revela o grande dinamismo relativo da indústria brasileira na presente conjuntura mundial, diante do fraco desempenho da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A indústria de transformação cresceu a uma taxa de 7%, enquanto os demais segmentos do setor secundário (dos quais o mais importante é a indústria de construção civil) cresceram a cerca de 12%.

Apesar das características especiais do ano de 1974, indústrias como as de material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações conheceram expressivo crescimento, acentuando o processo de mudança estrutural do parque manufatureiro, com a crescente participação dessas indústrias, particularmente dinâmicas, no total do agregado industrial. O acréscimo estimado do produto real da indústria de material de transporte, em 1974, foi da ordem de 19%, enquanto o produto real da indústria mecânica e de material elétrico e comunicações al-

cançou, no mesmo período, taxas da ordem de 11 a 13%. Dentre tais segmentos industriais, merece ser citado o desempenho das indústrias de base, que apresentaram crescimento da ordem de 17%.

A indústria de transformação de minerais não-metálicos (que inclui produtos como o cimento, material cerâmico, tijolos e telhas) teve sua produção acrescida entre 15 e 16%.

Os setores de bens de consumo final, mais diretamente afetados pelo recrudescimento da inflação em 1974, alcançaram, mesmo assim, taxas de crescimento significativas, principalmente graças ao bom desempenho no primeiro semestre do ano. Por outro lado, as reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre eletrodomésticos, móveis, produtos têxteis e produtos alimentares, ao nível do consumidor, garantiram a sustentação da demanda dirigida a esses produtos.

A indústria automobilística, que poderia ter sido duramente atingida pelo impacto dos reajustes dos preços dos combustíveis, não só incrementou o ritmo de suas atividades, tendo produzido 858 mil veículos (exceto tratores), com um crescimento de 18% em relação a 1973, mas ainda dedicou-se, de maneira mais direta, a atividades outras, como adaptação tecnológica às condições do país e aumento das exportações, visando a situar sua atividade industrial dentro dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes do desenvolvimento nacional. A indústria de tratores apresentou, em 1974, um aumento de produção

da ordem de 25%, com cerca de 51 mil unidades produzidas.

O comportamento do mercado brasileiro de produtos metalúrgicos, a despeito de fatores limitativos surgidos por força das condições econômicas internacionais e internas, manteve-se extremamente ativo. O consumo aparente de produtos siderúrgicos elevou-se a 12,2 milhões de toneladas (aço em lingotes equivalentes), com um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior e uma participação da ordem de 40% de importações (é certo que, em parte, destinadas à formação de estoques). A produção nacional de aço em lingotes situou-se no nível de 7,5 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 5,6 comparativamente a 1973. A realização de obras para a expansão das grandes usinas produtoras de planos, exigindo paralisações temporárias de equipamentos e interferindo no ritmo da produção, bem como dificuldades no abastecimento de carvão metalúrgico importado, reduziram o rendimento da operação dos altos fornos e, assim, representaram fatores limitativos ao maior crescimento da produção.

No setor de não-ferrosos, o consumo aparente atingiu os seguintes níveis em 1974, comparativamente aos valores observados em 1973 (em milhares de toneladas): alumínio — 257 e 198; cobre — 183 e 142; zinco — 101 e 104; chumbo — 96 e 79; estanho — 6 e 4; níquel — 8 e 5. As importações de não-ferrosos comuns atingiram a elevada cifra de

US$ 546 milhões, contra US$ 277 milhões no exercício anterior, correspondendo a um incremento de 97%.

A indústria química (inclusive produtos de perfumaria, sabões e velas e produtos plásticos) alcançou uma taxa de crescimento, na produção, de 8 a 9% em relação a 1973.

A indústria petroquímica nacional, dadas as dificuldades e os altos preços das importações de produtos derivados de petróleo, intensificou as atividades de seu desenvolvimento, principalmente através dos pólos petroquímicos de São Paulo e da Bahia.

Dentre as indústrias de bens de consumo não-duráveis, as de produtos alimentares foram as que conheceram maior crescimento em 1974. Vêm, na verdade, contribuindo significativamente para reduzir as carências alimentares e nutricionais da população brasileira, através do aperfeiçoamento em duração de uso, quantidade e qualidade, dos alimentos naturais, minorando os efeitos de entressafra, inerentes à oferta de produtos *in natura*.

O valor total dos investimentos fixos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI atingiu Cr$ 31,4 bilhões, indicando um crescimento nominal de 42% em relação ao valor aprovado em 1973. Desse montante, o valor correspondente ao setor de bens de capital apresentou um crescimento nominal de mais de 140% em relação ao ano anterior, passando de Cr$ 1,1 para Cr$ 2,7 bilhões, elevando-se.

no conjunto das aprovações, de 5% para quase 9%, o que constitui efeito positivo da nova política de desenvolvimento setorial adotada.

Na área da produção de insumos básicos, o CDI aprovou numerosos projetos de instalação e de expansão de indústrias, somando investimentos fixos de Cr$ 21 bilhões, cabendo cerca de Cr$ 13 bilhões ao grupo de indústrias produtoras de matérias-primas (metalurgia básica, química, petroquímica, papel e celulose) e Cr$ 103 milhões ao de bens intermediários (metálicos e não-metálicos).

Em 1974, do montante global de Cr$ 18,7 bilhões previsto para aplicação em máquinas e equipamentos, 44% relacionaram-se a aquisições no mercado nacional, contra os 36% verificados no ano anterior, registrando-se ainda, entre os dois exercícios, um incremento nominal de cerca de 59% com relação às compras no país. Do ponto de vista da distribuição espacial dos investimentos previstos nos projetos industriais aprovados pelo CDI, que tem sua maior concentração no Sudeste e no Sul, cabe assinalar que o ano de 1974 registrou, pela primeira vez, participação bastante expressiva também do Nordeste, como decorrência, basicamente, dos estímulos concedidos à implementação de grandes projetos integrados no pólo petroquímico da Bahia.

As atividades ligadas a MINAS e ENERGIA foram expressivas.

O setor de energia elétrica teve excelente desempenho, dando-se pleno atendimento às exigências

do consumo e aumentando-se a capacidade instalada de 15.506 MW, em 1973, para 17.378 MW, em 1974 e a extensão das linhas de transmissão. Foi concluída a elaboração do programa de obras a serem realizadas até 1990 e prosseguiram os estudos para o aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia. Desenvolveram-se pesquisas para a transmissão de grandes blocos de energia a grandes distâncias.

A fundação da Itaipu Binacional, cujas obras serão iniciadas este ano, merece registro especial, como deve ser destacada — medida de longo alcance — a criação da NUCLEBRÁS.

Com relação ao petróleo, cuja importância é, agora, ainda mais relevante, foram adotadas numerosas medidas com a finalidade de aumentar a produção nacional, realizar economia do consumo, assegurar adequadas reservas de imediata utilização e, principalmente, descobrir novas jazidas, ativando-lhes a entrada em produção. Dentre os resultados alcançados em 1974, relativamente a 1973, cabe mencionar:

— a produção nacional de 10,5 milhões de m^3 de petróleo bruto (mais 4,6%) e de 1.180 milhões de m^3 de gás natural (mais 26%);

— a importação líquida de 39,7 milhões de m^3 de petróleo (menos 2%);

— o consumo aparente de 48,2 milhões de m^3 de derivados de petróleo (mais 7,7%);

— estoque total de 9 milhões de m^3 de petróleo bruto e derivados em 31 de dezembro;

— descobrimento de campos de petróleo na plataforma continental do Rio de Janeiro (região de Campos), Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, que abrem amplas e favoráveis perspectivas para o país.

Na mineração, muito se fez no decorrer do período e resultados importantes são esperados no setor de pesquisas minerais. Especial realce merecem o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e as implicações contidas no recente Programa Nacional de Não-Ferrosos.

Na área das COMUNICAÇÕES, há registros igualmente animadores.

A qualidade dos serviços postais experimentou sensíveis progressos.

O setor de telecomunicações continua em grande expansão, seja quanto aos serviços telefônicos, onde o sistema DDD vai sendo ampliado consideravelmente, seja quanto à rede de telex, beneficiada também por notável crescimento.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL mereceu cuidados especiais, lançando-se importantes programas.

O Programa POLAMAZÔNIA levará Cr$ 4 bilhões de investimentos governamentais a 15 áreas selecionadas, para expansão de atividades agropecuárias, florestais e de mineração.

O Programa POLONORDESTE, por sua vez, carreará Cr$ 5 bilhões para essa região, objetivando o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias.

O Programa Especial de Desenvolvimento da Agro-Indústria importará na aplicação de Cr$ 800 milhões no Nordeste.

O Programa de Irrigação constante do II PND prevê, no período 1975/79, acréscimo de 100.000 hectares irrigados, no Nordeste e no Vale do São Francisco.

O Programa do Pantanal Mato-Grossense já teve a sua execução iniciada em 1974 e inclui o desenvolvimento de vários projetos, tendo em vista o melhor aproveitamento dessa área.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) prevê investimentos da ordem de Cr$ 2 bilhões, no período 1975/77, em 12 áreas selecionadas, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Como seu complemento, foi aprovado o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília, com o objetivo de propiciar a esta área condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo com o crescimento populacional na Capital da República.

* * *

A POLÍTICA SOCIAL tem sido objeto da maior atenção de meu Governo, de que são indicadores inegáveis a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, que mantém em permanente prioridade, nos mais altos níveis de decisão, a área coordenada dos Ministérios sociais, e o estabelecimento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que, já em 1975, disporá de 3,5 bilhões de cruzeiros.

O Governo tem plena consciência do quanto representam a EDUCAÇÃO e a CULTURA no processo de valorização do homem brasileiro, inclusive como investimento de alta rentabilidade, se bem que diferida no tempo, para o próprio desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, continuou-se a dinamizar o ensino em todos os níveis, desde o pré-escolar à pós-graduação, sem esquecer as áreas da cultura e do esporte.

Merecem destaque a disseminação de cursos de curta duração, de grande importância para o desenvolvimento do país, assim como o estabelecimento de critérios para a criação de novas faculdades que resultem numa melhoria de qualidade e em maior racionalização do ensino.

Na área da SAÚDE, além de projeto de lei estabelecendo o Sistema Nacional de Saúde e da aprovação do Programa Nacional de Imunizações, vêm sendo elaborados planos regionais. Deu-se continuidade às campanhas contra as endemias e, ao mesmo tempo, foram desenvolvidas intensas ações para atendimento de situações anômalas, como enchentes e surtos de meningite em diversas áreas do país.

O TRABALHO tem recebido merecida atenção, em particular quanto à política salarial que assegura hoje, mais rápida reconstituição dos salários, em face da inflação, e representa, para as classes trabalhadoras, um ganho real significativo.

Dando maior atenção ao treinamento de mão-de-obra e ao problema da medicina, higiene e, sobre-

tudo, da segurança do trabalho, assim como incentivando o sindicalismo e promovendo a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, meu Governo tem demonstrado preocupações muito especiais com o trabalhador brasileiro.

Quanto à PREVIDÊNCIA SOCIAL, por intermédio do novo Ministério, objetiva-se implantar a sua universalização.

Esforços têm sido despendidos no setor da assistência médica, procurando-se corrigir-lhe as notórias deficiências. Para isso, estuda-se a reunião de recursos num fundo único, gerido por instituição especializada, distinta do INPS, ficando este último com as atividades restritas da concessão de benefícios em dinheiro.

Também a assistência social poderá vir a ser centralizada, em uma entidade específica.

No SETOR HABITACIONAL, reformulou-se o esquema de atuação do BNH com redução substancial das prestações pagas pelos mutuários de mais baixa renda, através da redução da taxa de juros, aumento dos prazos e concessão de incentivos fiscais.

* * *

A POLÍTICA EXTERNA praticada pelo Governo merece particular registro.

Desde os primeiros dias declarei que ela deveria ser construtiva, pragmática, responsável e ecumênica.

A essas diretrizes de conduta, ajuntei que as prioridades para a ação diplomática se orientariam

com vistas à expansão econômica e ao progresso social do país, salientando as responsabilidades especiais do nosso relacionamento com as nações vizinhas de aquém e de além-mar.

Essa orientação e esse programa têm sido cumpridos com exação.

No continente, reforçamos os laços que nos unem às demais nações, para o que mantive, inclusive, contatos pessoais com Chefes de Estado americanos.

Com relação a nossos vizinhos africanos, adotamos uma posição de ativa compreensão dos legítimos desejos das nações que aspiravam à independência, buscando o fim da era colonial na África.

Sobre a base de compromissos inequívocos de respeito mútuo e não-ingerência, estabelecemos relações diplomáticas com a República Popular da China, país com o qual já iniciamos promissor intercâmbio no plano comercial.

Também instituímos relações diplomáticas com todos os países árabes, e com eles desenvolvemos úteis programas de cooperação econômica.

Por outro lado, adotamos posições explícitas quanto à situação no Oriente Médio, declarando-nos contrários à ocupação territorial pela força e prestando nosso apoio aos reclamos do povo palestino, no sentido da autodeterminação e de sua soberania. Assim fazendo, fundamo-nos no melhor da tradição diplomática brasileira e nos precedentes de nossa posição original sobre o assunto.

Sem sombra de dúvida, nossa diplomacia vem prestando concurso apreciável à consecução dos objetivos de desenvolvimento, além de projetar o Brasil, no exterior, de maneira marcadamente positiva, como interlocutor válido das nações mais influentes na condução dos problemas cruciais do momento.

* * *

A POLÍTICA INTERNA constituiu-se num setor de inegável importância.

Além das eleições dos novos Governadores Estaduais a 3 de outubro, realizaram-se as eleições de 15 de novembro, para a renovação das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Deputados e um terço do Senado Federal. Essas últimas eleições constituem, do ponto de vista político, o fato mais relevante do ano.

Não menos significativa foi a aprovação pelo Congresso da importante Lei Complementar nº 20, que estabeleceu normas gerais para a reorganização territorial do país, iniciada, desde logo, com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a ser efetivada a partir do dia 15 próximo.

Estou seguro de que o adequado cumprimento das disposições que enunciei na primeira reunião do Ministério constitui fator primordial para a tranqüila e promissora evolução política do país.

De fato, como então foi anunciado, envidamos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto

e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.

Continuamos empenhados no aperfeiçoamento das práticas democráticas e vigilantes quanto a possíveis atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, desejam de fato violentá-la ou destruí-la.

Permanecemos com o mesmo propósito indefectível de garantir, a todas as entidades componentes do complexo da sociedade brasileira, o pleno exercício de suas atividades, dentro dos limites legais, aceitando sua colaboração desinteressada e leal, desde que não impositiva. Do mesmo modo, não podemos admitir intromissão indevida em áreas de responsabilidade privativa do Governo, nem a crítica desabusada ou mentirosa, nem pressões descabidas.

Está de pé o apelo à imaginação criadora dos políticos, no sentido de instituir remédios prontos e eficientes, dentro do contexto constitucional, para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem, da qual depende o desenvolvimento econômico-social do país. E, bem assim, a reafirmação de que cabe aos partidos — do Governo e da Oposição — essenciais ao estilo de vida democrático, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

A Política de Segurança tem sido firme e cautelosa, no combate à subversão da ordem e na

garantia das instituições públicas, buscando sempre dar ao povo brasileiro as condições necessárias para que possa atingir legítimos objetivos sociais e econômicos.

* * *

As FORÇAS ARMADAS, coesas, atuantes e preocupadas fundamentalmente com o seu aparelhamento e o adestramento de seus quadros, têm papel dos mais relevantes, é certo, tanto na segurança interna como na externa, e constituem o núcleo em torno do qual todos nós devemos nos unir nos momentos graves, para que o Brasil possa concretizar os seus mais altos destinos.

* * *

Senhores Congressistas

Resumidos os trabalhos desenvolvidos no primeiro ano do meu Governo, cabe-me agora voltar as vistas para o futuro, examinando as perspectivas mais próximas.

Esta legislatura deverá, assim o permita Deus, coincidir com a fase de meu Governo em que espero afirmar a importância da ação política: criadora, na progressiva institucionalização do sistema democrático que melhor convenha a esta quadra da evolução de nosso povo e contenha, imanente, decidido impulso contínuo a seu próprio aperfeiçoamento; dinâmica, na vida partidária que, em permanência, seja capaz de mobilizar a participação de todas as parcelas da popu-

lação, e canalizar-lhes, com fidelidade, as aspirações legítimas de progresso; consensualista, na capacidade de dissolver antagonismos e conflitos, através de fórmulas de conciliação esclarecida que visem, antes de tudo, ao bem comum e aos interesses nacionais.

Neste ano de 1975, iniciamos a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado em grande parte para o desenvolvimento social e aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro último. Se é verdade que precisaremos agir com flexibilidade e agilmente, diante da continuada instabilidade da situação econômica internacional, não é menos certo que as perspectivas abertas pela situação nova em relação ao petróleo podem ser tomadas como garantia da viabilidade daquele Plano. Economias como a brasileira — com variadas alternativas decorrentes da dimensão econômica do país, de seus amplos recursos naturais, da capacidade industrial e tecnológica já disponível — não são excessivamente vulneráveis a recessões externas, se adotada uma política econômica adequada.

Quanto à inflação, tudo indica ser possível continuar-se em sua desaceleração gradual, sem as flutuações ocorridas em 1974, já que não teremos inflação reprimida nem outras maiores distorções a corrigir.

Neste particular, merece registro a decisão de limitar-se o reajustamento de tarifas e preços de bens e serviços públicos, conciliando-se, assim, os objetivos de preservar a capacidade de investimento das empresas e de evitar que tais reajustamentos se constituam em ativos fatores inflacionários.

Na área externa, providências vão sendo tomadas para que se obtenha substancial redução no *deficit* da balança de comércio, não só pela diminuição das importações como pelo incremento das exportações, as quais esperamos aproximem-se dos 10 bilhões de dólares, em 1975.

Neste ano, já teremos aumento maior da produção interna de petróleo e, a partir de 1977, poderemos ter substancial contribuição das novas descobertas.

Sem pretender a autarquização da economia, pois o Brasil tem real interesse em manter alto nível de relações econômicas internacionais, preocupa-se o Governo em utilizar os recursos naturais e o mercado interno do país para evitar dependências excessivas, prejudiciais à nossa determinação de continuar crescendo aceleradamente.

As previsões são de que, no fim da década, estará o país auto-suficiente na área de produtos básicos.

Neste ponto, desejo proclamar, de modo categórico, para não deixar quaisquer dúvidas, as preocupações de meu governo, no primeiro ano do II PND, com dois objetivos da maior importância:

— a vitalização da empresa privada; e

— a melhoria da distribuição de renda que se refletirá na desejada expansão da demanda efetiva no mercado interno.

A ação para o desenvolvimento, a ser realizada em 1975, há de incluir o início da execução dos novos

programas de auto-suficiência na área de insumos básicos, a implantação do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a destinação adicional de recursos e programas voltados para o bem-estar das grandes massas urbanas, a implementação de novos programas de integração nacional.

Espero que já no corrente ano obtenhamos significativos resultados da reformulação feita na estrutura governamental, quando se eliminaram órgãos supérfluos e foram criados o Ministério da Previdência Social e os Conselhos destinados ao assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas principais decisões.

Reitero aqui observação já enunciada e que considero relevante: aqueles Conselhos abriram maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia cumprindo aproveitá-los para a apresentação de pontos de vista e sugestões, uma vez que os problemas de importância maior, submetidos aos Ministérios competentes, devem chegar à mesa dos debates, sempre desejados estes, e jamais temidos pelo meu Governo, quando postos em plano elevado e adequado.

A todos os escalões de chefia, situados em quaisquer pontos da máquina administrativa e seja qual for o grau de sua responsabilidade ao longo do multiforme processo de desenvolvimento nacional, compete exercer ação pronta e sadia no sentido de usar bem as oportunidades e, a despeito de obstáculos imprevistos, perseguir os objetivos prefixados, quer

se trate de quadros dirigentes à testa de entidades governamentais, quer de empresas ou entidades privadas.

Na primeira reunião ministerial, afirmei que toda ação de governo é hoje integrada, em virtude da dependência entre os vários setores de atividades por ele exercidas — gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora.

Não pode nem deve, portanto, haver compartimentações exageradas, assim como considero necessária a mais ampla liberdade de debates nos vários escalões da administração pública.

Do mesmo modo, no nível mais elevado, o relacionamento entre os Poderes da União, independentes e harmônicos na forma do preceito constitucional, há de se desenvolver e estreitar em proveito geral. Nisso estarei sempre empenhado com o melhor de minhas energias, na convicção de que com a confiança recíproca gerada pela altitude de propósitos e pela lealdade no comportamento, haveremos de corresponder à expectativa da Nação.

E tudo isso impõe-se seja feito para que se proporcione bem-estar ao homem brasileiro, sem quaisquer distinções, pois tal deve ser, é e será objetivo fundamental e responsabilidade indeclinável dos dirigentes todos do país.

Brasília, 1º de março de 1975.

ERNESTO GEISEL

9 DE MARÇO DE 1975

SAUDAÇAO AO PRESIDENTE ALFREDO STROESSNER, DURANTE A XXXVII EXPOSIÇAO AGROPECUARIA E INDUSTRIAL, EM CAMPO GRANDE, MT.

Excelentíssimo Senhor

General-de-Exército D. Alfredo Stroessner

Presidente da República do Paraguai

Receber Vossa Excelência em território brasileiro é, para mim, motivo de profunda satisfação, tanto mais que o faço nesta próspera cidade de Campo Grande que bem simboliza as transformações pelas quais passa o Brasil, inclusive o Estado de Mato Grosso, em nossa incansável busca de um futuro melhor.

A República Federativa do Brasil e, particularmente, o Estado e o povo de Mato Grosso sentem-se altamente honrados com a visita de Vossa Excelência.

A larga faixa de convergência de propósitos que animam o Brasil, em particular o Estado de Mato Grosso e o Paraguai, é bem caracterizada pelo fato de aqui estarmos reunidos em visita à 37.ª Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande, oportunidade das mais adequadas para reconhecermos o esforço que realiza esta parte do Oeste brasileiro, mediante a diversificação da estrutura de suas atividades produtivas, aliando o esforço

humano à exploração das dadivosas riquezas naturais que a terra nos proporciona.

A faixa de convergência a que aludi, de fato, amplia-se continuamente, pois tanto o Brasil quanto o Paraguai se encontram, no momento presente, em plena aceleração das transformações de caráter econômico e social que apontam não somente para o fortalecimento da estrutura produtiva tradicional, de base agropecuária, que se moderniza e cresce em racionalidade, mas, ao mesmo tempo, ensejam o surgimento de novos ramos de atividade, de caráter industrial.

É na longa tradição de nossa convivência e no mesmo desejo de dinamizar as atividades econômicas que produzem e garantem o aumento da qualidade da vida das populações do Brasil e do Paraguai que se originam os traços permanentes e característicos de nosso relacionamento, cotidianamente fortalecido pelo espírito de mútua compreensão, inabalável firmeza e realismo pragmático que preside às políticas externas dos dois países.

Identificados no que se refere aos principais temas da estrutura das relações internacionais, solidários na implementação de uma política de integral aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento que se nos oferecem no âmbito regional, irmanados, em suma, na luta que une a ambos em prol de crescente progresso econômico e social, Brasil e Paraguai revigoram, criam e fortalecem vínculos cada vez mais estreitos que expressam altos interes-

ses comuns nos domínios político, econômico e comercial.

Idealistas em suas aspirações mas realistas no cálculo de suas possibilidades, nossos Governos buscam, com franqueza e lealdade, maximizar o produto das negociações empreendidas e criar as condições adequadas para uma aproximação cada vez maior e mais fecunda.

Exemplo desta filosofia de ação é o propósito brasileiro de colaborar, como o Governo paraguaio, tal como registrado na Declaração Conjunta de 26 de abril de 1973, na promoção do desenvolvimento do Departamento do Alto Paraná, área do Estado guarani que apresenta múltiplas potencialidades econômicas.

Como primeiro passo para a implementação daquele propósito, os Governos de Brasília e Assunção firmaram, em 8 de janeiro passado, acordo por troca de Notas que prevê a colaboração bilateral tendo em vista o levantamento do potencial energético dos principais rios situados naquele Departamento, criando novas alternativas para o crescimento econômico regional.

A reunião que hoje celebramos, Senhor Presidente, constituirá — estou certo — mais uma instância de verificação da exemplar vocação de nossos dois Governos em não poupar esforços para dotar de vigor ainda maior a estrutura de fraternal relacionamento que nos une e que se revela uma das garantias mais seguras do êxito que perseguem

nossas políticas nacionais, voltadas para o preenchimento de todos os requisitos necessários à plena consecução dos mais altos anseios dos povos brasileiro e paraguaio, em termos de progresso, felicidade e justiça.

Senhor Presidente da República do Paraguai — ao erguer minha taça pela felicidade de Vossa Excelência e pela prosperidade do grande povo guarani, a par da renovação dos meus sentimentos de amizade pessoal, desejo reafirmar-lhe que a presença de Vossa Excelência em Mato Grosso, motivo de júbilo para todos nós, contribuirá para a reafirmação de nosso propósito de agir sempre, em perfeita comunhão, tendo em vista o bem comum e a prosperidade das Nações brasileira e paraguaia.

14 DE MARÇO DE 1975

IMPROVISO RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO MINISTRO ARMANDO FALCÃO, NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIÃO DO PRIMEIRO ANIVERSARIO DO GOVERNO GEISEL.

É difícil responder às palavras do Ministro Falcão, à bondade dos conceitos desse belo discurso, talvez um pouco exagerado em relação ao meu governo, e bem exagerado quanto à minha pessoa.

Realmente, já passou-se um ano. Imaginei que não há motivo para comemorarmos o primeiro ano e não esperava esta reunião. Deus permita que mais adiante, quando chegarmos ao fim da nossa tarefa, possamos fazê-lo, aí sim, como talvez então mereçamos.

Foi o primeiro ano; um início de governo. Embora tenhamos feito muitas coisas, ainda acho que não há motivos para comemorações. De qualquer maneira agradeço muito aos Senhores Ministros por terem vindo aqui me saudarem, através dessas generosas palavras do Ministro da Justiça.

Este foi um ano de lutas, de dificuldades no campo político, econômico, social e mesmo no da segurança. Em todas essas áreas enfrentamos duras lutas, algumas boas batalhas, e creio que tivemos êxito. E essas refregas serviram sobretudo para mais nos unir. Embora a Presidência da República e o Ministério tivessem suas origens entre as mais diversas — profissionalmente, da área geográfica do

país, do ponto de vista da idade de seus membros — hoje formamos um corpo que já atingiu bom grau de coesão, a se traduzir, aos poucos, nos resultados que o Governo colhe.

Desde o começo, fiz questão de frisar que cada um de nós, cada Ministro, é inteiramente livre em suas opiniões e durante nossas discussões; mas que temos que ser unidos nas decisões, uma vez tomadas por mim, que, ao fim dos debates, sou o responsável, e no cumprimento dessas decisões. Acentuei, também, que não poderíamos sofrer de ações isoladas, que os problemas atuais são de tal forma intrincados, e inter-relacionados intimamente, que só através da integração mais perfeita e de bom grau de disciplina intelectual podemos chegar a um resultado coerente.

Acredito que estamos no bom caminho. Erros deve haver, sem dúvida, e a natureza humana continuará a ser o que é — sei que de nós quem cometerá maior quantidade de erros serei, inevitavelmente, eu mesmo; são inerentes à ação — mas o importante é que acertemos nas coisas principais.

Eu por mim nada valho, um homem só nada consegue fazer; depende dos auxiliares que escolheu e que vão trabalhar com ele, e é função das qualidades desses auxiliares. Quero lhes dizer que no trabalho de escolha dos meus principais auxiliares sinto-me feliz por ter tido êxito.

Muito obrigado.

31 DE MARÇO DE 1975

IMPROVISO DURANTE O LANÇAMENTO DO PROJETO DE PROGRAMA PARTIDARIO DA ARENA, NO CONGRESSO NACIONAL, EM BRASILIA.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Desejo antes de mais agradecer a acolhida generosa que me concedem, traduzida desde meu ingresso nesta sala pelos aplausos e pelas palavras de vosso ilustre intérprete, Senador Magalhães Pinto.

Venho a esta sessão comemorativa do aniversário da Revolução, na qualidade de Presidente de Honra de nosso Partido e venho solidarizar-me, sobretudo, neste ato em que o Partido lança um projeto novo de Programa.

Espero que este Programa seja debatido e, como disse nosso ilustre Presidente, Senador Petrônio Portela, emendado e aperfeiçoado; que se inspire na ideologia da Revolução, da segurança e do desenvolvimento integrado, que seja realista e que atenda, sobretudo, às condições reais internas do Brasil e à sua posição relativa na conjuntura mundial.

Manifesto a convicção de que a Aliança Renovadora, com este Programa, se reativará, lutará, desde logo crescendo, reforçando-se, arregimentando forças novas, adquirindo maior coesão, não só para sustentar e apoiar o Governo na sua ação governamental, mas para assegurar a continuidade dessa ação governamental que se realiza desde 1964.

Ouvi atentamente as palavras do ilustre e prezado Senador Luís Viana em comemoração à nossa revolução. Já lá vão 11 anos, e não me cabe — nem posso fazê-lo melhor do que ele — reproduzir o que vivemos naquela época nem o quanto se realizou desde então. Mas falo, neste momento, dizendo que fui e continuo a ser um dos participantes responsáveis por esta Revolução. E desejo sinceramente reafirmar-lhes que ela continuará. Prosseguiremos pelo mesmo caminho, sem desfalecimentos e com tenacidade, na certeza de que estamos construindo o futuro grandioso de nossa Pátria e assegurando o bem-estar do nosso povo.

Muito obrigado.

5 DE MAIO DE 1975

NA INSTALAÇÃO DO XI CONGRESSO DOS INDUSTRIAIS LATINO-AMERICANOS. HOTEL NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RJ.

Numerosas vezes tenho posto em relevo a importância que o Governo brasileiro atribui à cooperação com os países irmãos da América Latina. Por ser freqüente, a renovação dessa ênfase não se constitui, contudo, em ato de simples rotina. Tal propósito merece bem ser reiterado na medida de seu vigor e de nossa perseverança. Neste foro que reúne os industriais do Continente, quero também deixar registro dessa vontade viva de cooperação, que traduz a vocação ecumênica da política exterior brasileira e, em particular, a prioridade que confere às relações com os vizinhos latino-americanos. Relações, assinalo, que o Governo brasileiro entende, por definição e princípio, de proveito recíproco para todos os protagonistas.

O Brasil, assim, dispõe-se a uma cooperação fundada no respeito mútuo, no acatamento responsável a compromissos livremente assumidos e em reais benefícios para todas as partes interessadas. Tal como não aceita qualquer hegemonia externa, com rigorosa simetria ética repele, liminarmente, a hipótese de exercê-la. Ao mesmo tempo, está convencido de que vantagens unilaterais ou desequilibradas não são duradouras e, pois, indispensável será buscar-se, com perseverança, a coincidência ampla de interesses e a justa equivalência nos resultados.

Na Mensagem de 1º de março ao Congresso Nacional, salientei que «os esforços de cooperação entre os países latino-americanos se fazem ainda mais necessários, na medida em que se deterioram as condições da economia mundial e que medidas comerciais protecionistas e discriminatórias são adotadas por muitas das grandes nações industriais». Considero, com efeito, ainda mais importante, a ação conjunta da América Latina, no momento em que o Continente é afetado por transformações singularmente graves no comportamento econômico internacional — momento, também, em que, por outro lado, novas perspectivas se apresentam à reformulação das estruturas vigentes no relacionamento entre as nações.

No Brasil, procuramos com afinco circunscrever e, quando possível, anular os efeitos negativos das perturbações econômicas importadas. Nesse afã, confiamos em que as dificuldades atuais acabarão pondo em evidência distorções que, desde há muito, os países em desenvolvimento vêm denunciando em vão, nas relações internacionais. Nem desarrazoada é a esperança que alimentamos, de que a crise atual, ao tornar essencial a solução de problemas antes relegados a plano secundário nos principais centros de decisão econômica, traga em gestação formas aprimoradas de convívio entre as nações. Os últimos acontecimentos econômicos confirmam o imperativo de uma cooperação internacional ampla e equitativa, ao demonstrar que o mundo já não comporta supremacias perenes nem veleidades autarcizantes.

No terreno das relações comerciais, serão indispensáveis revisões de profundidade porquanto, em virtude de uma divisão de trabalho inadequada, os países em desenvolvimento se vêem condenados a uma remuneração insuficiente da exportação de seus produtos primários ou manufaturas de baixa sofisticação tecnológica — sujeitos, ademais, a reações protecionistas, específicas e imprevisíveis quando conseguem, penosamente, alcançar níveis de competitividade nos mercados industrializados aos quais não podem deixar de buscar acesso.

Apesar de já haver logrado alguns avanços na árdua trilha da industrialização, não está o Brasil menos consciente de que a continuidade de seu desenvolvimento depende de um resultado favorável do tratamento que venham a ter, proximamente, os grandes problemas que afetam a economia mundial. E, por isso, ao lado das nações, como ele próprio, em desenvolvimento, o Brasil estará sempre pronto a contribuir para uma interdependência mundial crescente desde que baseada em cooperação mutuamente proveitosa.

Meus Senhores,

Não ignoro a importância da tarefa que lhes está destinada neste foro. A indústria é fator primordial do desenvolvimento em todas as nações aqui representadas. Elevada é, por conseguinte, a responsabilidade que a todos aqui cabe na construção do destino de cada um de nossos países.

No Brasil, definimos um modelo de desenvolvimento industrial em que o papel principal é claramente reservado à empresa privada, à qual cumpre, com o apoio constante de financiamento e adequados incentivos governamentais, explorar amplos setores de atividade diretamente produtivos.

Ao Estado incumbem, basicamente, os empreendimentos de infra-estrutura que a iniciativa privada não tenha condições de assumir, pela grandeza dos recursos exigidos ou sua remuneração baixa ou muito diferida no tempo. Por outro lado, sujeitas a regras e critérios preestabelecidos e enquanto compatíveis com os superiores interesses nacionais, as empresas estrangeiras, mesmo as de caráter transnacional, encontram seu lugar no modelo industrial adotado, reconhecendo-lhes o Governo papel de realce como veículos de captação de poupanças externas, transferência de tecnologia e incorporação de capacidade gerencial ao meio empresarial do País, bem como de ampliação e diversificação de sua pauta de exportações.

Os caminhos da indústria não são iguais em todos os nossos países. Paradigmas externos também aqui não cabem e a cada país cumpre determinar seu próprio modelo, com as correspondentes peculiaridades de enfoque quanto à participação dos diversos agentes econômicos no desenvolvimento industrial, em função de realidades sócio-econômicas distintas. O perfil latino-americano deve acomodar-se a essas forçosas discrepâncias, mas nem por isso deixarão de existir, entre nós, vastas e frutuosas oportunidades

para ações conjuntas através de empreendimentos multilaterais. E a simples circunstância de estarem os Senhores aqui reunidos sugere que há valiosas experiências a trocar, objetivos em comum, ânimo integrado de desenvolvimento e progresso. A colaboração a que se propõe e que efetivamente promove a Associação dos Industriais Latino-Americanos já produziu bons frutos, no passado, e estou seguro de que continuará viva e valiosa no processo de cooperação e desenvolvimento, em que estamos associados, os povos todos irmãos da América Latina.

8 DE MAIO DE 1975

MENSAGEM AOS EX-COMBATENTES, NO 30º ANIVERSARIO DO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

O Brasil, coerente com suas arraigadas convicções democráticas, participou efetivamente do esforço de guerra das nações aliadas e das operações militares realizadas no Atlântico Sul e na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Trinta anos são decorridos. Novos acontecimentos tiveram lugar desde aquele longínquo, mas tão presente 8 de maio de 1945. De lá para cá, nova sociedade foi edificada sobre as ruínas do grande conflito.

Permanece indelével a lembrança da tragédia então vivida pela humanidade, e jamais devemos esquecer o sacrifício e o valor dos bravos combatentes que ofereceram a própria vida para o mundo viver em paz e liberdade.

O determinismo de nossa posição geográfica não permitiria ao Brasil manter posição de neutralidade. Os acontecimentos sucederam-se celeremente e acabaram por atingir o nosso país.

A extensão das fronteiras marítimas e o domínio sobre o Atlântico Sul tiveram significação ponderável no desenvolvimento das operações aliadas.

A inequívoca solidariedade às nações do continente americano acarretou ao Brasil perdas inesti-

máveis em vidas humanas e bens materiais. Dezenas de embarcações afundadas e centenas de mortes em torpedeamentos de indefesos navios mercantes levaram o País a estabelecer beligerância com as potências nazi-fascistas.

O brio nacional ferido, a indomável vontade de viver soberanamente e a necessidade de defender a nossa imensa extensão territorial voltada para o Atlântico levaram-nos à guerra. Mobilizamos as Forças Armadas, guarnecemos as costas e ilhas oceânicas, patrulhamos as águas territoriais e participamos ativamente do patrulhamento do Atlântico Sul. O Nordeste serviu de ponto de apoio à invasão da África e do Sul da Europa, e abrimos linhas de suprimento para abastecer os aliados de indispensáveis materiais críticos à indústria bélica.

Mas não paramos aí. Fomos muito além. Enviamos uma força expedicionária para combater o inimigo em seu próprio território. Soldados e aviadores brasileiros foram lutar em terras da Europa.

Hoje, passados trinta anos do término da guerra, podemos compreender melhor a importância da marcante participação da Força Expedicionária Brasileira no teatro de operações do continente europeu.

Foi a primeira vez que a tropa brasileira cruzava os mares para lutar em terras estrangeiras. Ia ela ajudar os aliados a libertar a Europa do jugo nazi-fascista. O «pracinha» brasileiro, originário de todas as partes do território nacional, estava fazendo história. Lutou bravamente ao lado dos soldados

e aviadores das mais desenvolvidas nações do mundo. Enfrentou o mais aguerrido exército então existente. Consciente da nobre causa que defendia e tendo por suporte o sucesso das campanhas empreendidas, sentiu a própria grandeza e o quanto estava contribuindo para a civilização.

Muitos foram abatidos nos campos de batalha. Outros foram feridos, mas todos lutaram com desassombro, arrojo e imbuídos do grande ideal de liberdade e de defesa da Pátria.

Dentre os chefes, merecem destaque especial o indômito comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes, e o extraordinário combatente e estadista Castelo Branco, arquiteto maior da reconstrução do Brasil, após a revolução de 1964.

Neste trigésimo aniversário da vitória das forças aliadas, a melhor homenagem que podemos prestar aos combatentes do Brasil na Segunda Guerra Mundial é a reafirmação de fidelidade ao direito de viver livre e democraticamente, em clima de paz e harmonia, que assegure a todos a oportunidade de desfrutar vida digna, alicerçada no sentimento de segurança e de justiça social.

19 DE MAIO DE 1975

DISCURSO PROFERIDO NO PALACIO DO PLANALTO, EM BRASILIA, POR OCASIAO DO LANÇAMENTO DO «PROGRAMA DE PASTAGENS».

Na oportunidade deste encontro entre membros categorizados do Governo, não só do Poder Executivo, mas também do Legislativo, e representantes destacados de Entidades que congregam os que laboriosamente se ocupam com as atividades rurais — e que recebo, a todos, hoje aqui com especial apreço — quero reafirmar-lhes o elevado empenho com que a administração federal se dedica ao relevante problema do desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Em diversos pronunciamentos anteriores — tais como o da primeira reunião ministerial, em 19 de março de 1974, o da reunião ministerial de encaminhamento ao Congresso Nacional do II PND, em 1º de setembro, e o proferido em Curitiba, dando início ao PROAGRO, em 1º de outubro — destaquei a importância que o meu Governo atribui a este setor fundamental da vida nacional.

No mesmo sentido, além do conteúdo do próprio II PND, segundo o qual a agricultura e a pecuária passarão a desempenhar novo papel em nossa estratégia de desenvolvimento, há numerosas manifestações de outras autoridades governamentais, notadamente do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura que,

com afinco, por palavras e atos, vem continuamente estimulando o seu melhor desempenho.

Nos países desenvolvidos do mundo, o setor agropecuário constituiu e continua a constituir a base essencial da pujante economia de que desfrutam. Entre nós, não é menos importante a missão que lhe cabe. Dentre as múltiplas razões que justificam essa relevante posição, permito-me, embora repetindo o que já foi dito muitas vezes e insistindo no que parece óbvio, salientar as seguintes:

— as necessidades do abastecimento do mercado interno crescem a elevadas taxas, seja para atender ao aumento efetivo da nossa população — já da ordem de 110 milhões de pessoas — seja para a progressiva melhoria dos alimentos, em quantidade e qualidade, corrigindo-se, pouco a pouco, a situação de subalimentação que, infelizmente, ainda existe em certas áreas do país e em algumas camadas do povo;

— crescem também, substancialmente, as necessidades de maior volume de produtos para a exportação, não só para atender ao desejado aumento do comércio exterior — que é essencial para o nosso desenvolvimento integrado — mas ainda para que, aproveitando as condições favoráveis de que dispomos, possamos desempenhar o papel de grande supridor mundial desses produtos, de que são carentes muitos outros países;

— temos ainda imensos espaços vazios no centro-oeste e no norte do nosso território, nos quais

se realiza um grande esforço da ação do Governo, tendo em vista, o objetivo permanente da Integração Nacional; nessas áreas abrem-se amplas perspectivas para as atividades agropecuárias, promovendo-se a Integração inclusive com a expansão de nossa fronteira agrícola;

— por fim, cabe ao setor, indubitavelmente, decisiva participação na política de promoção social, como distribuidor da renda nacional e, sobretudo, como opção de emprego produtivo, capaz de aliviar a pressão migratória no sentido das cidades.

De acordo com essa concepção, vem o Governo adotando um conjunto de medidas que visam ao maior desenvolvimento da agropecuária. Essas medidas embora sejam de real significado para o país — apesar de nem sempre satisfatórias para todos, dado o inevitável entrechoque de interesses — não tiveram ainda a atenção e a divulgação que merecem. Por isso, devo recordá-las agora, também como prestação de contas de nossa atuação neste pouco mais de ano de governo e para caracterizar que, apesar de esparsas no tempo e de natureza variada, guardam entre si a necessária coerência, dentro do elevado propósito que as ditou.

Destaco, em primeiro lugar, o estreito relacionamento que se firmou entre os órgãos da Administração Federal e os seus congêneres dos Estados, através do Ministério e das Secretarias de Agricultura. Os resultados têm sido de real proveito, graças à orientação comum, à conjugação de esforços, ao

intercâmbio de informações e ao emprego judicioso dos recursos destinados ao setor.

Como fato muito significativo, assinalo o incremento de 170%, no ano de 1975, em relação ao anterior, no orçamento do Ministério da Agricultura, para a sua administração direta.

Criaram-se, assim, condições para modernizar e vitalizar a estrutura do Ministério, de acordo com as exigências de um bom desempenho e, notadamente, para a implementação e dinamização de organismos capazes de assegurar a execução coordenada da política setorial.

Deu-se especial atenção ao efetivo estabelecimento dos Sistemas de Planejamento Agrícola, de Produção e de Abastecimento.

Para orientar e coordenar a concessão de crédito agrícola, pelas entidades especializadas, dentro das diretrizes governamentais, criou-se a Comissão de Coordenação de Crédito Rural. Para impulsionar o sistema de apoio à transferência da tecnologia, organizou-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que, diretamente ou por intermédio dos organismos estaduais, prestará assistência técnica aos produtores.

Criou-se, ainda, o Conselho Nacional do Abastecimento, com capacidade para adotar as providências relativas à sua ampla problemática, envolvendo produção, transporte, estocagem e comercialização.

Implantou-se o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, criado no Governo do Presidente Médici.

Constitui o primeiro e decisivo passo na conquista do seguro rural e vem trazer aos produtores a necessária tranqüilidade no exercício de suas atividades. Visa a garantir-lhes a maior parte dos recursos para pagamento de dívidas resultantes de financiamentos de custeio e investimento que não possam liquidar, por insuficiência de rendimento, em conseqüência de frustrações, parciais ou totais, de colheitas, ou perdas sofridas por seus rebanhos, resultantes de fenômenos naturais adversos.

Lançaram-se programas especiais para regiões prioritárias, dentro de áreas consideradas de importância estratégica para o desenvolvimento brasileiro — os «pólos» — POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, POLOCENTRO, Programa do Pantanal e outros.

Traduzem, de um lado, o esforço de ação concentrada de vários ministérios para a expansão da fronteira agrícola, a organização da atividade e o estímulo à produção e, de outro lado, o reconhecimento de que não é possível atuar com igual intensidade em todas as áreas por desenvolver, mas sim de que há necessidade de selecioná-las, ante a realidade limitativa dos meios disponíveis.

Deu-se nova definição ao Programa de Incentivos Fiscais. Sua atualização tem em vista assegurar melhor aplicação dos recursos correspondentes, evitando-se a pulverização e distorções em sua utiliza-

ção. A medida terá repercussões sensíveis no reflorestamento e permitirá o saneamento e revigoramento do setor da pesca.

Desenvolveu-se a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, tendo em vista que ela constitui elemento muito expressivo do programa de apoio à produção.

Em 1975 a Empresa dispõe de 600 milhões de cruzeiros para serem aplicados em trabalhos de pesquisa, exercendo sua ação nacional em Centros Especializados e, nos Estados, pela integração com as unidades de pesquisa existentes.

Ênfase foi dada ao Plano Nacional de Sementes que se encontra em pleno desenvolvimento e deverá se estender a todo o território do País, tendo em vista promover-se o aumento da utilização de sementes da melhor qualidade nas principais culturas.

A assistência técnica está sendo revigorada pelo aumento de recursos à sua disposição — maiores aproximadamente duas vezes e meia, em relação a 1974. Reconhece-se, dessa forma, a prioridade para o uso da tecnologia moderna na atividade rural como indispensável à maior produtividade e, pois, à redução dos custos de produção.

A disponibilidade e o preço dos insumos têm sido objeto de especial atenção. No ano de 1974, em regime de emergência, vários desses insumos de produção foram financiados a taxas de juros totalmente subsidiadas. Em 1975, ainda em caráter emer-

gencial, criou-se um subsídio de 40% dos preços dos fertilizantes, objetivando a que se mantivessem ao nível vigente no início de 1974. Como solução definitiva, foi aprovado e já se encontra em execução o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcários que visa a nossa auto-suficiência nos próximos anos.

Tem sido preocupação permanente do Governo assegurar crédito suficiente aos produtores rurais. Em 1974, para conter a pressão inflacionária ressurgida, foram necessárias severas medidas de restrição à expansão monetária. Esta, inicialmente, foi limitada a 35%. Cuidou-se, contudo, de estabelecer níveis mais altos para a expansão do crédito destinado à agricultura, programando-se a sua elevação a 49,5%. Controlado o processo inflacionário, a agropecuária imediatamente recebeu estímulo na liberação de maiores recursos.

A partir do mês de outubro, todas as operações de custeio e inúmeras operações de investimentos passaram a ser executadas extralimites, o que elevou o crédito agropecuário, em 1974, de cerca de 60%. No ano de 1975 a expansão monetária está definida em 30%. Para a agricultura, no entanto, o teto foi elevado 50,8%, além de manter-se a resolução de ausência de limites para créditos do custeio e para determinados investimentos.

A política de preços mínimos, tornada mais vigorosa e agressiva, foi ampliada, estendendo-se a novos produtos e regiões. Com isto, se ofereceu evidente apoio e incentivo à produção e garantia à

comercialização. Pela primeira vez foram estabelecidos preços mínimos em níveis superiores aos do mercado — e, quando necessário, houve nova fixação, de natureza complementar, após o plantio. De modo inteiramente original, decidiu-se determinar, para produtos perecíveis, preços com base em custos de produção e pelos quais a COBAL os adquiriu em quantidades que permitiram a manutenção satisfatória do mercado.

A atividade de comercialização, tão importante quanto à de produzir, recebeu especial atenção para seu desenvolvimento, por meio de entidades oficiais especializadas e, principalmente, pela ação do setor privado, com ênfase em Cooperativas.

Acentuou-se, também, o esforço de incentivar as exportações agrícolas, ampliando-se, quando necessário, os mecanismos que melhoram as condições de colocação de nossos produtos no mercado internacional.

No que se relaciona com a infra-estrutura prosseguiu-se com o desenvolvimento prioritário dos programas de «corredores de Transporte». Considerou-se imprescindível melhorar as condições de armazenamento, através da ação estatal e, principalmente, da iniciativa particular, devidamente apoiada. Espera-se corrigir as defasagens existentes no sistema de estocagem, à medida em que for concretizado o Programa Nacional de Armazenagem, recentemente aprovado, pelo qual se ampliará, em todo o país e em prazo relativamente curto, a capacidade de guarda de produtos agrícolas, pecuários e de pesca. A orien-

tação adotada é a de se estimular a criação de novas unidades armazenadoras tanto em fazendas, como em áreas intermediárias e nos Terminais, beneficiando, assim, todos os segmentos do processo de estocagem.

Em apoio ao setor do abastecimento, está sendo concluído, com prioridade, o Programa de Centrais de Abastecimento, complementado com o Programa de Mercados Expedidores de Origem, com o objetivo de melhor dotar de instalações os centros de produção e de reduzir custos de comercialização. Todo o empenho dessa ação tem sido orientado, em primeiro lugar, no sentido de que não haja falta dos produtos exigidos pelo consumo e, por outro lado, de que os preços, sem prejuízo do indispensável estímulo do lucro para os produtores, sejam os menos onerosos para os consumidores.

Desde o início do Governo, é dada atenção especial ao problema fundiário, principalmente no que se refere à titulação de terras. É um problema que muito preocupa vários setores da administração, não apenas pela finalidade de assegurar trabalho e produção, mas principalmente pelas tensões sociais geradas e que exigem pronto atendimento.

Seguindo essa orientação, o INCRA, em 1974, conseguiu ultrapassar o expressivo número de 28 mil títulos entregues, esperando-se que, nos próximos anos, este índice de regularização seja substancialmente aumentado.

Intensificaram-se, também, os trabalhos de liberação de áreas reservadas a programas especiais de

desenvolvimento para serem licitadas a pequenas, médias e grandes empresas.

A eletrificação rural — empreendimento de significação muito positiva como fator de radicação do homem no campo — teve grande expansão. Em 1974, foram contratados 15.100 km de linhas de transmissão, para a instalação de um potencial de 140.750 kw, beneficiando 26.000 propriedades. Estes números se tornam relevantes quando comparados aos do período 1965-73, no qual se instalaram 8.821 km de linhas, com potência de 73.870 kw e servindo 12.000 propriedades.

Prosseguir-se-á nesta expansão, aumentando aceleradamente a disponibilidade de energia elétrica para o setor rural.

Senhores Pecuaristas.

Irei, agora, deter-me mais especificamente no que vem o governo realizando em prol do fortalecimento do importante segmento de nossa economia rural, que é a pecuária.

Foi diretiva adotada desde o início do meu Governo estabelecer uma política realista que evitasse especulações e bruscas oscilações de preços, as quais não beneficiam nem a produtores nem a consumidores.

Convencidos de nossas responsabilidades comuns — Governo e setor privado — e dispostos à criação de um construtivo clima de entendimento e trabalho, deixamos bem demonstrada a intenção de eliminar o tabelamento. E esta medida foi tomada.

em curto prazo, não só para o boi, mas também para a maioria dos cortes de carne de varejo. Cuidou-se de eliminar o confisco cambial para as exportações pecuárias, assim como de revogar o processo de requisição de boi.

Buscou-se, evidentemente, uma política de normalização de preços e de realidade de mercado, que só pode ser mantida em vigor, como regra, desde que haja boa fé, negociações abertas, e verdadeira vontade de chegar ao entendimento geral.

No setor do leite também procurou-se estabelecer uma política realista de preços, de estímulo da produção na entressafra e de garantia de comercialização na safra, através dos estoques reguladores.

O ano de 1974 foi atravessado com algumas dificuldades, na maioria criadas pelos que não percebiam estarmos diante de um panorama internacional desfavorável, de mercados fechados, com inelutáveis repercussões internas.

Cabe, no entanto, reconhecer que foram mantidos preços de sustentação aos produtores — além de preços estáveis a consumidores — e que o abastecimento interno não sofreu as dificuldades até então habituais; evitaram-se as filas; não houve falta do produto; a entressafra ocorreu tranqüila.

Reconheceu o Governo, ainda, a necessidade de definição de uma política ante a qual possam os produtores ter confiança para realizar investimentos, mesmo diante de uma conjuntura internacional em

crise. Para tal aprovaram-se, ao final de 1974, as diretrizes da política governamental para a pecuária bovina.

Elas estabelecem a política de preços com base na realidade do mercado e sem distorções criadas pelos tabelamentos. Instituem, ainda, mecanismos de transferência de oferta de carne do período de safra para entressafra, de modo a reduzir os desequilíbrios sempre observados na oferta do produto. Promovem a estocagem, a frio, do boi abatido em período da safra, bem como a indução, através de incentivos fiscais, da maior entrega do boi gordo num período crítico da entressafra. Quanto ao comércio exterior formulam um comportamento coerente com as condições do mercado interno.

Com relação ao desenvolvimento tecnológico as diretrizes indicam a melhoria do nível de manejo e tratos sanitários para obtenção de maior taxa de natalidade e menor mortalidade; melhor nível de alimentação com a finalidade de reduzir as diferenças de oferta entre a safra e a entressafra; e o desenvolvimento de técnicas para a elevação da taxa de desfrute, de modo a aumentar, significativamente, a oferta e a regularidade de bovinos para o abate.

Ao mesmo tempo outras medidas estão sendo tomadas para reforçar direta ou indiretamente o setor pecuário. Criaram-se, e estão em fase de implantação, o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte e o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite; a política de estoques reguladores, em opera-

ção no corrente ano, retirando do mercado o excedente, vem obtendo os desejáveis efeitos de sustentação dos preços para os produtores; abriu-se uma ativa linha de crédito para retenção de cria ou recria; iniciou-se a promoção do melhoramento genético, por meio de testes de progênie, realizado conjuntamente com associações de classe e de produtores; incentivou-se o desenvolvimento do novilho precoce. Considerando medida importante, determinaram-se estudos para a correção e adequação dos custos do dinheiro aplicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária.

Além dessas providências, ja em vigor, estão em curso outras medidas. Aí está o Programa Nacional de Saúde Animal (PRONASA), no qual se investirão, em 1975, cerca de 300 milhões de cruzeiros. Por seu intermédio será ampliada a Campanha Nacional da Febre Aftosa, e iniciado o combate à brucelose, à raiva dos herbívoros, entre outras providências necessárias ao controle da saúde animal.

E, finalmente, nesta reunião de hoje — para a qual os senhores foram convidados — lança o Governo um novo e vigoroso estímulo à pecuária: o «Programa Nacional de Pastagens».

De fato, estão sendo estabelecidas, neste Programa, as condições para uma linha especial de crédito ao setor da alimentação animal, no valor mínimo de 1 bilhão de cruzeiros por ano.

O seu objetivo é a formação e melhoria de pastagens, o aperfeiçoamento do manejo e alimenta-

ção dos rebanhos, proporcionando as condições para ampliar-lhes o desfrute.

O crédito, concedido em função do tamanho do rebanho, será suficiente para a formação de área adicional de pastagens destinadas à complementação alimentar no período da entressafra. O prazo de pagamento e a carência serão adequados e os juros subsidiados.

Concebido como parte da política de difusão de tecnologia, propõe-se a recuperar, anualmente, um mínimo de 10% das pastagens, e permitir a formação de capineiros de corte e pastagens de gramíneas ou leguminosas.

Esta providência, reconhecidamente objetiva e eficaz, complementa as anteriores, aumentando racionalmente o apoio governamental ao setor pecuário.

Agradeço o comparecimento de todos a este ato. A par de sua finalidade própria — qual a de dar-lhes conhecimento deste novo «Programa Nacional de Pastagens», cujo alcance, estou certo, será bem avaliado por aqueles que se dedicam ao campo — me permitiu recordar, para conhecimento público, as principais iniciativas do meu Governo, até agora adotadas em benefício do desenvolvimento da agricultura e da pecuária do país.

Com tais iniciativas damos um avançado passo para a necessária consolidação do valioso trabalho do produtor rural.

Com esse trabalho e através da ação intensa da iniciativa privada, asseguraremos o crescimento racional e contínuo de tão importante setor, que é base da nossa economia e essencial para que possamos levar a bom termo nossa decisão de viver em uma sociedade coesa nos seus ideais, integrada em suas regiões, harmonizada em suas atividades, num grande Brasil.

23 DE MAIO DE 1975

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, DURANTE AUDIENCIA AOS FORMANDOS DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL, DE SANTA MARIA, RS.

Não sou contra a prática da política pelos estudantes. O que não está certo é fazer política dentro da Universidade. A Universidade foi feita para estudar. A vida política se faz nos partidos. Seja na ARENA ou na oposição. Cada um deve procurar o partido que represente os seus ideais. Há uma atividade universitária: estudo, preparação pessoal para a vida; e uma atividade nacional: política.

O que acho errado é que alguns queiram levar a política para dentro da Universidade, aproveitando o idealismo dos jovens como fonte de pressão para fins políticos, sempre com objetivos espúrios. Os jovens têm idealismo forte e devem conservá-lo. O idealismo é uma fonte de força para suas realizações. Devem ser, também, realistas e ter os pés no chão.

Se o moço for apenas materialista e realista, preocupado com as coisas puramente materiais, não conseguirá nada. A sabedoria da vida consiste em conciliar o idealismo com a realidade do país e do mundo.

Este é conselho mais de um velho que de um Presidente da República. Perdoem a liberdade que usei para falar com vocês. Mas fiquem certos que

tenho muito gosto em falar com os mais moços, porque isto é sempre um alento para a minha tarefa, como vocês podem imaginar, muito difícil e cheia de responsabilidade.

27 DE MAIO DE 1975

IMPROVISO DURANTE AUDIÊNCIA CONCEDIDA AOS PARTICIPANTES DO VIII ENCONTRO DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA.

Quando se fala nas nossas mazelas sociais, como a distribuição de renda, na base vamos sempre encontrar a falta da Educação. É um problema extraordinariamente difícil, porque, de um lado, a nossa população cresce continuamente, então a cada ano são mais escolas, são mais professores; de outro lado, o País é extenso, enorme, com zonas rurais de difícil acesso, tudo isto faz com que o ensino se torne muito caro. É aí que o problema de recursos se faz sentir. Se dermos um balanço entre as necessidades e as possibilidades, há sempre um grande desequilíbrio, pois as necessidades são sempre maiores que as possibilidades. Então, só temos uma saída, a de sempre, o estabelecimento de prioridades. Não se pode atacar um problema em todas as direções com a mesma intensidade. Há que ter imaginação e capacidade de análise para verificar onde os recursos devem ser aplicados com resultados mais rápidos para a obtenção de objetivos. Este, aliás, é um problema geral de Governo, não é só problema da área de educação.

Governar, evidentemente, numa situação como a nossa, é estabelecer prioridades e ter a firmeza de manter essas prioridades; muitas vezes, saber dizer não, pois dizer sim é muito fácil e agradável, mas encontrar os meios é outra história.

Acredito que o problema dos senhores, de um lado, é um trabalho extraordinariamente interessante, pelo campo de trabalho. Trabalhar com os jovens é fascinante, embora extremamente difícil pela questão dos recursos. E os recursos não são só os financeiros, mas também, humanos. É difícil encontrar professor ou formar professorado adequado. Outro problema é a reforma do ensino, que foi feita, está aí, e não é meu objetivo voltar atrás. Esta é fórmula geral de governo que eu aplico — não voltar atrás.

Logicamente, a reforma que está aí pode ser criticada, pode apresentar deficiências, pois entre as exigências da reforma estão os recursos disponíveis. Mas devemos entender que ela tem de ser realizada de uma forma gradativa. Ela é válida desde que nos coloquemos na posição de que não se faz do dia para a noite; é um objetivo a atingir, para o qual devemos caminhar; tem de sair de forma gradativa e, dentro dessa gradação, cabe em cada Estado, em cada área, ver quais são as prioridades a ser estabelecidas.

É bem possível que a prioridade em São Paulo seja uma, no Amazonas seja outra. Então é aí que entra o espírito de cumprir a lei a longo prazo. Este prazo, para certos Estados pode ser mais curto, para outros, mais longo, em função das características do Estado e, sobretudo, dos recursos disponíveis. Se entendemos a reforma dentro deste espírito, veremos que ela é válida e exeqüível. Agora, se quisermos ser açodados e fazer reforma em um ano, dois ou três, aí, evidentemente, vamos fracassar.

Tive grande prazer em tê-los hoje, aqui, participo das angústias e das preocupações que os senhores devem ter em relação à missão, mas acho que esta, nas mãos dos senhores, é das mais nobres e vale o esforço que devemos fazer. Nossa preocupação na área federal é justamente de coordenação. Se somarmos esforços da área federal para a área estadual podemos obter resultado mais depressa do que se trabalharmos separados.

A ação federal, ao contrário do que muitos dizem, não visa absolutamente tolher a autonomia dos Estados. Os Estados são autônomos, mas o sistema de Governo que existe hoje em dia, inclusive devido às boas comunicações de que hoje dispomos, do encurtamento das distâncias, tende a determinada centralização, pelo menos a uma centralização normativa. O papel do ministério, em grande parte, é esse, normativo, supletivo, sem prejuízo da autonomia dos Estados.

Se nós coordenarmos nossos esforços e caminharmos juntos, produziremos evidentemente muito mais do que se cada qual tomar a sua própria direção. É por isso que acho o encontro que os senhores estão realizando, aqui, extraordinariamente importante. Muito obrigado.

4 DE JUNHO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA CERIMONIA DE CONDECORAÇAO DO PRESIDENTE DA ROMENIA, NICOLAE CEAUSESCU, COM O GRANDE-COLAR DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL.

Senhor Presidente,

No primeiro ato da visita oficial de Vossa Excelência, ao Brasil, apraz-me sobremodo entregar-lhe elevada condecoração brasileira — o Grande-Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul — com a qual timbramos em distinguir, apenas, nossos hóspedes mais ilustres.

Ao fazê-lo, desejo manifestar a alta conta em que tenho os esforços despendidos por Vossa Excelência no desenvolvimento de seu país e pela afirmação da Romênia no cenário mundial.

Quero, outrossim, ressaltar a incansável atividade pessoal de Vossa Excelência no estabelecimento de vínculos de amizade com outros governantes de Estados e na promoção do respeito intransigente aos princípios fundamentais da convivência entre nações.

Senhor Presidente,

Ao fazer-lhe entrega da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, estou seguro de interpretar, com fidelidade, os sentimentos de respeito e amizade do povo brasileiro ao povo da Romênia, tão bem representado aqui pela figura singular de Vossa Excelência a quem rendemos justas homenagens.

4 DE JUNHO DE 1975

SAUDAÇAO AO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, NICOLAE CEAUSESCU, APOS O JANTAR NO PALACIO DO ITAMARATY, EM BRASILIA.

Senhor Presidente Nicolae Ceausescu,

É motivo de honrosa satisfação para mim receber a visita oficial de Vossa Excelência.

Bem sei que não é este seu primeiro contato com o Brasil. Contudo, é esta, sim, a primeira vez que o meu país acolhe, oficialmente, um Chefe de Estado romeno.

A presença de Vossa Excelência tem um significado especial, pois revela o desejo recíproco que nos anima de estreitar, a nível de governo, os laços de amizade que unem nossos povos.

Por certo, e do mesmo modo que sucedeu na Romênia, a civilização brasileira não repousa apenas no seu patrimônio latino. Enriqueceram-na elementos autóctones e africanos, seguidos de contribuições de quase todas as civilizações do globo. Mas ficou-nos, a todos os brasileiros, a língua portuguesa, a vincular-nos de forma muito especial às nossas origens latinas e ficaram-nos, também, sentimentos e afinidades que compartimos prazerosamente com os demais povos da grande família latina.

As relações entre nossos países são antigas e marcadas por felizes eventos indicativos da impor-

tância que nossos homens de Estado sempre lhes atribuíram.

Não se esqueceu o Brasil do gesto de apreço com que foi distinguido pelo Governo da Romênia, ao mandar-nos, quando dos albores de sua afirmação como Estado soberano, a Missão Voinescu, encarregada de anunciar oficialmente a independência da Romênia ao Governo brasileiro.

Mais tarde, seríamos objeto de nova deferência por parte de seu país, ao eleger o Brasil para aqui estabelecer sua primeira Legação na América Latina.

Em épocas mais recentes, nos foros da diplomacia multilateral, brasileiros e romenos temos atuado freqüentemente de acordo na defesa de princípios que nos são comuns. Mesmo quando nossos pontos de vista foram divergentes, nunca nos faltou, no trato recíproco ou com outras Nações, o respeito mútuo e a boa fé, base da cooperação entre todos os povos e governos.

No plano bilateral, o desejo de acelerar o desenvolvimento econômico de nossos países e de elevar o nível de vida de nossos povos favorece maior estreitamento das relações econômico-comerciais, tanto mais que nossas economias apresentam apreciável grau de complementaridade.

Nesse sentido, podemos felicitar-nos pela quadruplicação do valor de nosso comércio bilateral, no período compreendido entre 1972 e 1974. Tal resultado, já por si altamente significativo, deverá ser ultrapassado, à vista dos negócios contemplados em

futuro próximo e da cooperação que estamos iniciando para expansão de nosso intercâmbio a mais longo prazo.

Senhor Presidente

O ecumenismo, princípio basilar da mais ampla convivência humana, tem marcado de modo muito nítido os destinos do Brasil e da Romênia.

No plano interno, o ecumenismo presidiu à própria formação do Estado brasileiro, permitindo que contingentes locais, europeus, africanos e asiáticos, de bases culturais e religiosas diferentes, se amalgamassem harmoniosamente num só povo.

Transplantado para o plano internacional, o ecumenismo impõe-nos procurar o convívio das outras nações, despidos de desconfianças estéreis, imunes às ambições de hegemonia e refratários aos alinhamentos automáticos. Nossa regra de convivência é a adesão irrestrita ao princípio do direito dos povos à autodeterminação e a seu corolário indispensável — a não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Para nós, a igualdade jurídica dos Estados não é apenas um conceito abstrato, mas sim uma noção positiva, inspirada por sentimentos de respeito e de fraternidade internacional.

Desejamos realizar nosso destino com a colaboração das demais nações e não às suas expensas. Orientado pelos princípios do respeito mútuo, da igualdade, da autodeterminação e da não-intervenção, o Brasil está disposto a cooperar com todos os

países que compartilham dessas diretrizes básicas, respeitando as opções fundamentais que cada povo legitimamente faça para o seu destino e permanecendo fiel às opções de nosso próprio povo.

Senhor Presidente

Ideais semelhantes a esses que inspiram o Governo brasileiro vêm sendo objeto da incansável atividade do país e do Governo de Vossa Excelência.

Estou certo de que, buscando alargar os terrenos da cooperação possível, a serviço dos interesses e dos ideais que fundamentam a ação de nossos respectivos governos, estamos pondo em prática os mais elevados princípios da convivência amistosa entre Nações.

É fundada esperança minha que esforços como os dos nossos países tenham sobre os outros povos e governantes o nobre efeito de estimulá-los a preferir, ao antagonismo, a busca do entendimento em meio à diversidade. Se lograrmos tal efeito, Senhor Presidente, estaremos, por certo, contribuindo em muito para a paz e a segurança internacionais.

Com o pensamento voltado para nossos esforços de afirmação nacional, de luta contra o subdesenvolvimento e de instauração de uma nova era de paz, de prosperidade social e de segurança para todos os povos, ergo minha taça, em nome da Nação brasileira, pela crescente prosperidade do povo romeno e pela felicidade pessoal de seu ilustre Presidente e da Senhora Ceausescu.

5 DE JUNHO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO, APÓS A ASSINATURA DA DECLARAÇÃO CONJUNTA COM O PRESIDENTE DA ROMÊNIA, NICOLAE CEAUSESCU.

Senhor Presidente.

A permanência de Vossa Excelência em Brasília, embora por demais breve, está sendo de grande utilidade às relações entre nossos países.

Atesta-o a Declaração Conjunta que acabamos de assinar.

Neste texto, procuramos, com equilíbrio, explicitar os pontos comuns de nosso pensamento jurídico, político e econômico, e fixar também metas no plano bilateral, registrando nossas esperanças quanto ao futuro da humanidade.

Por outro lado, a vinda de Vossa Excelência ao Brasil acionou nossas Chancelarias e movimentou numerosos colaboradores nossos, em diferentes níveis e setores. Desses contatos surtiram bons efeitos, proporcionando a esses altos funcionários brasileiros e romenos a oportunidade de passar em revista as bases de nosso relacionamento e suas novas perspectivas.

Pôde-se, assim, aquilatar a conveniência da conclusão de novos instrumentos jurídicos suscetíveis de dinamizar nossas relações bilaterais, visando sobretudo ao incremento do comércio e ao estabelecimento de cooperação mutuamente proveitosa.

Foi, portanto, com grande prazer, que assisti à assinatura do novo Acordo de Comércio e Pagamentos, consentâneo com a realidade econômica, no estágio atual do intercâmbio entre nossos países e capaz de influir favoravelmente sobre o incremento do valor e volume de nossas trocas comerciais.

Nesse último sentido, por certo, deverá também atuar o Convênio sobre Transportes Marítimos, de cuja aplicação se beneficiarão, ainda, nossas marinhas mercantes.

Finalmente, Senhor Presidente, abrindo caminho rumo à cooperação econômica, científica e tecnológica, três textos foram concluídos.

O Acordo relativo à abertura de linha de crédito para a cooperação no campo siderúrgico traduz o interesse e a confiança do Governo romeno nos planos de expansão das empresas siderúrgicas brasileiras. A execução de tais planos, bastante ambiciosos, é da maior importância para o processo de desenvolvimento do Brasil.

Assim, ao registrar minha particular satisfação pela assinatura desse instrumento, formulo votos para que as empresas brasileiras possam, efetivamente, valer-se da linha de crédito ora aberta, para adquirir, no mercado romeno, parcela substancial dos bens e equipamentos de que necessitem.

O segundo texto, hoje assinado, interessa a área de reconhecida potencialidade, qual seja a da transferência de tecnologia para o setor farmacêutico. Representa esse Acordo o feliz encontro de

uma verdadeira faixa de interesses convergentes. São bem conhecidas, de fato, as conquistas da indústria farmacêutica de seu país e muito nos agrada que, no empenho de diversificar nossas fontes supridoras de matérias-primas e de tecnologia para esse ramo industrial — a que confiro alta prioridade —, possamos doravante contar com maior participação da Romênia.

Quanto ao Protocolo de Entendimento no Campo da Mineração, seu escopo é propiciar aos técnicos de empresas brasileiras melhor conhecimento dos avanços alcançados por suas homólogas romenas, com vistas ao estabelecimento das bases e dos aspectos específicos em que cooperação útil deva e possa ser estabelecida.

Finalmente, em decorrência de Protocolo de Intenções, firmado no ano passado, por Ministros de nossos Governos, tivemos a assinatura de contrato, a longo prazo, para fornecimento de minério de ferro à Romênia. Enquanto o permitirem nossas reservas, felizmente abundantes, não deixaremos que se ressintam nossos amigos da falta desse importante recurso mineral.

Senhor Presidente,

É motivo de júbilo para mim ter presidido juntamente com Vossa Excelência a esta cerimônia de tão segura repercussão sobre o futuro das relações entre o Brasil e a Romênia. Sementes importantes acabam de ser lançadas ao solo. Caberá a nossos colaboradores velar por seu crescimento e, praza a

Deus, possamos ainda nós mesmos conhecer os frutos da nova era, hoje instaurada, de relações mais estreitas de amizade e cooperação entre nossos países.

5 DE JUNHO DE 1975

DISCURSO NO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, NICOLAE CEAUSESCU, NO HOTEL NACIONAL, BRASILIA.

Senhor Presidente,

É esta, possivelmente, a última oportunidade que terei de dirigir-me publicamente a Vossa Excelência, durante a sua visita oficial ao Brasil. É próprio manifestar-lhe, pois, quanto me aprouve conhecê-lo pessoalmente e tratar com Vossa Excelência.

As conversações que mantivemos demonstraram sua real utilidade ao fornecer-nos, reciprocamente, visão mais nítida do que cada um de nós considera sua tarefa de homem de Estado.

Sabemos ser nossa, a obrigação de envidar todos os esforços na consecução dos ideais de nossos povos. E, para tanto, necessitamos, por certo, de cooperação ampla, dentro e fora de nossas fronteiras nacionais.

Verificou Vossa Excelência que toda colaboração sincera e respeitosa é benvinda em meu país, nas áreas suscetíveis de absorvê-la. De outro lado, encontramos igual receptividade por parte da Romênia. São esses, frutos incontestáveis desse nosso encontro.

Senhor Presidente,

Doravante, ligam-nos laços mais estreitos de conhecimento mútuo que timbrarei em preservar.

Amanhã, estará Vossa Excelência conhecendo São Paulo, onde lhe desejo feliz estada. Lá, cercado das mesmas demonstrações de amizade e de respeito que encontrou em Brasília, continuará Vossa Excelência a conhecer, de perto, a civilização e o povo brasileiros.

Ao regressar a seu país, peço que leve consigo a certeza de ter deixado sinceros amigos junto ao Governo e ao povo do Brasil. É por essa amizade e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Ceausescu que ora ergo minha taça.

10 DE JUNHO DE 1975

NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA ASSINATURA, PARA REMESSA AO CONGRESSO NACIONAL, DOS PROJETOS DE CÓDIGO CIVIL E DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, DA LEI DE CONTRAVENÇOES PENAIS E DA LEI QUE MODIFICA O CÓDIGO PENAL.

O Ministério da Justiça bem cumpriu a minha recomendação, no sentido de pedir aos ilustrados Membros das Comissões de reforma de Códigos da República que se empenhassem em acelerar os seus estudos e trabalhos, a fim de que os projetos respectivos pudessem ficar concluídos dentro do menor prazo possível.

É escusado acentuar a relevância do problema dos Códigos brasileiros, dada a evidente necessidade de sua atualização.

Sem deixar de fazer justiça aos que, no passado, deram ao Brasil textos jurídicos de alto valor, é indiscutível que, já há alguns anos, se tornava imperioso ajustar os Códigos às imposições da evolução e do desenvolvimento do País.

O Ministro da Justiça está certo quando manifesta ao grupo de especialistas que elaboraram os novos textos, o reconhecimento do Governo. A Nação fica a dever-lhes mais um serviço de extraordinária importância e que se incorporará aos já consagrados títulos de merecimento que possuem.

Por outro lado, meu Governo manifestou, por mais de uma vez, seu grande empenho no encaminhamento da reforma da Justiça. Dentro de poucos

dias, deverei receber das mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal o diagnóstico que a respeito lhe solicitei.

Será um novo passo avançado na jornada de que participamos, ativamente, com o objetivo de modernizar métodos e aparelhar adequadamente o Poder Judiciário.

Vou assinar, com prazer, as mensagens que encaminham ao Congresso Nacional os projetos de Código Civil e de Código de Processo Penal, assim também da Lei de Contravenções Penais e da Lei que modifica o Código Penal.

E espero, dentro em breve, após o imprescindível exame da matéria pelo Poder Legislativo, sancionar e dar vigência às leis correspondentes.

12 DE JUNHO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.

DISCURSO PRONUNCIADO EM RIVERA, SAUDANDO O PRESIDENTE JUAN MARIA BORDABERRY.

Excelentíssimo Senhor Juan Maria Bordaberry, Presidente da República Oriental do Uruguai,

Sinto-me feliz em pisar o hospitaleiro solo uruguaio e de atender, assim, ao honroso convite para, conjuntamente com Vossa Excelência, presidir à cerimônia de assintura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai, bem como de dez atos complementares, relacionados com importantes temas políticos e econômicos de interesse de ambos os países. É simbólico que esse Tratado, de singular importância histórica para nossos povos, seja firmado nesta cidade de Rivera que tão bem representa a intimidade da união entre o povo brasileiro e o povo uruguaio.

O espírito de franca cooperação e de perfeita amizade tem sido característica inalterável das relações entre o Brasil e o Uruguai. Entre nós, a boa vizinhança nunca foi uma fórmula retórica, mas um comportamento espontâneo, ao qual nos tornamos afeitos como se fosse um fato natural. Se assim temos podido conduzir nossas relações, é porque as baseamos no irrestrito respeito mútuo e na estima recíproca.

Hoje, esta cooperação assume aspectos exemplares. Em um mundo cada dia mais interdepen-

dente, a solidariedade natural promovida pela história, pela geografia e pela complementariedade econômica entre países como os nossos, tende a diversificar-se e a reforçar-se, em benefício recíproco e com reais vantagens para a comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Quis o destino que o Tratado que vamos assinar se materializasse no ano em que o povo uruguaio comemora o sesquicentenário de sua independência. Durante este século e meio, nossas Nações cresceram juntas, em harmonia e amizade. O Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio não vem, pois, instaurar um novo espírito em nossas relações, mas consagrar o que nelas tem sido uma realidade constante — a perfeita união e entendimento entre os nossos povos, em seus desejos comuns de paz, de harmonia e de progresso.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente, e ao Governo e povo uruguaios, trago, com minha presença, a reafirmação desses sentimentos inalteráveis.

12 DE JUNHO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.

DISCURSO EM RIVERA, NA SOLENIDADE DE CONDECORAÇAO DO PRESIDENTE JUAN MARIA BORDABERRY COM O GRANDE COLAR DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL.

Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai,

Ninguém melhor do que Vossa Excelência, pelas altas funções que exerce, pode dar testemunho do grande afeto e apreço que o povo brasileiro devota a seu nobre país. Em março do ano passado, ao honrar com sua presença a cerimônia de minha investidura na Presidência da República do Brasil, teve Vossa Excelência a oportunidade de verificar e sentir pessoalmente o carinho que dedicamos à nação uruguaia, à qual nos vinculam sentimentos muito especiais.

Aos laços criados pela geografia e pela história acrescentam-se, Senhor Presidente, aqueles outros gerados pela convergência de objetivos nacionais esclarecidamente interpretados.

Nenhum povo pode pensar em desenvolver-se isoladamente e, se isso é verdade no plano global, com mais força o é no plano regional. Assim entendemos nós, no Brasil, e da colaboração estreita com nossos vizinhos latino-americanos fizemos a pedra angular de nossa política externa, voltada toda para objetivos de crescimento harmônico, econômico e social. A cooperação com o Uruguai, como é natural

pelos laços permanentes de compreensão e de amizade que unem nossos povos, tem, nesse contexto, relevo singular.

Da parte do Governo de Vossa Excelência, iguais sentimentos de fraternidade e de cooperação existem com relação ao Brasil. Essa compreensão anima-nos e conforta-nos, pois o que nos move é o desejo de crescimento comum de nossos países num clima de paz e de amizade.

Senhor Presidente,

Em reconhecimento à grande colaboração que Vossa Excelência tem prestado aos ideais americanistas de solidariedade, dos quais as relações bilaterais entre nossos países são justo exemplo, e em preito de admiração ao eminente estadista, houve por bem o Governo brasileiro conferir a Vossa Excelência o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

É com imensa satisfação e honra que, interpretando sentimentos dos mais profundos do povo brasileiro, neste momento tão significativo na história das relações entre nossos países, condecoro a Vossa Excelência com as insígnias da Ordem do Cruzeiro do Sul, em seu mais elevado grau.

12 DE JUNHO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO URUGUAI, JUAN MARIA BORDABERRY, EM RIVERA.

Senhor Presidente,

Este é um momento de feliz simbolismo nas relações entre nossos países.

Comemoramos, aqui, a concórdia que tem caracterizado nosso passado de vizinhos e prometemos conservar e estreitar os laços de amizade que unem espontaneamente nossos povos. E fazemo-lo com a tranqüilidade de vermos sem mácula nosso entendimento passado e com a satisfação de podermos antecipar, inalterável, esse exemplar relacionamento.

A boa vizinhança entre o Brasil e o Uruguai honra historicamente a ambos os países. A atmosfera fraterna deste encontro demonstra, uma vez mais, que a política de amizade entre os dois países atende aos impulsos mais profundos de nossos povos.

Senhor Presidente,

Penhoram-me as demonstrações de afeto de que é objeto o meu país. A elas agradeço em nome do povo brasileiro.

Igualmente sensibilizam-me as gentilezas que temos recebido, tão representativas da tradicional

hospitalidade uruguaia. Em meu nome, no de minha mulher e no dos que me acompanham, transmito a Vossa Excelência e ao Governo uruguaio os nossos melhores agradecimentos.

Senhor Presidente,

Seja-me permitido elevar um brinde à ventura pessoal de Vossa Excelência e da Excelentíssima Senhora de Bordaberry, e à crescente prosperidade do povo da República Oriental do Uruguai.

12 DE JUNHO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.

DISCURSO PROFERIDO EM RIVERA, POR OCASIAO DA ASSINATURA DO «TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇAO E COMÉRCIO».

Excelentíssimo Senhor Juan Maria Bordaberry, Presidente da República Oriental do Uruguai,

O espírito de harmonia e boa inteligência, vigente sempre no relacionamento entre nossos dois povos, está simbolizado no encontro que ora nos reúne nesta hospitaleira cidade uruguaia de Rivera, fraterna vizinha de Santana do Livramento.

Aqui estamos, Senhor Presidente, para celebrar atos da mais transcendental importância para o desenvolvimento de nossos respectivos países. Coincidência feliz é que o façamos no ano em que o povo uruguaio festeja o sesquicentenário de sua independência. Estes cento e cinqüenta anos viram, constantes, a perfeita concórdia e o espírito de franca cooperação entre as duas Nações. Quando, agora, concluímos o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, não estamos, pois, exprimindo um voto a ser cumprido, mas consagrando uma realidade inalterável.

O Tratado que acabamos de assinar, estabelece um grande quadro que abarca a cooperação nos setores político, econômico, financeiro, comercial, cultural, técnico, científico e turístico. Instrumento dinâmico, que procura mobilizar as potencialidades

de ambos os países, não limita a cooperação prevista às preocupações do presente. Permite ele, pragmaticamente, que protocolos adicionais ou outros tipos de atos internacionais venham agregar-se à sua moldura institucional básica, para fazer face às necessidades e conveniência de nosso futuro relacionamento. Nesse sentido, será importante o trabalho da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguaia, criada pelo Tratado, para identificar essas hipóteses adicionais de cooperação, no aprofundamento das relações entre os dois países.

A assinatura, também hoje, do Protocolo de Expansão Comercial reveste-se de especial significado. Fazemo-lo quando já são significativos os níveis de nosso intercâmbio. Aceitamos, pois, como um desafio, a expansão maior, mutuamente benéfica, de nosso comércio. Para esse fim, encaminhar-se-ão as negociações a serem proximamente engajadas e que visam a diversificar e ampliar as pautas de exportação dos dois países, à luz da situação especial de que goza o Uruguai na Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Os Convênios sobre Transporte Marítimo e Transporte Fluvial e Lacustre constituem adequado complemento dos instrumentos sobre expansão comercial, pois permitirão mais rápido escoamento a nossas correntes comerciais recíprocas e melhor aproveitamento à marinha mercante dos dois países.

Igualmente importante para o desenvolvimento de nosso intercâmbio é a assinatura, pelas instituições bancárias competentes do Brasil e Uruguai, do

Convênio de Crédito pelo qual o Brasil estende, à República Oriental, financiamento para a aquisição de bens de capital, no valor de 50 milhões de dólares. Espera o Governo brasileiro que esse crédito crie condições mais favoráveis para que a indústria uruguaia possa competir com êxito nos mercados internacionais, impulsionando, em especial, suas exportações para o Brasil.

Já dentro do marco criado pelo Tratado, celebramos, nesta data, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Estou certo de que tal Acordo produzirá nítidos benefícios para o desenvolvimento econômico e social de nossos povos, tarefa primordial de ambos os governos.

Outro aspecto da cooperação prevista no Tratado e que desejo aqui destacar, é o do desenvolvimento do setor tritícola uruguaio, objeto de Nota Complementar ao Tratado, hoje, igualmente, assinada.

Ressalto, com satisfação, o Acordo a que chegamos, por troca de Notas, sobre a Fronteira Lateral Marítima entre os dois países e a definitiva fixação da Barra do Arroio Chuí. Resolvendo-se, assim, a contento de ambas as partes, a questão resultante das peculiaridades daquele curso d'água limítrofe, desaparecem aí os problemas ligados à delimitação de nossas respectivas soberanias.

Senhor Presidente,

O «acordo-quadro» hoje celebrado vem trazer novo estímulo ao Programa de Desenvolvimento da

Bacia da Lagoa Mirim. Por ele, comprometemo-nos a concluir entendimentos destinados a completar a moldura institucional e jurídica para a cooperação bilateral nesse importante projeto. Entrementes, continuam os dois Governos a aprofundar sua cooperação no aproveitamento dos recursos da Bacia, do que é prova eloqüente a assinatura, hoje, sob a égide da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o desenvolvimento da Lagoa Mirim, do contrato de execução do projeto de engenharia para o aproveitamento hidrelétrico de Passo do Centurião, no rio Jaguarão.

Reconhecendo a importância que o setor energético adquiriu para a celebração do desenvolvimento econômico, dá o Brasil especial consideração à sua possível colaboração para a construção da Usina Hidrelétrica de Palmar. Seria para o Brasil motivo de orgulho, participar nessa grande obra, de tanta relevância para o futuro desenvolvimento da República Oriental do Uruguai.

Igualmente de relevo reveste-se o acordo sobre Interconexão Energética, o qual prevê a realização de um estudo pelas entidades competentes dos dois países, com vistas ao exame da viabilidade de interligação entre a Central Termelétrica de Candiota, no Rio Grande do Sul, e a Central de Rincão do Bonete, no Rio Negro.

Senhor Presidente,

Tem o Brasil o sincero desejo de estabelecer com o Estado Oriental uma frutífera cooperação,

fundada no respeito mútuo e no acatamento dos compromissos históricos assumidos pelos dois países, com vistas à obtenção de reais benefícios para ambas as Partes. É política do Governo brasileiro explorar, com as Nações amigas, todas as faixas de convergências, num quadro franco e leal de trabalho comum, para tornar efetivo o desenvolvimento solidário que, no mundo de hoje, não é mais uma opção, e sim um imperativo.

Em numerosas oportunidades tenho salientado a importância que o Governo brasileiro atribui à cooperação com os países irmãos da América Latina. Não me canso de ressaltar esse propósito, uma vez que exprime ponto cardeal de nossa política exterior. Essa política, no quadro mais amplo da atuação global do Brasil, demonstra a prioridade que conferimos ao trato dos temas do Continente.

Não nos fascinam as soluções isolacionistas. A dinâmica própria das sociedades que, como as nossas, se encontram em pleno processo de crescimento e modernização, conduz necessariamente a esforços de estreita articulação entre suas economias, transformando-as em elementos harmônicos do sistema econômico mundial. A interdependência não é um fato a ser buscado no futuro, nem a ser artificialmente criado, mas constitui característica fundamental da economia internacional contemporânea. Não acreditamos, porém, numa interdependência baseada na subordinação, que encontra suas raízes numa obsoleta divisão internacional do trabalho. Cremos, isso sim, na riqueza da interdependência,

arrimada na cooperação e em oportunidades econômicas equitativas. Tal interdependência é a única capaz de unir os povos e de contribuir para a harmonia da sociedade internacional.

É com esse espírito que concluímos os presentes atos vinculando ainda mais nossos dois países. Confiamos em que trarão para as nossas nações ainda maiores perspectivas de crescimento e de harmonia.

17 DE JUNHO DE 1975

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, NO LANÇAMENTO DE NOVAS MEDIDAS REFERENTES AO PIS/PASEP.

Eu desejo, a propósito destas novas medidas sobre o PIS e o PASEP, relembrar que os princípios que orientam o Governo, traduzidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento, são os do desenvolvimento integrado.

Destaco este ponto porque nem sempre tem sido apresentado devidamente, além de muitas vezes ser desvirtuado demais. Preocupamo-nos em desenvolver o País economicamente, mas também nos preocupamos, e muito, em desenvolver os setores social e político.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento, dentro deste espírito de integração, esforçamo-nos em pôr em relevo, em dar ênfase, ao desenvolvimento social.

Esta tem sido a diretriz do meu Governo desde o primeiro dia e os primeiros atos do Governo traduzem este pensamento. Criou-se, desde logo, o Conselho de Desenvolvimento Social, visando a melhor integrar a área do Ministério que mais diretamente se relaciona com o problema social: Saúde, Educação, Trabalho, e pelo desmembramento do Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e Assistência Social. Desde então, têm sido inúmeras as medidas que o Governo tem posto em prática, no

sentido de mais equilibrado desenvolvimento social para o País, com atenção especial para os trabalhadores.

Muitas dessas medidas cumprem ao Ministério da Educação, ou ao Ministério da Saúde. Mas desejo me referir, especialmente, àquelas que foram adotadas no Ministério da Previdência e Assistência Social e na área do Ministério do Trabalho.

No caso particular do Ministério do Trabalho, ocupamo-nos longamente do problema salarial, que tornou-se crítico no ano passado e no começo deste ano, em virtude do recrudescimento da inflação. Para enfrentar este problema em melhores condições, adotamos duas medidas; a primeira foi a mudança da fórmula salarial, que permitiu correção mais atualizada dos efeitos inflacionários; e a segunda medida, a que dou a maior importância, foi desvincular do salário mínimo uma série de outros índices, de elementos que variavam em função dele, circunstância que criava condicionamentos restritivos à variação mais livre do mínimo, justamente porque seu aumento implicava automaticamente no encarecimento de vários outros fatores da vida nacional.

Esta medida de desvinculação permitiu que neste 1975 se desse um aumento substancial do salário mínimo, que em termos reais, além da inflação, representa um acréscimo de mais ou menos 8 a 10%. Agora, chegou a oportunidade de se adotar outra medida, relacionada com esses dois significativos programas, o PIS e o PASEP. Como estão, os programas

trarão benefícios ao trabalhador a muito longo prazo, sobretudo para a sua família em caso de falecimento, e para ele próprio, quando se aposentar.

Esses benefícios vão subsistir. Não haverá absolutamente interferência, eles prosseguirão. Apenas, agora nos preocupamos em dar ao trabalhador um benefício maior antes de verificar-se uma dessas hipóteses: de falecimento ou aposentadoria.

Imaginou-se, então, dar aos trabalhadores de menor salário — trabalhadores que ganham até 5 salários mínimos por mês — dar-lhes um salário mínimo anual a mais, desde que ele esteja incluído no programa há pelo menos cinco anos. Em outras palavras, todo trabalhador que estiver no programa mais de cinco anos e ganhar menos de cinco salários mínimos por mês, terá anualmente um salário mínimo adicional, à conta do PIS e do PASEP, o que vale a dizer que para esses trabalhadores cria-se, na realidade, um 14° salário, além do 13° já assegurado pela Legislação em vigor.

Estes dois programas até agora, são dois programas distintos. Um, o PIS, aplicado ao trabalhador que se sustenta em atividade enquadrada na legislação do trabalho, em empresas privadas; o outro abrange os empregados do Governo, inclusive aqueles das sociedades de economia mista. Visando a evitar que essas duas categorias tenham benefícios diferentes, procurou-se de acordo com essa Legislação, unificar os dois sistemas, quer dizer, o PIS e o PASEP, que constituem hoje dois grupos separados,

e embora as receitas sejam de origem e natureza diferentes, vão constituir um fundo único, de modo que os benefícios para todos os trabalhadores se igualem.

Em essência, é o que se propõe, nesse Projeto de Lei Complementar. Acredito que são medidas de peso, que vão influir numa melhor distribuição de renda, sem prejudicar o crescimento do País, e vão permitir também que se atenda às classes menos favorecidas, de menor renda. sem que se lance mão de processos demagógicos. com os reflexos inevitáveis sobretudo no aumento da taxa de inflação.

Vai acontecer, porém que o volume de recursos de que o fundo dispõe para financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vai sofrer um pequeno decréscimo; mas estudos foram feitos logo para que essa redução não tenha influência muito forte sobre nosso desenvolvimento econômico.

Era o que eu tinha a lhes dizer, e pediria agora que se procedesse à leitura do Projeto de Lei Complementar.

9 DE JULHO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO GUANABARA, NO RIO DE JANEIRO, POR OCASIAO DA ASSINATURA DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS PARA OBRAS DAQUELE ESTADO.

Em maio do ano passado, deu o meu governo um largo passo no sentido da reorganização territorial do país, enviando ao Congresso o projeto de lei complementar que dispõe sobre a criação de Estados e Territórios pela União e, na sua conformidade, estabelece a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Após a tramitação legislativa, foi o projeto convertido em lei, sancionada a 1° de julho de 1974. e, conseqüentemente, a partir de 15 de março deste ano, procedeu-se a extraordinário avanço no processo harmônico da integração nacional, com a reconstituição, nesta região, do grande Estado do Rio de Janeiro.

Ao Estado assim criado cabe, sem dúvida, lugar de destaque na federação brasileira, pela sua privilegiada posição geográfica e principalmente pela sua importância econômica e cultural.

Não foram subestimadas, naquela oportunidade, as grandes dificuldades inerentes a essa fusão e que, certamente, teriam que ser enfrentadas pelo primeiro governo do novo Estado. Ao nomear o Governador Faria Lima para o cargo, estava eu bem consciente de que lhe atribuía uma das missões mais árduas da atual administração do país. Árdua, em essência, pela necessidade de atender, simultaneamente, às

tarefas inéditas e excepcionalmente complexas de integrar duas organizações administrativas e dois sistemas socio-econômicos desiguais, e impulsionar o programa de desenvolvimento de uma das regiões geoeconômicas mais importantes do Brasil, enfrentando o descompasso entre a metrópole altamente urbanizada e sofisticada e diferentes áreas rurais, algumas inexploradas, outras estagnadas, embora todas promissoras.

E tudo isso num quadro em que avultam não apenas as dificuldades decorrentes de deficiências de ordem material, pela carência de recursos, sobretudo financeiros, para atender aos múltiplos e urgentes reclamos daquele desenvolvimento — com ênfase na área social; mas também e especialmente, as dificuldades de natureza humana, resultantes de reações dos contrários à fusão, de incompreensões, de interesses insatisfeitos, de imediatistas que querem realizações quase milagrosas em curto prazo e, ainda, da inércia de muitos que se opõem às perspectivas de mutações na rotina habitual. E, completando esse quadro de complexidades, o problema político e os trabalhos de elaboração da nova Constituição estadual, a exigirem ambos permanente e acurada atenção.

O Governador Faria Lima soube preparar-se para a missão. Nos meses que decorreram entre sua nomeação e posse, juntamente com a equipe de auxiliares diretos que formou, realizou um intenso e profícuo trabalho que lhe permitiu, logo nos primeiros dias de governo, sem maior alarde, mas com dina-

mismo, editar todos os atos definidores da nova organização do Governo, inclusive quanto ao seu sistema de planejamento, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e à região metropolitana. Na mesma oportunidade, baixou-se o Orçamento estadual e, em poucas semanas, foram aprovadas as «Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro».

Iniciou-se, assim, efetivamente, a fusão — e a forma como ela está sendo realizada apresenta características que merecem ser destacadas.

O processo, tanto quanto é possível — e aí reside uma de suas maiores dificuldades — é conduzido ponderadamente, de maneira a causar o mínimo de perturbações administrativas, principalmente no sentido de que os principais serviços continuem funcionando normalmente e de que os grandes investimentos prioritários — tais como o Metrô e o emissário submarino — não sofram solução de continuidade e, ao contrário, sejam acelerados.

Na Baixada Fluminense, em curto prazo, expandiu-se substancialmente a rede de abastecimento de água e implantaram-se programas especiais de saúde. Melhoraram-se, sensivelmente, as críticas condições de segurança pública, inclusive com a persistente repressão à criminalidade, graças à atenção e ao esforço especial dedicados a este setor.

A região metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de ser a última dentre as criadas, já está presentemente mais avançada do que muitas outras, inclusive porque conta com a participação interessada das

prefeituras dos demais municípios que a integram além da capital.

Impressiona, por outro lado, o que já foi feito para a recuperação das finanças estaduais, seja quanto ao levantamento da situação real dos recursos e das dívidas, seja quanto à unificação e sistematização da arrecadação e da despesa, o que possibilitou ao Estado obter do Senado Federal autorização para que o limite de seu endividamento possa ser elevado até Cr$ 3,5 bilhões.

Meus Senhores

Ao propor ao Congresso Nacional a fusão, deixei bem claro ser «propósito do Governo Federal apoiar de todas as formas, e em particular apoiar financeiramente, o novo Estado, em seu esforço de desenvolvimento».

Tal propósito vem sendo cumprido fielmente. Antes mesmo de efetivada a fusão, já se aprovava, em dezembro de 1974, o «Programa Especial do Norte Fluminense» — que, até 1978, aplicará .... Cr$ 500 milhões naquela área.

Muitas outras demonstrações de apoio federal se sucederam de então para cá, em diferentes setores de atividades do Estado, principalmente na saúde pública e com créditos destinados à suplementação de caixa e à distribuição aos municípios como compensação de perda de ICM, nos valores de Cr$ 100 e 45 milhões, respectivamente.

Hoje estamos aqui — o Presidente da República e Ministros de Estado — para reafirmar con-

cretamente esse apoio, como engajamento solidário para o sucesso de um empreendimento de real magnitude, qual o da construção efetiva do novo Estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, o meu governo vem de adotar importantes decisões com os seguintes objetivos:

— antes de tudo, viabilizar o projeto do Metropolitano do Rio de Janeiro, até a conclusão de sua primeira etapa, com 17,6 Km de metrô propriamente e 16,8 Km de pré-metrô, num total de 34,4 Km, com o investimento estimado em Cr$ 8 bilhões, a partir do corrente ano, até 1980;

— complementarmente, proporcionar apoio financeiro tendo em vista realizar:

— o Programa de Saneamento do Estado, na Região Metropolitana (Baixada Fluminense e área Niterói — São Gonçalo) e na Região dos Lagos;

— o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, com o aporte de Cr$ 400 milhões do Governo Federal, dos quais Cr$ 250 milhões se destinarão ao Programa de Ação Imediata no setor Rodoviário da Região;

— o Programa de Habitação do Estado;

— o Programa de Reurbanização da Prefeitura do Rio, principalmente na área da Cidade Nova e

— o Projeto do Distrito Industrial de Campos, no Norte Fluminense.

Poucas vezes — creio poder afirmá-lo — tomaram-se em nosso país decisões envolvendo um

conjunto de medidas — como essas que acabei de enunciar — em apoio a uma área da federação. No presente caso — repito — elas representam o consciente atendimento de um compromisso contido na decisão básica de fusão, no pressuposto da sua evidente e impostergável necessidade no quadro nacional e de que reverterão, principalmente, em benefício da população que aqui vive, para sua maior prosperidade e bem-estar.

A par dessa ajuda do Governo Federal vejo, com satisfação, avolumarem-se no novo Estado investimentos do setor privado, de empresas nacionais e estrangeiras e que, segundo estimativas, se elevam, em projeto e realizações, a mais de US$ 1 bilhão.

Dessa forma e com a elevada dedicação dos que integram o Governo do Estado — tendo à frente o ilustre Governador Faria Lima — todos imbuídos do transcendente papel que lhes cabe nesta histórica fase de transformação, e com a participação decidida dos setores mais responsáveis da vida estadual e da população em geral — participação que, deve admitir-se, será crescente à medida que melhor se esclareçam os propósitos perseguidos com a fusão e se materializem as realizações empreendidas — estou certo de que nossos esforços serão coroados dos resultados desejados. Esta é, para todos vós, a minha mensagem de confiança e de fé no grandioso trabalho que aqui estamos realizando.

10 DE JULHO DE 1975

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA SANÇAO DA LEI QUE CRIA A PORTOBRAS.

Creio que é óbvio ressaltar a importância dos transportes no desenvolvimento econômico, social e político. No caso brasileiro, entretanto, o problema dos transportes adquire maior importância ainda, dadas as características de nosso país, sua grande área territorial, a sua extensa costa, milhares de quilômetros de litoral, grandes áreas ainda não incorporadas propriamente à vida nacional, ainda não devidamente integradas, fazem do problema do transporte para nós ponto de grande transcendência e importância na vida do país.

Durante longos anos, o Governo tem se ocupado desse problema e acredito que os governos da Revolução, desde 64, todos eles se empenharam em aumentar e melhorar as nossas possibilidades de transporte. No setor rodoviário, principalmente, abriram-se milhares de quilômetros de estradas, melhoraram-se condições técnicas e, sobretudo, se fez um extraordinário esforço na pavimentação.

No setor ferroviário, também, melhoraram-se diversas linhas, tendo em vista principalmente o adequado equipamento dos corredores de exportação.

Na parte marítima e de navegação interior também se procurou, de um lado melhorar as condi-

ções operacionais dos nossos portos, de outro lado, além dessa infra-estrutura, desenvolvemos os meios propriamente ditos de transporte.

Houve uma expansão extraordinária da indústria automobilística; a indústria de material ferroviário foi revivificada e está hoje em plena produção; e no setor da construção naval, executaram-se vários programas que deram ao país navios de diferentes categorias, e temos hoje navegando uma elevada tonelagem de peso bruto; no próprio setor aéreo criou-se uma empresa de construção de aeronaves, que está em franco desenvolvimento.

Meu governo prosseguiu neste programa e, desde o início, aprovou o Programa de Desenvolvimento Ferroviário e também o Programa de Construção Naval.

Prosseguiu também no programa já estabelecido no setor rodoviário, e na parte da aeronáutica, prosseguimos na construção de novos aeroportos, capazes de atender ao serviço das aeronaves modernas, que se caracterizam pela utilização do jato e pela grande capacidade de carga e de passageiros. Estão aí em vias de conclusão, os aeroportos de Manáus e do Galeão e o Projeto do novo aeroporto de São Paulo.

Todo esse conjunto, entretanto, implica no emprego de avultados recursos, em muita imaginação, muita operosidade, capacidade de trabalho e, sobretudo, tem que se orientar para a integração devida e para o estabelecimento de prioridades; já

que os recursos são poucos, há necessidade de aplicá-los bem e onde possam produzir melhores resultados; talvez seja este problema de estabelecimento de prioridades o problema mais difícil que o administrador encontra, porque implica em formular adequadamente uma decisão e, o que é mais importante, em perseverar nesta decisão e ter capacidade de resistência às diferentes solicitações que lhe chegam dos setores interessados, que querem mudar as decisões no sentido de obterem atendimento de suas próprias pretensões.

Acabo de sancionar uma nova lei, que contou, em sua formulação, com a eficiente colaboração do Congresso Nacional e que institui a PORTOBRÁS, a empresa nacional dos nossos portos. Essa empresa substitui o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, integrante do Ministério dos Transportes. Tal substituição se faz com um duplo objetivo: de um lado, substituir as diferentes modalidades jurídicas que hoje em dia existem na exploração dos portos, por um sistema único, mais racional e, portanto, mais eficiente; de outro lado, dar à administração dos portos maior flexibilidade, de modo que possam preencher suas finalidades em melhores condições e possam se desenvolver, modernizar, tendo em vista as exigências atuais das cargas que transitam nos portos e os tipos de navios que os freqüentam. Basta que lhes diga que no II Plano Nacional de Desenvolvimento está previsto o emprego de recursos, nos anos correspondentes ao plano, da ordem de 10 bilhões de cruzeiros. Dez

bilhões que devem ser bem empregados e que acredito que o serão, através desta nova organização.

Confio nos resultados que a lei vai nos proporcionar, não só pelas virtudes que em si encerra, mas sobretudo pela capacidade e pela dedicação dos funcionários e dos técnicos que irão integrar os quadros da nova empresa.

Em matéria de transportes, há, como vejo, algumas condições que são essenciais. Em primeiro lugar, é preciso que o meio de transporte exista, que o transporte seja realidade; segundo, é preciso que goze de confiabilidade, que o usuário acredite nele e possa usá-lo adequadamente; e, por último, talvez uma condição determinante, que seja realizado a um baixo custo, a um custo razoável, para que os produtos transportados tenham capacidade de competição nos diferentes mercados.

Espero que a PORTOBRÁS venha a realizar isto, no interesse do Brasil, mesmo porque, embora tenhamos um vastíssimo *hinterland*, o Brasil ainda é, e deve ser, um país voltado para o mar.

Há milhares de quilômetros de costa, milhares de quilômetros de vias navegáveis interiores e existem hoje cerca de vinte portos de vulto, à espera de atenção, modernização e maior desenvolvimento.

Muito obrigado.

14 DE JULHO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DA LEI QUE CRIA A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL — IMBEL.

O Brasil é uma nação tradicionalmente pacifista. Nos foros internacionais, embora inutilmente, sempre pugnou pelo desarmamento geral.

No século em que o mundo vive, têm sido repetidos, infelizmente, os conflitos bélicos, em diferentes áreas geográficas, sem que as organizações internacionais — notadamente a ONU — conseguissem preveni-los ou eliminá-los. Do mesmo modo, em todos os quadrantes, cresce o poderio bélico, a tal ponto que a indústria de armamentos, hoje em dia, é uma das mais rentáveis, com amplo mercado internacional, capaz de gerar vultosas divisas para muitos dos países industrializados.

Nesta conjuntura e apesar dos sentimentos de paz que nos animam, não pode o Governo descurar da segurança nacional. A posição geográfica que ocupamos, a vastidão de nosso território — grande parte do qual tem uma ocupação apenas rarefeita, as extensas fronteiras terrestres e marítimas, as regiões já altamente desenvolvidas, o imenso potencial de riquezas ainda por explorar e, principalmente, a população superior a 100 milhões de habitantes, em busca de um desenvolvimento integrado, necessitam, não somente lhes seja garantida adequada

defesa contra ações agressivas que possam vir do exterior, mas também a preservação contra ações subversivas internas que visam, na sua generalidade, à convulsão social.

Cabe, pois, dar atenção especial aos problemas das Forças Armadas do país, para fortalecê-las e modernizá-las, tanto quanto necessário e de acordo com os limitados recursos financeiros de que se pode dispor, tendo em vista, inclusive com melhor qualidade e possivelmente menor quantidade, assegurar-lhes o grau de eficiência de que necessitam e também a motivação profissional indispensável.

Dentre esses problemas avulta o do suprimento do material bélico. As indústrias estatais nesse setor, exceto a EMBRAER, estão quase todas obsoletas, exigindo renovação de equipamentos e sobretudo de organização empresarial. A indústria privada, altamente capaz, está orientada para outros setores de produção e é pouco solicitada para a produção militar. Por isso, dependemos excessivamente de aquisições no exterior, geralmente muito onerosas e nem sempre seguras.

A lei que acabo de sancionar visa a atender a esta situação, particularizada para a área do Exército. Confio em que, com sua aplicação, nos próximos anos, possamos aí dispor de uma indústria moderna que proverá o atendimento das necessidades mais prementes de material bélico para o Exército e, também, em certos itens para a Marinha e Aeronáutica.

A lei é, entretanto, apenas um dos instrumentos indispensáveis ao propósito que se tem em vista. A sua execução constitui, na realidade, a essência do processo e é o desafio que o Min. do Exército passa agora a enfrentar. Que tenha êxito nesta tarefa — é o que todos esperamos.

23 DE JULHO DE 1975

MENSAGEM AO POVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR OCASIAO DA PROMULGAÇAO DA CONSTITUIÇAO ESTADUAL.

Como Chefe da Nação, congratulo-me com o povo do Estado do Rio de Janeiro pela promulgação da Constituição que vai reger os destinos dessa unidade federada. Cumpriu-se etapa essencial no processo de fusão, estabelecida na Lei Complementar de julho do ano passado. O novo Estado do Rio de Janeiro, pelas suas virtualidades, representa apoio decisivo ao progresso harmônico da Federação brasileira e se destina a promover, com o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade da vida e a conseqüente elevação dos padrões de bem-estar de sua população.

Contam-se cariocas e fluminenses entre as populações mais capacitadas e laboriosas do país e podemos alimentar a certeza de que, conduzidos por governantes dedicados e probos, têm condições para tornar as potencialidades de hoje nas realidades de amanhã.

Por isso mesmo, o ato de promulgação da Constituição do Estado, ao invés de diminuir, aumenta a responsabilidade de quantos, pelo voto popular, integram, doravante, o que será a Assembléia Legislativa. Coube-lhes traçar as linhas mestras da composição e do funcionamento dos Poderes do Estado. Agora, passarão a tratar da rotina da administra-

ção, legislando para que o Executivo e o Judiciário possam bem desempenhar as funções que lhes competem. Mais do que antes, far-se-á sentir as solicitações do benefício político e até naturais inclinações pessoais, a que é preciso, sempre em quaisquer circunstâncias, sobrepor o interesse coletivo, a boa aplicação dos recursos que o contribuinte estadual entrega para o erário e o afiançamento, no espírito público, das instituições que nos regem e que queremos aprimoradas.

Não se dará esse aprimoramento, nem poderão as instituições resistir aos embates do mundo moderno, se não se contar com a rigorosa e consciente fidelidade daqueles a quem o povo, pela sua confiança, entregou a gestão da coisa pública. A conduta da Assembléia Constituinte, na feitura da Lei Maior do Estado, induz à persuasão de que essa confiança será merecida.

De fato, nos momentos em que foi preciso distinguir, escoimando a matéria constitucional do que não lhe era compatível, nem pela natureza, nem pelo objeto, mostraram-se os seus membros sensíveis aos apelos que se fizeram em nome do bem comum. Essa é a espécie de atitude que anima a trabalhar pelo aperfeiçoamento da vida pública e impõe, a cada um de nós, empenhar-se na austeridade da conduta pessoal, sem o que jamais se alcançará para o nosso povo a prática corrente e eficaz do autogoverno. Se é certo que se exerce ele através de representantes eleitos, não o é menos que do reto comportamento destes, de sua impessoalidade e hon-

radez de propósitos, decorrerão a respeitabilidade e o prestígio das instituições de Governo e de administração do país.

A tarefa de fazer renascer a província fluminense entra agora em nova fase. Elaboradas as normas que regerão a atividade de seus Poderes, cabe a cada um destes dedicar-se a promover o interesse público e o bem geral. Para esse fim, tem esse Estado contado e continuará a contar, até que a obra comum se complete, com o apoio do Governo federal. Ele o dá, por sem dúvida, tendo em vista o bem dessa Unidade da Federação e dos que a habitam. Mas o faz, sobretudo, visando ao interesse nacional, que impõe, nessa área de nosso imenso espaço territorial, se constitua Unidade forte pela economia, forte pela tranqüilidade social e pela sabedoria política.

Deve o Estado do Rio de Janeiro constituir-se em exemplo. É predestinado a essa obrigação pela sensibilidade nacional de sua gente, adquirida no longo lapso de tempo em que abrigou a Capital da República, e pela acolhida fraterna e sem distinções que dispensa a todos os que no Rio constituem o seu segundo lar. Isso o torna capaz de sentir e traduzir os anseios de todos os brasileiros, relevante papel político, cuja exteriorização, porém, depende de que os seus homens públicos se ponham à altura dos que, no passado, deram conceito e influência à província fluminense, bem servindo à Nação.

O país está voltado para o que se passa no Rio de Janeiro, ninguém se devendo fazer ilusões, porém,

de que é agora que se inicia o trabalho mais difícil e mais árduo. Exige ele harmonia de esforços entre os Poderes do Estado, unidos pelo só propósito de renovar as suas cidades e as zonas rurais, de recuperar a sua agricultura e impulsionar o seu progresso industrial, de zelar pela conservação de seu patrimônio natural — inclusive no que tem de rara beleza — e pela sábia utilização de seu espaço geográfico, segundo a vocação especial de cada zona. Somente um povo que já tenha atingido a grau avançado de civilização e de cultura, que busque o próprio aperfeiçoamento e escolha os mais capazes no seu seio para as funções de representação e Governo, pode aspirar a missão desse porte. Falando como brasileiro, confio em que os fluminenses e cariocas o farão. E, neste momento, renovo-lhes o meu compromisso de tudo empenhar, de meu trabalho pessoal e do prestígio de meu cargo, para que assim o seja.

A Revolução de Março, com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, deu solução há decênios almejada para um problema que não era simplesmente regional, mas de cunho nitidamente nacional.

Estou convencido de que a Revolução acertou, e disso prova eloqüente foram a aceitação e a adesão notórias das populações dos dois antigos Estados à iniciativa unificadora.

O Altíssimo inspire sempre os homens públicos do Estado do Rio de Janeiro, para que sirvam ao povo com discernimento, espírito público e patriotismo.

23 DE JULHO DE 1975

PRONUNCIAMENTO, PELA TELEVISÃO, SOBRE MEDIDAS TOMADAS PARA MINORAR OS EFEITOS DE GEADAS E ENCHENTES.

Brasileiros

Consideramos hoje, em Brasília, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, os efeitos sociais e econômicos dos recentes distúrbios climáticos que assolaram o país: as geadas do Centro-Sul, alcançando até Mato Grosso, e as enchentes do Nordeste, principalmente em Pernambuco, mas estendendo-se também, em menor dimensão, a Alagoas e Sergipe.

Com relação às geadas do Centro-Sul, que afetaram principalmente a agricultura e pecuária do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, atingindo Minas em pequena escala, determinei a adoção de medidas governamentais cujo sentido geral já hoje foi possível divulgar. A essência de tais iniciativas consiste em apoio financeiro, e de outros instrumentos, que o Governo, sem tardança, levará às áreas atingidas, apoio esse considerado indispensável à manutenção dos níveis de emprego e à recuperação da produção, tão cedo quanto possível.

A nação brasileira, pela atuação do Governo, reage assim com medidas de proteção e estímulo, na hora em que os Estados citados, enfrentam momentos de dificuldade.

Desejo, entretanto, nesta oportunidade, transmitir uma mensagem em especial à região afetada pelas enchentes, notadamente em Pernambuco, pela dramaticidade do problema social imediato ali criado, em face de emergência que afetou diretamente cerca de 700 mil pessoas.

Com base nos dados colhidos, sobretudo no relatório apresentado pelo Ministro do Interior, e após apreciação pelo CDE, aprovei a adoção de um conjunto de medidas para a área de Pernambuco, enquanto se aguarda a avaliação que está sendo feita quanto aos Estados de Alagoas e Sergipe. Tais medidas resumem-se no seguinte:

Ajuda financeira ao Governo do Estado de Pernambuco, no valor global de 120 milhões de cruzeiros. Essa importância destina-se:

— ao atendimento das populações diretamente atingidas pelas enchentes;

— à recuperação das obras de infra-estrutura;

— à recuperação parcial das finanças do Governo do Estado;

— à abertura de uma frente especial de trabalho para cerca de 2 mil desabrigados.

Além disso:

— Será dado apoio financeiro ao Governo de Pernambuco, através do Banco Nacional da Habitação, para recuperação e construção de casas.

— Serão liberados para os trabalhadores residentes nas áreas atingidas, 450 milhões de cruzeiros,

provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

— Para recuperação do patrimônio domiciliar das famílias, será estabelecido mecanismo especial de crédito subsidiado, através da Caixa Econômica Federal, no valor de 150 milhões de cruzeiros.

— Será estabelecida linha de crédito especial a juros subsidiados, no valor inicial de 500 milhões de cruzeiros, através da rede bancária, mediante repasse de recursos do Banco Central.

Essa providência visa ao reescalonamento de dívidas e ao financiamento das atividades empresariais e apoio financeiro aos estabelecimentos agrícolas e agroindustriais atingidos.

— Programa análogo será executado pelo Banco do Brasil, com recursos no valor de 200 milhões de cruzeiros.

— Também será concedida prorrogação, por 120 dias, do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda de pessoas jurídicas.

— Da maior importância, para evitar a repetição do fenômeno, será o aceleramento e efetivação das obras constantes do Programa Especial de Controle de Enchentes, que compreendem:

— construção de barragem no rio Capibaribe, no Município de Carpina;

— retificação e alargamento da calha do rio Capibaribe, na área urbana do Recife; e

— controle do nível das águas do rio Beberibe.

A dimensão e a presteza das providências baixadas traduzem a nossa solidariedade ao povo e ao Governo de Pernambuco, nessa emergência que a todos sensibiliza.

Ao lado disso, tão ou mais importante do que o alcance prático das decisões, elas consubstanciam a nossa presença, a nossa participação, e a dos brasileiros das diferentes regiões, no drama do Recife.

A hora não é de desanimar ou de lamentar-se. O momento é de luta — luta tenaz — para reconstruir o que foi danificado e para retornar, sem tardança, às atividades em todos os setores.

1º DE AGOSTO DE 1975

PRONUNCIAMENTO. PELA TELEVISAO. COM INFORMAÇOES ATUALIZADAS SOBRE A AÇAO GOVERNAMENTAL.

Brasileiros

Decorrido já algum tempo desde o pronunciamento que fiz em fins de 1974 e após a mensagem ao Congresso, de 1º de março último, por ocasião da abertura da nova sessão legislativa, pareceu-me oportuno trazer à Nação informações essenciais atualizadas, relativamente à ação governamental com vistas ao desenvolvimento e à segurança.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, há três preocupações fundamentais que decorrem de nossas condições internas e, — também e acentuadamente, — dos fortes reflexos que sofremos da crise externa. Essas preocupações referem-se ao crescimento acelerado da economia, à redução da inflação e ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Quanto ao crescimento da economia, temos conseguido não só evitar a recessão e o desemprego anormal que hoje ocorrem em países industrializados, mas assegurar um razoável crescimento do produto interno bruto, embora segundo taxa inferior às registradas nos últimos anos. Foram feitos extraordinários esforços para desenvolver o crescimento industrial e a produção mineral e, particularmente, racionalizar e expandir a agropecuária. Apoiou-se

significativamente a estes setores, principalmente com o fortalecimento da empresa privada e atenção especial para a de pequeno ou médio porte. Deu-se prioridade às indústrias de bens de capital e de produtos essenciais ao país, tais como: petroquímicos, fertilizantes, celulose, siderúrgicos e de metais não ferrosos. Prosseguiram os trabalhos de infra-estrutura nos setores das comunicações e dos transportes, inclusive com programas especiais — entre eles o ferroviário e o de construção naval que estão em plena execução. O programa energético — de natureza vital para o país — foi intensificado, não apenas quanto ao aproveitamento do carvão e da energia hidráulica — em que, ao lado de muitas outras obras em andamento, se destaca o início dos trabalhos de Itaipu e de Tucuruí — mas principalmente na área do petróleo, em cuja exploração a Petrobrás está obtendo resultados promissores, com frutos a serem colhidos nos próximos anos e que nos dão maior tranqüilidade quanto ao suprimento futuro de tão essencial matéria-prima. Por último, esse programa energético recebeu decisivo impulso na área da energia nuclear, com as negociações que acabam de ser ultimadas e que nos permitirão realizar no país todas as fases de uma indústria nuclear integrada, compreendendo o ciclo do combustível — desde a prospecção e extração do minério de *urânio*, até o reprocessamento do combustível irradiado — e a produção de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes.

Por outro lado, estão sendo concretizados e em início de implantação os importantes projetos regionais — POLONORDESTE, POLAMAZÔNICA e POLOCENTRO.

A par das devastações causadas pelas chuvas no Nordeste, preocupam-nos, sobremodo, os efeitos das recentes geadas no Paraná, São Paulo e sul de Mato Grosso, que destruíram, além de outras culturas, grande parte de nossos cafezais e reduziram, substancialmente, as perspectivas de produção de trigo. Com forte espírito de luta contra a adversidade, estamos todos empenhados em recuperar essas regiões, evitar o desemprego e reassegurar, tão cedo quanto possível, a posição do Brasil como maior produtor mundial de café.

No combate à inflação, foi contido o surto registrado no início de 1974. A comparação do aumento dos índices do custo de vida no Rio de Janeiro, de dezembro de 1973 a dezembro de 1974, de um lado, e de junho de 1974 a junho de 1975, de outro, permite-nos registrar, num período de 12 meses, uma queda desse aumento de 33,8% para 25,5%. Se a comparação dos aumentos do mesmo índice for feita em relação aos primeiros semestres de 1974 e 1975, num período de seis meses, a redução passa a ser de 20,8% para 13,5%. Com esses resultados, embora as taxas de inflação que ainda subsistem não sejam satisfatórias, podemos considerar que nossos esforços tiveram êxito e que já estamos claramente na fase descendente do processo inflacionário.

O balanço de pagamentos no exterior é outra de nossas grandes preocupações no setor da economia. Em decorrência do aumento excepcional das importações, em boa parte pela desmesurada alta dos preços do petróleo, e apesar do forte incremento das exportações que se elevaram a quase 8 bilhões de dólares, registrou-se em 1974 elevado déficit que pôde ser financiado, na sua quase totalidade, com o ingresso de capitais de empréstimo e de risco. Essa situação pode ter tolerada num ano de transição, mas não pode ser repetida por anos consecutivos, sob pena de o país endividar-se excessivamente. Por isso, para o corrente ano, adotaram-se múltiplas medidas novas, algumas recentemente, tendo em vista substituir e conter as importações e incrementar as exportações. Apesar da difícil conjuntura mundial e da necessidade de não se deter o desenvolvimento do país, os resultados do 1º semestre são animadores e atestam a validade da política que vem sendo praticada: — relativamente aos valores do 1º semestre de 1974, as exportações cresceram de 36,4% e as importações apenas de 8,1%. Por outro lado, estima-se que no 2º semestre, tradicionalmente mais favorável para as exportações, o déficit se reduza ainda mais.

No campo social, a atuação dos diferentes governos da Revolução — Castelo Branco, Costa e Silva e Médici — consideradas as circunstâncias da época e as limitações dos recursos disponíveis, orientou-se coerentemente no sentido de formar uma sociedade solidária, que proporcione o bem-estar crescente para

o maior número possível de brasileiros. Tiveram eles que enfrentar, sem dúvida, com determinação, sucessivamente o desvario inflacionário e o descontrole das finanças públicas, a estagnação da economia, o imperativo de assegurar o desenvolvimento econômico. Tais preocupações, imediatas e absorventes, condicionaram e limitaram, de algum modo, a ação social desses governos. A sucessão de iniciativas de grande alcance que adotaram foi, apesar disso, diversificada e crescente. Dentre elas, merecem citação: — a criação do Programa Habitacional, a instituição do Estatuto da Terra, do Salário-Educação, do Programa de Saneamento, da Reforma do Ensino, a ativação do desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, a criação do PIS-PASEP, a extensão da previdência social ao trabalhador rural e à empregada doméstica, o controle do cumprimento da legislação trabalhista, a expansão substancial dos recursos para a educação e outras áreas sociais, com melhoria de muitas estruturas de execução de tais setores.

Os resultados até 1973, longe de mostrarem um processo de desenvolvimento em favor de um pequeno número, como seguidamente a crítica tendenciosa alega, revelam objetivamente inegável progresso social. Progresso que decorre, inclusive, do excepcional crescimento econômico dos anos recentes. Alguns indicadores mais gerais, segundo estimativas preliminares, mostram que, entre 1960 e 1973, o total da população empregada elevou-se de 23 milhões de pessoas para 36 milhões. No mesmo

período, a taxa de alfabetização cresceu de 60% para 75%; a população atendida pela Previdência Social que era de cerca de 13 milhões passou a quase 41 milhões; os benefícios pagos anualmente, pela Previdência, a preços de hoje, elevaram-se de 3,6 bilhões de cruzeiros para 22,8 bilhões; o total da população escolar, de 11 milhões de estudantes, atingiu a 30 milhões (inclusive o MOBRAL), triplicando, pois, em pouco mais de uma década.

Continuando e dando nova dimensão a essa atuação dos Governos Revolucionários, procurei, desde logo, inovar na área social, sem prejuízo da preocupação de preservar o crescimento econômico acelerado. A partir das definições do II PND e apoiado, particularmente, no Conselho de Desenvolvimento Social, o Governo vem mostrando ser possível motivar, criar e dinamizar na área social, da mesma forma que o chamado modelo brasileiro havia feito no campo econômico. Exemplo disso foi a recente proposição, ao Congresso Nacional, de reformulação do PIS-PASEP, para dar, aos trabalhadores na faixa de um a cinco salários mínimos, e com pelo menos cinco anos de participação no programa — trabalhadores em número de 8 milhões — o abono anual de um salário mínimo.

A esta altura, já é possível destacar alguns pontos relevantes do que o Governo fez em 16 meses.

Em primeiro lugar, cabe dizer que os recursos destinados à área social são superiores aos de qualquer outra época. Dentro do orçamento social, a

União e os Estados, em 1975, estão destinando quase Cr$ 80 bilhões à Educação, Saúde, Saneamento e Previdência Social. O vulto deste orçamento pode ser bem avaliado se confrontado com o programa de investimentos na infra-estrutura econômica — Energia, Transportes e Comunicações — que, este ano, é da ordem de Cr$ 60 bilhões. Criou-se, recentemente, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — (FAS), aprovou-se o Plano Nacional de Pós-Graduação, e estão sendo constituídos novos fundos voltados para o desenvolvimento urbano. Programam-se a construção de campos e a conclusão de hospitais universitários, o aperfeiçoamento do ensino do 1° grau e o financiamento de bolsas escolares para elevado número de estudantes. Obviamente, essa substancial expansão de recursos ainda não é suficiente para atender, quantitativa nem qualitativamente, às exigências da situação social brasileira. Contudo, ela ressalta o esforço maior do Governo no setor social e caracteriza a prioridade a ele atribuída.

Em segundo lugar, realizou-se, no âmbito dos diferentes Ministérios da área social, importante trabalho de reforma de estruturas e de estabelecimento de novos mecanismos de ação, financeiros e institucionais. Esse esforço é que possibilitou os resultados francamente positivos já alcançados no combate à meningite, por exemplo. A gravidade da epidemia que em 1974 se alastrava assustadoramente, deu origem a um meticuloso programa de vacinação que, executado com exemplar dedicação e eficiência,

constituiu, talvez, o maior programa de vacinação em massa até hoje realizado. Mais de 60 milhões de brasileiros estão vacinados e espera-se alcançar 80 milhões até setembro, noventa dias antes do prazo previsto.

Na mesma ordem de idéias, deve registrar-se o que se está realizando na Previdência Social, com a execução do Plano de Pronta Ação, a reformulação do atendimento de urgência, a nova dimensão do programa de distribuição de medicamentos e a ampliação da cobertura do sistema, com a inclusão, no seu âmbito, do salário-maternidade, e a instituição do amparo previdenciário aos maiores de 70 anos, além de outras medidas de expressivo valor social.

É de assinalar-se, igualmente, a reformulação realizada no Sistema Financeiro de Habitação. Concedeu-se benefício fiscal no valor de 10% das prestações pagas pelos compradores de casa própria, com o benefício mínimo de Cr$ 240,00, favorecendo principalmente os 600.000 mutuários das Companhias e Cooperativas Habitacionais; reduziu-se a taxa de juros e elevou-se o prazo de financiamento; reduziu-se a 10% o valor da poupança própria exigida e permitiu-se o uso do depósito do FGTS no pagamento da casa adquirida.

O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) também foi reformulado, com redução de seus encargos financeiros, para tornar viável o abastecimento de água a mais de 80% da população urbana, em pelo menos 80% das cidades e em todas

as regiões metropolitanas, que também serão dotadas de sistemas de esgotos. A realização desse gigantesco programa de saneamento básico terá extraordinária repercussão no controle de epidemias e endemias, nas zonas urbanas.

De importância é, também, a institucionalização do Sistema Nacional de Saúde que não apenas definiu claramente a divisão de trabalho entre o Ministério da Saúde — (função normativa e atendimento de interesse coletivo) — e o Ministério da Previdência e Assistência Social — (atendimento médico-assistencial individualizado), — mas também permitirá integrar toda a ação de Governo, nos seus diferentes níveis, e do setor privado, na área da Saúde.

Na prática, este plano nacional de saúde é realmente viável, dentro da capacidade financeira do Estado e da população, sem acender expectativas de muito difícil concretização.

Ainda no âmbito da valorização dos recursos humanos, será possível, este ano, proporcionar treinamento a cerca de 500.000 trabalhadores, de acordo com o propósito de qualificar mão-de-obra, progressivamente, para atender a todos os programas prioritários do PND, nas áreas econômica e social. Considera-se, presentemente, o lançamento de um programa especial de treinamento para os trabalhadores rurais, a exemplo do que já se está fazendo para a mão-de-obra urbana.

Em terceiro lugar, corajosa e racional tem sido a nossa atuação na área salarial. Sem abrir mão dos postulados básicos da política salarial definida desde o primeiro Governo da Revolução, sua aplicação se vem fazendo com a flexibilidade indispensável a uma fase de ajustamentos como a que temos enfrentado, do ano passado para cá. Obstinadamente, o Governo resiste à tentação de conter a inflação pelo achatamento dos salários. Os reajustamentos salariais, de forma ordenada e sem demagogia, este ano têm sido suficientes para garantir ao trabalhador, não apenas a recomposição de seu salário real, desgastado no primeiro semestre do ano passado pela inflação mais intensa, mas um efetivo ganho de poder aquisitivo. Mais ainda se fez quanto ao salário mínimo. A redução do seu valor real, verificada em alguns anos da década passada, já foi em parte compensada no reajustamento de maio último. Ao lado disso, o 13° salário e, em futuro próximo, o abono especial do PIS-PASEP têm o sentido de dar ao trabalhador de menor salário uma renda anual superior à do início da última década, mesmo sem se levarem em conta as diferentes formas de salário indireto.

Pela sua relevância, cabe ainda, no quadro da ação social do Governo, mostrar o empenho com que se está considerando o problema urbano nacional. No momento, a prioridade está na coordenação das soluções dos grandes desafios das Regiões Metropolitanas. Reconhecendo que o mecanismo legal estabelecido para essas regiões, em nível esta-

dual, só produzirá resultados importantes se contar com o apoio financeiro catalisador da União Federal, está-se montando um sistema de fundos de desenvolvimento urbano, capaz de contribuir significativamente para a solução de problemas como o de transportes coletivos, água e esgotos, controle da poluição de rios e mananciais, uso do solo, combate ao crime.

Em decisão recente, a preocupação governamental com a área urbana estendeu-se ao problema do lazer e da vida comunitária. Assim, foi criado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, já em fase executiva, o qual, pela implantação de 600 *centros*, até 1979, pretende contribuir, objetivamente, para proporcionar diversão e bem-estar às populações, promovendo a integração social nas cidades.

Por último — e aqui parece o lugar mais indicado para referí-lo — estuda agora o Governo a «Reforma do Judiciário», com base no «Diagnóstico» que lhe foi proporcionado pelo Supremo Tribunal Federal. É matéria de grande alcance e complexidade, mas que enfrentaremos com vontade e pertinácia, na convicção de que uma eficiente e oportuna justiça é fundamental para o desenvolvimento e a segurança da nação.

Na área política, após a inauguração da nova legislatura, a 1° de março, desenvolveu-se grande atividade.

Os Partidos — do Governo e da Oposição — na Câmara, no Senado, nas Assembléias Estaduais

e na imprensa, atuaram intensivamente, com plena liberdade.

Foram aprovadas duas emendas à Constituição de significativa importância: — a primeira, assegurando a remuneração aos vereadores, com vistas a estimular a atividade política desde as bases municipais, — e a segunda, aumentando a participação dos Estados e Municípios em impostos arrecadados pela União Federal. Esta última medida, que terá execução gradativa, a partir de 1976 até 1979, acrescerá substancialmente os recursos financeiros dos Estados e Municípios, permitindo-lhes melhor desempenho de seus encargos.

Nesse período, apesar dos prognósticos pessimistas dos que consideram inviáveis os atuais partidos — sobretudo, segundo proclamam, por lhes faltar autenticidade — e que preconizam ora a sua extinção, ora a criação de maior número deles, — verificaram-se, na realidade, como já disse, uma intensa atuação política, principalmente no confronto entre a Oposição e o Governo e, de certa forma, maior vitalização partidária. Para tanto, contribuíram, sem dúvida, a lisura governamental no pleito de 15 de novembro, o grande número de novas filiações partidárias e, principalmente, a renovação dos Diretórios municipais, estaduais e nacionais que se estão processando, já com vistas às eleições que, em 1976, se realizarão nos municípios.

A política exterior decorreu normalmente. Como ações de maior destaque, apresentou, além

do acordo sobre energia nuclear com a República Federal Alemã, já referido, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e a assinatura, em Rivera, do Tratado da Amizade, Cooperação e Comércio e outros instrumentos com a República Oriental do Uruguai.

Quanto à segurança, manteve-se a ordem e a tranqüilidade em todo o país.

Os órgãos de segurança prosseguiram nas medidas preventivas contra as articulações, inclusive preparatórias, que possam concorrer para a subversão interna. Em diversas regiões, indivíduos integrantes de organizações ilegais têm sido presos e submetidos a inquéritos policiais e à posterior ação judicial, como incursos na Lei de Segurança.

Os serviços de informações acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classe, na administração pública, — particularmente na área do ensino — e também nos partidos políticos.

Comprovou-se a participação de agentes subversivos nas depredações ocorridas ultimamente em trens de subúrbio do Rio de Janeiro, examinando-se a provável hipótese de que aí se tenham praticado atos de sabotagem. Registrou-se também a ação desses elementos por ocasião da recente inundação em Recife, veiculando a falsa notícia de ruptura da barragem de Tapacurá, o que provocou pânico na população.

Meus Senhores

Após esta longa e possivelmente fastidiosa exposição, desejo ainda, antes de concluir, abordar tema político relacionado com o que se vem chamando de «*distensão*».

A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974 aos dirigentes da ARENA. Nele me referi à missão que cabe ao Governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósito, aludi ao processo de lenta, gradativa e segura distensão requerida.

A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a «*distensão*», atribuindo-se ao Governo — e notadamente ao Presidente da República — intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão a pressões, etc. que — uns e outros — absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.

A «*distensão*» é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado «Estado de Direito», mediante a pura e simples supressão do AI/5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também, reforma da Constituição, com a redução dos poderes do Executivo, — considerados excessivos, — e a

ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se, nessas proposições, um indisfarçável saudosismo pelo passado não muito remoto, em que amplas disposições livres constavam *do papel*, nele estavam escritas, obedeciam ao aspecto teórico e formal do sistema, mas, de fato, iludiam a boa fé de muitos, pois não eram praticadas, servindo ao invés, apenas, aos apetites e ao poderio de poucos em detrimento dos verdadeiros interesses da Nação, que se debatia na pobreza e na desordem porque aquelas disposições estavam dissociadas da realidade.

Acredito que, em meu Governo, muito já se fez no sentido de uma distensão *na própria* área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem a atividade dos Partidos e o funcionamento do Poder Legislativo, em toda a parte, e ler os jornais e outros órgãos de divulgação, com a volumosa matéria política que publicam.

Mas a *distensão* não deve ser apenas política, — nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação — conforme tive oportunidade de salientar em mensagem que dirigi ao Congresso Nacional — é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, social e econômico — da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão*, — isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo.

De fato, constitui *distensão* a ação que se realiza na área social. As metas do II PND traduzem, em suma, uma política de *distensão*. São expressões de *distensão* — perdoem-me a ênfase em *repeti-lo* — a desvinculação do salário mínimo de implicações monetárias, proporcionando-lhe majoração de 43%, este ano; a criação de esquemas para a casa própria aos brasileiros de menor nível de renda; a distribuição gratuita de remédios aos mais necessitados, ao lado de outras providências do maior alcance no âmbito do INPS; a reestruturação do PIS e PASEP, de forma a propiciar mais um salário mínimo anual aos que percebem até cinco salários mínimos.

É *distensão* o conseguir-se a regularização do abastecimento da população em gêneros alimentícios, não mais havendo as irritantes filas que, por anos, constituíram vexatório espetáculo nas nossas cidades.

Constitui *distensão* o encaminhamento da solução dos problemas crônicos e crescentes das regiões urbanas, notadamente das metropolitanas. Constitui *distensão* o acesso de maior número de jovens ao ensino superior. Pratica o Governo Federal *distensão* ao atribuir parte substancial de suas rendas aos Estados e Municípios, atendendo às necessidades dos menos desenvolvidos, não obstante as dificuldades econômicas da hora presente.

Reitero, uma vez mais, os propósitos de perseguir o desenvolvimento político, — *sem compromis-*

sos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira.

Volto a exortar aos políticos e a quantos tenham contribuição a oferecer ao aperfeiçoamento das instituições, a que prestem o seu concurso, atentos aos imperativos dos dias de hoje que impõem vigilância em defesa dos valores espirituais e morais de nossa cultura democrática, — ameaçados até mesmo nas sociedades mais desenvolvidas. Não bastarão as meras abstrações, desprovidas de operacionalidade, — pois, atrás das vistosas aparências, geralmente se escondem os sintomas das contradições e impasses insanáveis. As formulações anacrônicas servem muito mais às investidas subversivas do que às boas práticas do regime democrático. Minando as instituições pelo ataque solerte, os inimigos da democracia terminam por destruí-la.

O útil trabalho de construção política deve incluir, sempre, a lúcida previsão dos resultados, — numa conjuntura internacional marcada por desconcertantes desequilíbrios e tumultos. O constante e progressivo aperfeiçoamento do regime é o ideal que obstinadamente buscamos, sem açodamentos contraproducentes. Por isso, o Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político — que se requer, ao contrário, lento, meditado e pro-

gressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo

Que se queira e se saiba unir esforços, dedicações e vontades, despidos todos de motivações egoístas, intenções subalternas ou propósitos demagógicos, para que solidários possamos, — cidadãos de todos os quadrantes do território pátrio e de todos os setores da sociedade brasileira, — impulsionar decididamente este grande e promissor País aos altos destinos que lhe estão reservados.

Assim, ajude-nos Deus!

Boa noite

5 DE AGOSTO DE 1975

DISCURSO NO PALACIO DO ITAMARATY, EM BRASILIA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE.

Congratulo-me com os participantes desta Conferência, que se realiza em uma etapa muito significativa para a área da Saúde, no Brasil.

A preocupação central com o bem-estar do homem brasileiro, que reiteradamente tenho destacado como diretriz do esforço de planejamento e de realização do Governo, concretizou-se num conjunto de medidas que terão grandes repercussões no quadro institucional, nos mecanismos operativos e no comportamento funcional do sistema público de serviços de saúde. Essas medidas subordinam-se à estratégia aplicada ao setor mais geral do desenvolvimento social, que tem como ponto de convergência, de ações correntemente integradas, a valorização dos recursos humanos da Nação.

A importância da política social do Governo traduz-se, concretamente, na atribuição a essa área de elevada dotação de recursos financeiros, no programa de investimentos previsto no II PND.

O orçamento social tem aí a primeira colocação, em valor, e os projetos e atividades vinculados à proteção e recuperação da Saúde, considerados entre eles o saneamento básico e a nutrição, contarão com aportes da ordem de *cento e dez bilhões* de cruzeiros, durante o qüinqüênio de 1975 a 1979.

O resultado da aplicação de dispêndios tão elevados será, ademais, aumentado em conseqüência do melhor desempenho do Setor, por influência das medidas mencionadas.

Assinalo, a propósito e com destaque, a recente constituição do Sistema Nacional de Saúde — um dos temas desta Conferência.

Nos últimos decênios, caracterizou-se a insuficiência de coordenação e de entrosamento entre entidades e agentes de saúde como causa responsável, em parte, pela baixa produtividade global do Setor. O reconhecimento dessa falha orientou o Governo no sentido de fixar, prioritariamente, uma nítida definição do quadro institucional vigente. Para tanto, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto hoje já transformado na Lei n.º 6.229, de 17 de julho último.

A natureza esclarecedora da nova lei não implica na adoção, pelo Governo, de uma atuação institucional compartimentada. Na realidade, a ação eficiente de defesa da saúde supõe medidas de prevenção e proteção, bem como de cura e reabilitação, que configuram um espectro difuso. Daí a concepção de integração do sistema, cujos contornos são explicitados para facilitar e estimular a tomada de decisões e iniciativas, inclusive, se necessário, em nível superior, através de mecanismos coordenadores, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Social.

Por outro lado, também cabe ressaltar que as funções de saúde envolvem responsabilidades e deveres que abrangem a sociedade como um todo. A ação do poder público, nas três esferas governamentais em que se desdobra, combinar-se-á portanto com a atuação da comunidade, num fecundante processo de interação que levará ao aperfeiçoamento crescente do sistema.

Como exemplo recente desse modelo operacional pode ser destacada a Campanha Nacional de Combate à Meningite, que autorizei em fins do ano passado. Mobilizaram-se contra a moléstia recursos materiais e humanos da União, dos Estados e dos Municípios, assumindo a autoridade federal, como era do seu dever, o planejamento e a supervisão das operações, bem como o ônus financeiro principal. A população atendeu em massa à convocação do Governo, demonstrando, em grau significativo, virtualidades de consciência e disciplina sanitárias.

A viabilidade de mecanismos operacionais integradores, como esse que venho de mencionar, com maior apelo à mobilização social, abre um vasto potencial de trabalho para as ações de Saúde, em todas as suas modalidades. É possível, assim, acreditar-se no êxito de projetos semelhantes, ou ainda mais ousados, que estão sendo implantados ou em estudo.

Entre eles, cito o Plano Nacional de Saneamento, cuja reformulação foi aprovada em abril

último, e pelo qual serão mobilizados recursos e mecanismos capazes de proporcionar, em cinco anos, o atendimento de mais de *oitenta por cento* da população urbana com água potável, e parcela substancial com serviços adequados de esgoto. Esta considerável redução do *deficit* nacional de saneamento básico importará na correspondente eliminação de um dos mais influentes fatores de morbidade em nosso país.

A constante ampliação e melhoria do atendimento médico individual está sendo realizada no campo da Previdência Social. A complexidade do problema justifica a meticulosidade dos atuais estudos para dar maior envergadura ao programa existente.

No campo da Saúde pública, a inovação tecnológica para o combate às grandes endemias; a dinamização e diversificação do programa de imunizações em massa; a organização de um sistema nacional de vigilância epidemiológica; a interiorização da ação sanitária — são alguns temas representativos desta nova atitude dos responsáveis pela política de Saúde, que tem na cooperação instrumento fundamental de atuação.

Ainda há pouco, autorizei a aplicação de *trezentos milhões* de cruzeiros, adicionais, à conta dos «Encargos Gerais da União», para projetos especiais coordenados pelo Ministério da Saúde, na linha acima sumariada. Quinze projetos, selecionados pela repercussão que deverão produzir, agru-

pam-se em quatro áreas classificadas como: — Serviços básicos de assistência sanitária a populações periféricas; Programa estratégico de controle de grandes endemias; Controle de ondas epidêmicas cíclicas; Infra-estrutura técnico-científica para embasamento das ações de Saúde pública.

A atualização da pesquisa, que constitui o último item citado, representa o traço de união com a Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para a indispensável modernização do aparelho produtor de serviços de Saúde. Combinam-se neste programa a dinamização da investigação médico-científica, a mobilização experimental de tecnologias inovadoras para o combate de doenças, e a capacitação em alto nível de recursos humanos especializados. A recuperação da Fundação Oswaldo Cruz, instituição de prestígio internacional, representa, ao mesmo tempo, pré-condição e conseqüência deste programa.

Em que pese aos êxitos alcançados e esperados, sei que persistem problemas antigos, muitos dos quais esperamos solucionar. Endemias rurais, geograficamente circunscritas, tendem a difundir-se em outras regiões e mesmo em certas áreas urbanas. Males carenciais, na imensa maioria identificados como de subnutrição, debilitam uma parcela ampla da população, facilitando a ação mórbida de agentes mais virulentos. Fatores ambientais perniciosos agravam este perfil sanitário desfavorável, que tem, nos ainda elevados índices de mortalidade infantil, o corolário mais pungente.

Estes dramáticos reflexos de pobreza social e individual estão sendo enfrentados com os meios que a experiência e a imaginação criadora podem oferecer. O grande desenvolvimento econômico que temos usufruído, na sucessão dos últimos seis anos, elevou a renda nacional a níveis que facultam disponibilidade financeira para um programa de investimentos sociais envolvendo cerca de *setecentos* e *sessenta bilhões* de cruzeiros, em cinco anos, e sem o maior risco de limitação imprudente nos investimentos diretamente produtivos. Este mesmo crescimento da economia elevou a renda *per capita* dos brasileiros a um valor que nos aproxima progressivamente do chamado mundo desenvolvido, colocando ao alcance de segmentos cada vez mais amplos da coletividade, a possibilidade de beneficiarem-se, sem paternalismo, dos resultados daqueles investimentos sociais. E, assim, de absorverem plenamente as novas conquistas tecnológicas e científicas no campo médico-sanitário, e de integrarem-se ativamente no modelo operacional que se estabelece para o Setor.

Acompanharei com interesse os estudos e conclusões desta Conferência. O enriquecimento do acervo de conhecimentos que proporciona, ao Governo, um equacionamento mais esclarecido da problemática nacional de Saúde, é o que espero dos trabalhos iniciados com esta solenidade.

16 DE SETEMBRO DE 1975

POR OCASIÃO DO 10º ANIVERSÁRIO DA EMBRATEL, INAUGURANDO A SEGUNDA ANTENA DA ESTAÇÃO DE TANGUÁ, EM ITABORAÍ, RJ.

Senhores

As comemorações que hoje aqui realizamos têm o significado especial de um importante marco na evolução das comunicações no Brasil.

O momento em que se completa a primeira década de existência da EMBRATEL é oportuno para uma avaliação dos resultados já obtidos e para a reafirmação dos propósitos de prosseguimento e continuado aprimoramento da obra realizada.

Os responsáveis pelos três primeiros governos da Revolução tiveram a compreensão perfeita da magnitude do problema das comunicações e da importância fundamental do setor, como suporte para o gigantesco esforço que então se iniciava, com vistas a garantir o efetivo desenvolvimento econômico e social da Nação.

As notórias dificuldades encontradas — que abrangiam, indiscriminadamente, todos os campos de ação governamental — puderam ser superadas, estabelecendo-se, numa primeira etapa, as bases para toda a programação prioritária e iniciando-se, logo em seguida, sua efetiva implementação.

É de se destacar, como fundamental, a própria constituição da EMBRATEL, já prevista em legis-

lação anterior, mas que somente em 1965 veio a se tornar uma realidade concreta.

Também no âmbito institucional, foi excepcionalmente relevante a decisão contida no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, de se incluir na estrutura governamental um Ministério dedicado exclusivamente às comunicações.

O ciclo, em certa medida, se completou com a constituição, em 1972, da TELEBRÁS, voltada especificamente para a integração do vital sistema telefônico.

A amplitude e significação dos trabalhos desenvolvidos, a partir da fase inicial da programação revolucionária, podem ser apreciadas pela citação de álguns dos principais objetivos atingidos:

— participação do Brasil no sistema INTELSAT, que então se iniciava;

— implantação e operação da estação terrena para comunicações internacionais via satélite;

— reformulação da política tarifária;

— nacionalização da CTB e da CTN;

— transferência para a jurisdição federal do poder de concessão;

— estabelecimento de normas para a participação do usuário na expansão telefônica, sob a forma de auto-financiamento;

— aprovação de normas jurídicas, técnicas e contábeis para a execução dos serviços de telecomunicações;

— fixação de normas gerais sobre o conteúdo das programações de radiodifusão;

— regulamentação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dos principais serviços;

— aprovação do plano de prioridade de implantação de sistemas pela EMBRATEL;

— reserva de canais, em todo o território nacional, para uso exclusivo em televisão educativa;

— implantação da rede interestadual de telecomunicações;

— implantação do sistema de Discagem Direta à Distância.

A tarefa realizada no setor das telecomunicações foi relevante e de cunho verdadeiramente revolucionário. É esta, sem dúvida, uma das áreas em que mais se inovou e produziu.

Em termos quantitativos, são altamente expressivas algumas comparações entre dados de 1964 e 1974:

— o sistema de telecomunicações internacionais, via satélite, inexistente no início do período, passou a contar com disponibilidade de 324 circuitos; os circuitos por cabo submarino, inexpressivos em 1964. atingiram a 160 disponíveis;

— no sistema de telefonia, a comutação interestadual de Zero atingiu a 38.511 troncos de trânsito; os circuitos interurbanos interestaduais — em canais vezes quilômetros — evoluiram para 15.9 milhões;

— o número de telefones nas redes locais passou de um milhão e 240 mil para 2 milhões e 770 mil, tendo como meta atingir a 8,1 milhões ao final de 1979; o índice de telefones por 100 habitantes de 1,55 passou a ser de 2,64;

— no sistema telex, o crescimento foi de 657 terminais para 10.330.

Paralelamente a esta expansão dos serviços, a indústria brasileira de material de telecomunicações, a partir de 1964, desenvolveu-se aceleradamente, tanto em quantidade, como em qualidade, e com crescente índice de nacionalização. Assim:

— a capacidade de produção de terminais telefônicos, por ano, aumentou de 80 mil para 700 mil;

— a de produção de aparelhos telefônicos, de 100 mil para 700 mil, sendo aqui fabricados os principais componentes dos aparelhos;

— os equipamentos de transmissão interurbana praticamente não eram produzidos no país; presentemente essa indústria está em fase de consolidação, com a fabricação de equipamentos rádio e multiplex;

— a produção de cabos e acessórios telefônicos teve um extraordinário crescimento; estima-se que em 1975 tenha vendas da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros;

— a indústria de equipamentos de alimentação elétrica (retificadores e baterias) era quase inexistente; em 1975 a produção atingirá o valor de 700

milhões de cruzeiros e atenderá a todas as nossas necessidades;

— os teleimpressores eram importados; atualmente, a indústria brasileira já produz as unidades necessárias para os serviços telex.

A tarefa que coube ao meu Governo, de dar continuidade, ampliar e aprimorar — segundo as necessidades da fase presente do desenvolvimento nacional — a programação recebida dos antecessores, vem sendo executada, e continuará a sê-lo, com o mesmo empenho e o mesmo sentido de aceleração do progresso que, uniformemente, tem caracterizado a ação dos governos da Revolução.

A dimensão do atual programa para a área de comunicações, como desdobramento setorial do II Plano Nacional de Desenvolvimento, pode ser medida pelo montante dos *dispêndios* programados, os quais, em valores atualizados, ascenderão no período 1975-1979 a mais de 87 bilhões de cruzeiros.

Atingidas, na fase anterior, as principais metas estabelecidas quanto às ligações internacionais, a ênfase passou a dirigir-se à consolidação e expansão das comunicações internas.

Assim, do total citado, de 87 bilhões de cruzeiros, 72 bilhões destinam-se a projetos relacionados com a telefonia urbana e interurbana; 8 bilhões ao Sistema Básico de Telecomunicações; 2 bilhões à Rede Nacional de Telegrafia e Telex e o restante a outros setores.

A política de implementação do programa foi formulada tendo como principais objetivos:

— atender à demanda reprimida dos serviços de comunicações, com extensão do atendimento a todo o território nacional, e ampliação das áreas de serviços;

— promover a consolidação e o desenvolvimento da indústria de telecomunicações, estabelecendo as bases para sua expansão e diversificação e assegurando as condições necessárias de competição a nível internacional:

— modernizar as técnicas operacionais, através do aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos.

Ainda no quadro de realizações, cabe destacar dois aspectos da programação em andamento que merecem referência especial, por sua importante significação.

O primeiro relaciona-se com a decisão de implantar o Sistema Doméstico de Telecomunicações Via Satélite, o qual, além do que representa em termos de avanço, do ponto de vista tecnológico, será fator particularmente relevante na consecução do objetivo — da mais alta prioridade — de integração nacional, pois possibilitará a mais rápida incorporação ao sistema de telecomunicações do País de partes das Regiões Norte e Centro-Oeste ainda não interligadas ao conjunto.

O segundo diz respeito à ênfase que se atribui à participação da indústria nacional no processo de expansão dos serviços de telecomunicações.

As diretrizes de política já formalmente estabelecidas pelo Governo, abrangendo inclusive a parte relacionada com a utilização do moderno sistema de Centrais de Comutação Telefônica com Controle por Programa Armazenado, irão assegurar a produção, no País, dos mais eficientes e avançados equipamentos, destinados à expansão e modernização do setor, e propiciarão a absorção e desenvolvimento das técnicas correspondentes.

Meus Senhores

A minha presença, nesta cerimônia de inauguração da segunda antena da Estação de Tanguá, que ampliará sua capacidade operacional, elevando-a de 324 pra 828 circuitos disponíveis, traduz a relevância que o Governo atribui a trabalhos como este, a cargo do Ministério das Comunicações.

Na oportunidade e concluindo, desejo manifestar-lhes a convicção de que, graças à capacidade profissional e ao devotamento de todos os que labutam neste setor, na área estatal e na indústria privada, e graças ainda aos elevados recursos financeiros que tem sido possível mobilizar para a realização da programação estabelecida, prosseguiremos no crescimento rápido e eficiente de nosso sistema de telecomunicações.

E, assim, daremos, certamente, valiosa contribuição — necessária e mesmo indispensável — para o desenvolvimento geral do país e, sobretudo, para assegurar a nossa integração nacional.

21 DE SETEMBRO DE 1975

ENCERRAMENTO DA VI CONVENÇAO NACIONAL DA ARENA, NO PLENARIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASILIA.

Meus correligionários da Aliança Renovadora Nacional

É com real e efetivo senso de participação que, na qualidade de Presidente de Honra do Partido, compareço a esta VI Convenção da Aliança Renovadora Nacional, ao ensejo de seu encerramento.

A par dos agradecimentos pela manifestação de apreço com que aqui me recebestes, eu vos saúdo, Senhores convencionais e a todos os filiados e eleitores do Partido, do norte ao sul do país que ora representais.

Que minhas palavras — de estímulo renovado, de ardor e de fé — se não hauridas de experimentada vivência na política partidária, pois não a tive de fato, sejam inspiradas pela visão panorâmica e prospectiva, ampla e bem informada, que se me oferece desde o alto cargo que ocupo.

Que esta reunião se constitua em marco memorável da vida partidária entre nós, no quadro democrático das instituições políticas brasileiras, assinalando, indelevelmente, a vitalidade do Partido do Governo, partido que, propondo-se a promover e impulsionar a própria renovação nacional, deve cuidar, primacialmente e em permanência, de reno-

var-se a si mesmo, os seus métodos e as suas práticas, seus líderes e seus quadros e, sobretudo, seu plano de ação partidária e seu ideário político.

A Convenção — órgão supremo de deliberação partidária — vem de eleger os membros do Diretório Nacional que deverá supervisionar a vida do Partido, desde agora e durante dois anos, e, bem assim, de constituir o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética. Congratulo-me com os eleitos e, particularmente, com o ilustre Presidente, Deputado Francelino Pereira, e auguro-lhes pleno êxito na honrosa missão que ora iniciam, qual a de assegurar o progressivo engrandecimento do Partido e a continuidade de sua profícua atuação na política nacional.

Aos correligionários dirigentes que acabam de concluir seus mandatos, agradeço os relevantes serviços que prestaram. Em caráter pessoal, realço a cooperação operosa, leal e inteligente, que recebi do Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, na Presidência da ARENA, desde o início de meu Governo.

Outra tarefa de excepcional importância realizada pela Convenção, em decorrência da «Carta de Princípios», de abril de 1972, onde se contêm normas do pensamento político-doutrinário, foi a elaboração do «Programa do Partido». Resultou de projeto lançado pelo Diretório Nacional, em 31 de março último, oportunidade em que sobre ele me manifestei. dizendo: «Espero que este projeto seja debatido, emendado e aperfeiçoado; que se inspire na ideologia da revolução — de segurança e de desenvolvimento

integrado; que seja realista; que atenda, sobretudo, às condições atuais internas de nosso país e à sua posição relativa na conjuntura mundial. Acredito que a Aliança Renovadora, com esse programa, se reavivará, lutará, desde logo crescendo, reforçando-se, arregimentando forças novas, adquirindo maior coesão, não só para sustentar e apoiar o Governo na sua ação governamental, mas para assegurar a continuidade dessa ação que se realiza desde 1964.»

Longo foi o caminho percorrido para se chegar a esta formulação dos objetivos da política partidária.

Convém recordar que a Revolução de 1964 foi, em seu início, um movimento impetuoso de repúdio, pela maioria esmagadora do povo, às práticas subversivas e corruptas que conjugadas — aquelas estimulando a estas e delas se valendo — ameaçavam a Nação da derrocada e do caos. Era natural, pois, que se desse relevo máximo ao combate premente contra a subversão e à luta ferrenha contra a corrupção avassaladora. Tais procedimentos, de natureza tática, estavam inseridos numa estratégia ainda muito difusa, de revitalização democrática, do fortalecimento do potencial nacional e da melhoria do padrão de vida de uma população realmente esquecida, até então, pelas classes dirigentes. Assim, aquelas táticas, em real vazio estratégico, fizeram-se dominantes e conduziram-se sem uma direção definida, sem objetivos bem determinados.

Anos passariam até que, aos poucos, a Revolução fosse, como caudal irresistível, cavando fundo o seu caminho e construindo, com seu futuro próprio,

o próprio futuro da Nação. Deve reconhecer-se que, nesses anos, muitos e valiosos esforços se despenderam nas investigações de toda ordem empreendidas contra a corrupção, para chegar-se, afinal, a reduzido número de atos comprovadamente lesivos, sendo evidente hoje que escaparam à repressão legal, por falta de provas efetivas de valor jurídico, muitos dilapidadores de haveres públicos, premiados até com um atestado, embora falso, de probidade administrativa.

A verdade, triste verdade, imanente à imperfeição da condição humana, é que a corrupção é diátese comum dos organismos sociais e que se manifesta com virulência maior nos períodos de tensão acrescida, como, por exemplo, os de inflação descontrolada ou de hiperinflação, sem esperança de remissão a curto prazo.

Em situações como essas — e não há país que não as tenha conhecido — um tratamento eficaz da corrupção exige austeridade exemplar dos governantes, ativa vigilância em todos os níveis de administração pública, pronta punição dos responsáveis em todos os casos em que a corrupção for evidenciada.

É de esperar-se que nosso arcaico mecanismo judiciário, reconhecidamente lento e ineficaz às chicanas e procrastinações, se venha a aperfeiçoar finalmente, com a colaboração dos três Poderes da República, para que se implante o tipo de sanções adequadas a tais crimes, evitando-se o recurso — embora com aplauso generalizado das pessoas de

bem deste país — a medidas de exceção, únicas eficazes, na verdade, por mais que em si mesmas lamentáveis.

De minha parte cumprirei o meu dever, sem me deixar impressionar, entretanto, pela campanha alarmista e de desígnios suspeitos, sobre corrupção, desencadeada ultimamente. Farei apurar as irregularidades que, fundamentadamente, chegarem a meu conhecimento, promovendo, junto à Justiça, o julgamento dos culpados e aplicando-lhes, a estes, sanções excepcionais, sempre que for imprescindível. Não duvido de alcançar, assim os indivíduos realmente culpados, sem atingir, de forma alguma, a probidade administrativa dos governos revolucionários, padrão de dignidade e de honra a mim transmitido pelo meu ilustre antecessor, o eminente Presidente Emílio Médici.

Quanto à luta anti-subversiva, com todas as suas tragédias, inegáveis são os resultados efetivamente alcançados, à custa de inauditos esforços, de uma ação tenaz e vigorosa e até mesmo de sacrifícios cruentos de elementos responsáveis pela segurança interna do país, ao longo dos últimos anos.

O adversário, entretanto, embora neutralizado, não foi destruído. É continuamente realimentado, inclusive com meios vindos do exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva, para manter-se o clima de ordem e trabalho indispensável ao nosso desenvolvimento.

A concepção inicial da Revolução, traduzida nessa atitude tática — contra a corrupção e contra a subversão — e executada no quadro que venho de descrever, foi, progressivamente, absorvida por uma doutrina mais construtiva, de nível estratégico, expressa no lema «Desenvolvimento e Segurança» e que, verdadeiramente, tem norteado a ação dos nossos governos revolucionários.

Tal doutrina, exposta detalhadamente em várias oportunidades, principalmente em meu discurso como candidato à Presidência da República, perante a Convenção do Partido, em 15 de setembro de 1973, e na exposição que fiz aos Ministros de Estado, na 1ª Reunião Ministerial, em 19 de março de 1974, está fielmente consubstanciada no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional.

O Programa partidário ao qual a Convenção dedicou grande parte de seus esforços, como um passo a mais, agigantado, no sentido da elaboração de obra de tão alto significado, proclama que a realização da democracia tem por fim último a construção de uma sociedade livre, justa, soberana e progressista.

Em decorrência, estabelece como grandes objetivos nacionais:

a realização da democracia representativa e sua modernização institucional;

o desenvolvimento econômico e a transformação social, que propiciem a paz social;

a soberania nacional;

a integração nacional;

tudo dentro de um quadro de segurança interna e externa e a da busca da consecução do Bem Comum. Incorpora a essência da doutrina preconizada e, assim, consagra, efetivamente, a identidade ideológica que vincula o Partido Renovador e o Governo, um ao outro, sob a égide da Revolução.

Com o Programa e a renovação normal dos quadros dirigentes, nos diferentes níveis — municipal, estadual e nacional — e, ainda com o valioso assessoramento em pesquisas e estudos políticos da «Fundação Milton Campos» recentemente constituída, cabe agora ativar, intensivamente e em caráter permanente, a ação partidária, seja para o revigoramento do Partido, seja para desenvolver o necessário entrosamento com o Governo.

Impõe-se, desde logo, que se calem dissenções e se aplainem divergências que nem poderiam, umas e outras, deixar de surgir num partido no poder e de ampla base majoritária. Imperativo da hora presente é que se saiba e queira honestamente sacrificar interesses, vaidades e paixões individuais ou facciosas, em benefício da unidade do conjunto e do fortalecimento sempre crescente da organização partidária. Assim, poder-se-á, de fato, multiplicar e potencializar nossa capacidade de mobilização do eleitorado, não apenas com vistas aos prélios das urnas, mas ainda, persistente e continuamente, em apoio às teses e proposições que ao Partido cumpre defender com galhardia e desassombro, em prol do

desenvolvimento da vida democrática, do bem-estar do nosso povo e de um futuro, cada vez mais radioso, do Brasil.

Somente com um sólido e alevantado ideário, coerente e inspirador, como é o Programa do Partido, será este capaz de assegurar firme unidade de propósitos, superando os inevitáveis e até mesmo benéficos — se contidos em limites justos — choques de tendências diversas, disputas de liderança e oposição de interesses divergentes. E, por outro lado, difundindo-o, proclamando-o, explicando-o, conseguirá o Partido assegurar o apoio da maioria do eleitorado. Tanto mais quando se trata de um Partido que é Governo, de um Partido que está no Governo, de um Partido que não promete apenas, como qualquer grupo de demagogos vulgares pode fazê-lo, mas de um Partido que à altura da responsabilidade que lhe cabe, vem, muito ao contrário, cumprindo um indiscutível elenco de realizações de vulto em todos os setores da vida nacional, inclusive — e com vigor maior, após haver o país superado o grave período de estagnação e de miséria que a Revolução herdou — inclusive, repito, no campo da justiça social, ampliando-a, aos poucos, a todo o espaço nacional e a todos os estratos da sociedade brasileira.

O Programa da Aliança Renovadora Nacional é também um compromisso entre correligionários e, ainda, um compromisso formal para com o povo; mas é, sobretudo, um compromisso com o futuro da Nação, um plano-mestre em que se deverão enqua-

drar os Planos Qüinqüenais de Desenvolvimento. É, mais especificamente, um compromisso com a numerosa plêiade de jovens que aí aguardam, nos bancos escolares e no aprendizado profissional, a sua hora de participar da vida política do país, amoldando-a às aspirações novas de sua geração. É a essa juventude que devemos poder e saber e querer apresentar alternativas válidas e bem delineadas para esse duro combate que é a vida de um povo, com vistas à conciliação da ordem com o progresso, do desenvolvimento máximo com a segurança indispensável, da amplitude mais liberal de franquias individuais, com o grau irredutível de responsabilidade para com a Nação em seu conjunto, responsabilidade esta — ônus implícito da participação na vida democrática. Aí está a essência de toda a problemática política que a cada povo lhe cumpre, em cada fase de sua história, solucionar de acordo com suas características próprias, as tradições de seu passado e suas aspirações de um futuro melhor, no panorama internacional realista em que se encontra inserido — o eterno conflito potencial entre o Indivíduo e o Estado.

Meus companheiros de Partido

De vós espero tenacidade e clarividência na reorganização partidária que se impõe fazer desde as bases municipais, tanto na estrutura, como nos métodos de ação, dentro do quadro ideológico programado. Em vós confio para as árduas campanhas de mobilização do eleitorado numeroso, disperso sobre território imenso, campanhas que já se avizi-

nham. Estou certo de que sabereis dar, nas urnas, cabal e irretorquível resposta às meias-verdades negativistas que se propalam sobre crise que o Partido atravessaria; à técnica sediça da afirmação gratuita de vitórias da oposição, tidas como seguras; à crítica fácil, parcial e irresponsável; às provocações de toda ordem que deverão receber, na hora devida, réplica merecida.

Em 1974, num pleito eleitoral de reconhecida liberdade e lisura, a que compareceu número nunca visto de eleitores, a Aliança Renovadora Nacional conquistou maioria absoluta na votação proporcional que é a verdadeira votação de legenda. Já em 1975, a Aliança lidera amplamente as filiações partidárias em todo o país, com quatro vezes o total de eleitores que o adversário conseguiu inscrever.

O que serão, para nosso Partido, os embates de 76 e 78, com o valioso apoio que espera merecer do povo e, também, todo o apoio que o Governo da União e os Governos da totalidade dos Estados, principalmente pelas suas realizações, não lhe regatearão — dentro, sempre, das tradicionais e legítimas regras de boa moral político-partidária — é o que veremos no momento oportuno, para desmascaramento e vexame dos falsos profetas de encomenda.

Para isso, que não nos faltem união de esforços, unidade de propósitos, coesão sólida no pensamento, e na ação, tudo em benefício maior de todo o povo da nossa terra que pode e deve confiar no Governo e pode e deve também confiar no Partido do Governo — a Aliança Renovadora Nacional.

27 DE SETEMBRO DE 1975

IMPROVISO NA SUDENE, EM RECIFE, ENCERRANDO OS DEBATES SOBRE O PLANO PARA O CONTROLE DAS ENCHENTES.

Antes de encerrar esta reunião, eu desejava fazer umas observações. Acredito que a reunião foi proveitosa e que, nas perguntas formuladas e sugestões apresentadas, há muito que se pode aproveitar e, sem dúvida, o Ministério do Interior vai proceder ao exame deste material para as convenientes adaptações.

O problema que nos reúne, que nos preocupa no momento, é adotar medidas que visam a impedir que se reproduza uma calamidade como aquela que tivemos aqui no mês de julho.

Sinto, pelos debates, que se pretende, evidentemente, um alargamento do problema, uma solução mais completa, tendo em vista as peculiaridades de Pernambuco. Eu, entretanto, estou numa posição diferente. Assim como tenho que considerar e procurar resolver esse problema de Pernambuco, enfrento uma infinidade de problemas semelhantes em todo o Brasil. Nós temos enchentes idênticas em todo o Brasil, em várias áreas, e há obras que estão se realizando. Temos enchente em Tubarão, no Estado de Santa Catarina, temos enchente no rio dos Sinos, no rio Jacuí, Rio Grande do Sul. Tivemos enchente no pantanal de Mato Grosso, em Cuiabá; vemos agora problemas em Alagoas e Ser-

gipe; enchente no rio Jaguaribe, no Ceará, no rio Açu, no Rio Grande do Norte. Fora as enchentes normais que ocorrem no rio Amazonas. E é preciso atender a tudo isto.

E quando se vai atender a tudo, nos defrontamos com as condições próprias dos recursos de que dispomos. Recursos financeiros, recursos humanos, recursos técnicos.

Então, evidentemente, num paralelo que se estabeleça entre as necessidades e os recursos disponíveis, estamos com deficit muito grande. Daí resulta a coisa mais elementar, que é da vida: temos que estabelecer prioridades. Se há prioridade aqui, mas se várias bacias foram atingidas, se várias localidades foram atingidas, temos que atender a mais importante, a principal, a calamidade maior. Então, o problema que vimos resolver neste auditório, o problema principal, é do Recife.

Não quer dizer que os demais problemas não mereçam atenção, mas não estão em foco agora, nem agora os vamos poder resolver, como solução completa e perfeita. Do mesmo modo, há que considerar que um problema desses exige solução progressiva. Nós estamos agora procurando resolver o problema da enchente. Sem dúvida, há questões ecológicas. Há questões econômicas. Há problemas para melhor aproveitamento para irrigação, e assim por diante. Mas isso é depois. Estamos lutando, no presente caso, contra o tempo. Temos que realizar essas obras para que a calamidade não se repita.

Uma série de coisas complementares vamos fazer depois. Intensificaremos as providências devidas para que não haja mais uma enchente dessa natureza no Recife.

Esse é o meu objetivo. E dentro dele tenho que perseverar.

Se vamos atender a aspectos ecológicos, muito bem. Se vamos atender a problemas de um aproveitamento integral do vale, vamos atender. Mas, temos outros vales no Brasil para atender. Estamos aí, há 50 anos, em todo o vale do São Francisco, e não conseguimos resolver as coisas de lá. Todos os nossos vales exigem infinidades de obras para que possam ter melhor aproveitamento econômico e social. Isso virá a seu tempo. Agora, o nosso problema é combater enchentes. E aí há um outro aspecto: o problema não é um problema exclusivamente da área federal. O governo federal, sem dúvida, se empenha. E porque dispõe de mais recursos se engaja na solução do problema. Mas, é preciso que o Estado ajude, é preciso que os Municípios ajudem. E é preciso, sobretudo, que a comunidade ajude, lute e trabalhe e coopere, porque aí somamos forças. E se somarmos forças, colheremos um resultado melhor em menor tempo.

Eram essas as coisas que eu queria lhes dizer além de agradecer pelo comparecimento de todos aqui, a cooperação que nos prestaram e a convicção de que em março de 1978 essas obras estarão realizadas e, possivelmente, a partir daí, se houver enchentes, terão efeitos mínimos sobre esta área.

3 DE OUTUBRO DE 1975

ABERTURA DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO. HOTEL NACIONAL. BRASILIA.

Meus Senhores

A participação do Governo Federal no VII Congresso Brasileiro de Cooperativismo é reafirmação de seu franco apoio ao movimento cooperativista nacional. Traduz, inclusive, o firme propósito de meu Governo de modernizar significativamente esse importante sistema de suporte à produção e à comercialização.

Fortes razões justificam tal posição. De fato, foi dos cooperativistas que se recebeu em grande parte, pronta resposta ao desafio de enfrentar os efeitos negativos da crise mundial generalizada e que nos atingiu em setores vitais da economia, entre eles o agropecuário.

A agricultura brasileira, duramente pressionada por aumentos constantes nos insumos utilizados, conseguiu superar as dificuldades, e obter, neste ano, expressivos resultados.

O decorrente acréscimo da participação dos produtos agrícolas na pauta de exportações tem sido muito valioso no atendimento de nossas necessidades maiores de importar produtos essenciais.

Em certa medida pode concluir-se que, assim, devemos às cooperativas muito do que temos podido

fazer para vencer os entraves que se opõem ao desenvolvimento econômico nacional.

Cabe reconhecer, todavia, que, do ponto de vista global do desenvolvimento de nossa agropecuária a níveis que satisfaçam a crescente demanda de alimentos — a participação do cooperativismo ainda não atingiu estágio inteiramente satisfatório.

Identificam-se, no entanto, regiões em nosso país em que tal participação já é significativa e crescente.

É necessário, portanto, que sua penetração no campo agroindustrial se aprofunde e ganhe dimensões em escala muito mais ampla.

E isso porque acreditamos que as cooperativas são instrumento hábil para promover a ascensão econômica — e pois social — do homem, através de participação crescente nos benefícios comuns, graças ao recurso a processos produtivos mais eficientes, tanto no beneficiamento e industrialização como na comercialização da produção.

Desse aperfeiçoamento beneficia-se, também, o consumidor, pelo acesso a produtos satisfatórios em quantidade e qualidade e a preços razoáveis.

Treinamento de dirigentes e técnicos, medidas de organização administrativa e contábil, estudos de zoneamento e de viabilidade econômica, criação e integração de cooperativas, fortalecimento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — são evidências, todas, da decisão governamental de dotar o sistema

de instrumentos capazes de assegurar-lhe o dinamismo e a benéfica atuação no meio rural.

Na realidade, o Governo tem apoiado o sistema cooperativista em todos os setores, através de recursos financeiros consideráveis que permitiram o aumento do capital social, e com a construção de rede armazenadora, o financiamento do custeio e investimentos agrícolas dos associados, instalações de beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, além de diversas outras medidas. Quando estrangulamentos da comercialização, devidos a fatores diversos, ameaçaram ocasionar desequilíbrios e desestímulos aos produtores, o Governo adotou, logo, providências que permitiram neutralizar as variações negativas do mercado, favorecendo, dessa forma, efetivamente aos produtores. E as cooperativas, vale salientar, nunca lhe regatearam seu apoio dedicado.

É nosso real propósito incentivar a participação do sistema cooperativista para ampliar a ajuda governamental à agricultura e pecuária, segundo variadas modalidades, entre as quais, por exemplo, a formação de estoques reguladores — instrumento hábil para prevenir oscilações bruscas de preços, que prejudicam tanto os produtores como os consumidores.

Para tanto, o Ministério da Agricultura, através de seus organismos específicos — INCRA, BNCC e EMBRATER — está ultimando um programa de complementação de suas atividades em apoio ao movimento cooperativista, capaz de agilizar-lhes a atuação, sistematizar as informações de mercado e esta-

belecer condições de operacionalidade que capacitem as cooperativas como empresas modernas de elevado alcance social.

De acordo com esses propósitos, meu Governo dará todo apoio e incentivo necessários ao crescimento e expansão do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, de vez que ele é o organismo financeiro especializado do sistema. E, em plano mais geral, os principais organismos de crédito não faltarão com o aporte de seus recursos, ao incremento e ao desenvolvimento do cooperativismo em nosso país.

Pretende-se atingir, também, duas importantes metas. De um lado, tem-se em vista possibilitar que a experiência bem sucedida em algumas regiões se extravase a outras. Realizações no setor de grãos, carne e leite, por exemplo, revelaram-se de tal maneira vitoriosas que seria inconseqüência não realizar substancial esforço no sentido de ampliá-las e desenvolvê-las. E, por outro lado, considera-se de fundamental importância assegurar a participação das cooperativas no esforço de geração e transferência da tecnologia agrícola, bem como na prestação de outros serviços especializados a seus associados, visando ao aumento do lucro dos produtores mediante aumento da produtividade e conseqüente redução dos custos de produção.

As lideranças do setor devem ter plena consciência, entretanto, de que as cooperativas, contando, em segurança, com decidido apoio do Governo, não gozarão de medidas paternalistas. Cabe-lhes ter sem-

pre presente que são empresas de caráter econômico, apesar de sua nobre função social, e que deverão ser capazes de enfrentar o regime da competição, pela eficiência, pela racionalidade e pelo seu poder de aglutinação. E, ademais, terão em vista que o caráter específico do cooperativismo exige uma organização que permita evitar desperdícios de recursos humanos, econômicos e financeiros, todos sempre escassos.

O Governo está certo de que poderosas forças ainda permanecem latentes no cooperativismo nacional, e que essas forças precisam ser canalizadas e melhor orientadas para que se chegue a uma sistematização racional e a uma ação coordenada e eficiente do setor.

Muitos e maiores resultados positivos serão, sem dúvida, proporcionados pelas cooperativas, mas, para que elas se situem realmente no plano de suas verdadeiras responsabilidades, é necessário, é até imperioso e urgente, que cada cooperado assuma conscientemente o papel que lhe compete desempenhar no esforço comum de todos nós, para grandeza maior de nossa terra e prosperidade crescente de nosso povo.

9 DE OUTUBRO DE 1975

PRONUNCIAMENTO, PELA TELEVISAO, SOBRE A SITUAÇAO ECONOMICA.

Brasileiros,

Em diferentes oportunidades, particularmente por ocasião do lançamento do II PND, julguei necessário referir-me ao cenário de perplexidades e obstáculos em que se vem arrastando a economia mundial, desde fins de 1973 até hoje.

A verdade é que tais dificuldades — crise de energia, universalização da inflação e estagnação nos países desenvolvidos, com os conseqüentes entraves ao comércio internacional e problemas crescentes no balanço de pagamentos para todo o mundo subdesenvolvido — estão persistindo mais do que, ao início deste ano, seria razoável esperar-se. Na verdade, não se trata, ao que parece, de simples crise, aguda embora, de reajustamento econômico em larga escala.

Enfrentamos verdadeira mudança estrutural de toda a economia mundial.

As hesitações dos países industrializados em adotar políticas anti-recessivas eficazes, uns esperando pelos outros e todos receosos, sobretudo, do recrudescimento da inflação, não têm permitido a tão desejada recuperação do mundo desenvolvido. Estados Unidos, Europa e Japão ainda se debatem com altas taxas de desemprego, variando entre 5 e 8,5%.

Ora, esse quadro de indefinição certamente irá complicar-se ainda mais com a recente elevação de 10% nos preços do petróleo, o que custará ao mundo mais 10 bilhões de dólares/ano. Ressalte-se, ademais, a indicação muito nítida de que novos aumentos poderão vir a ser impostos, periodicamente, a todos os consumidores.

Os efeitos desse aumento sobre o mundo subdesenvolvido serão múltiplos, quer de forma direta, pela elevação do custo das importações de petróleo e produtos sobre cuja formação de preços este influi substancialmente, quer, mais ainda, pelas repercussões indiretas. Se os produtos primários, em geral, já se encontravam em posição desvantajosa no mercado mundial, o reduzido nível de atividade dos países industrializados, com perspectiva, agora, de prolongar-se, torna muito difícil, aos subdesenvolvidos, compensar tal situação por uma expansão maior das exportações de manufaturados.

Esse novo impacto ocorre, ademais, quando os países em desenvolvimento acusam já sintomas de resistência menor, após quase dois anos de crise econômica internacional. O *deficit* em conta-corrente dos países subdesenvolvidos que, de 1973 para 1974, aumentou de 9 para 27 bilhões de dólares, chegará, este ano, à casa dos 36 bilhões de dólares. Conseqüência inevitável, ainda que tal *deficit* seja coberto pelas fontes normais de financiamento, será o substancial aumento geral da dívida externa, tornando insuportáveis as cargas dos juros e amortizações contratuais.

A perspectiva para 1976, na área desenvolvida, é, ainda, de recuperação lenta. Notícias da «Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento», ou seja, do mundo industrializado, mostram tendência, ainda, a declínio do produto real no corrente ano, ora estimado em menos de 2,5% após a estagnação do ano passado, com um total de desempregados da ordem de 15 milhões de pessoas.

O Brasil vem conseguindo evitar a recessão e a estagnação, que nos estão sendo exportadas pelo mundo desenvolvido lá de fora, com o seu corolário do desemprego a atingir, sempre, as classes mais pobres.

Verdade é que estamos alcançando taxas de crescimento bem mais baixas, nós que estávamos acostumados aos mágicos 10% ao ano que a economia brasileira soube preservar, desde 1970 até 1974. Mas não há dúvida de que, mesmo com o desempenho fraco do fim do ano passado e começo deste ano, ainda se observa considerável dinamismo na economia: ao lado de um aumento do consumo de energia elétrica industrial, de 9%, os setores de produção de Bens de Capital e de Bens Intermediários apresentaram taxas de crescimento entre 7% (metalúrgico) e 16% (mecânico), até agosto último.

E isso tem ocorrido em virtude da determinação governamental de preservar o desenvolvimento nacional, mesmo com algum prejuízo em outras metas econômicas.

Ao mesmo tempo em que procurou, pelo II PND, reajustar rapidamente as prioridades para atender

os setores da Energia, dos Bens de Capital, dos Insumos Básicos, Desenvolvimento Ferroviário e Construção Naval, como exigia a nova realidade mundial — o Governo vem tentando, por todas as formas, salvaguardar a atividade econômica interna e o nível de emprego, quanto possível, dos efeitos recessivos da conjuntura internacional. Daí, a atitude que, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, aprovei em janeiro, de «dispor de flexibilidade e agir com rapidez», na execução do Plano, «evitando-se a definição de metas rígidas, mesmo com relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, atuando-se sempre através de indicadores econômicos e sociais, revistos com regularidade».

Os incentivos de toda forma, fiscais, financeiros e cambiais, e até mesmo certos subsídios à produção — como na Agricultura, para o caso dos fertilizantes — têm sido a tônica. Vezes inúmeras, o Governo abriu mão de receita ou expandiu despesas e apoio financeiro, para atender a setores sem dinamismo e manter o ritmo dos investimentos — sem esquecer os amplos recursos empenhados para minorar os efeitos calamitosos das geadas e enchentes deste ano. Até os gravames da correção monetária chegaram a ser parcialmente compensados por incentivos fiscais concedidos a projetos em setores prioritários e aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

A dificuldade principal reside, entretanto, no fato de que a situação mundial, incerta, reduz a

própria margem de manobra do Governo, uma vez que, se adotadas certas medidas mais drásticas e generalizadas, com vistas à reativação da economia, poderão vir a agravar-se as dificuldades do balanço de pagamentos, enquanto que, adotadas outras, poderá resultar um recrudescimento da inflação, a cobrar elevado ônus sobre o padrão de vida das classes mais pobres.

Os fatos novos sobrevindos na conjuntura internacional ressaltam a importância de definir-se, desde logo, uma orientação geral para este fim de 75 e para o ano de 76.

Por isso, o Governo tem promovido reuniões, procedido aos necessários debates e aqui estou, neste momento, para dar conta disso a todos os brasileiros.

Minha linguagem será bem franca, para que os brasileiros saibam, claramente, qual é a situação real e o que o Governo vai fazer. Mas não traz ela, nem precisaria trazer, qualquer nota de desalento. Nestes anos da Revolução, o Brasil soube amadurecer suficientemente para, em horas que exijam decisão e objetividade, não oscilar entre extremos, e, usando na justa medida de um sadio senso de realismo e de serena autoconfiança, superar situações transitórias que requeiram esforços maiores. Na capacidade de nosso povo para a realização de esforços tais sempre confiei, conforme freqüentemente tenho dado público e cabal testemunho.

O Brasil tem equacionado, a contento, os seus problemas do balanço de pagamentos, evitando

excesso de endividamento e mantendo um nível adequado de segurança com as suas reservas cambiais.

Comparando-se os oito primeiros meses de 1975 com o período correspondente a 1974, verifica-se que as exportações, em dólares, cresceram cerca de 29%, enquanto que as importações praticamente mantiveram o nível de 1974 (aumento de apenas 1,8%). Conseqüentemente, reduziu-se em 34% o *deficit* na balança comercial (ou seja, apenas no movimento de mercadorias). Excetuados os combustíveis e bens de capital, todos os demais grandes itens de importação caíram substancialmente em quantidade.

Dentro de orientação semelhante, precisamos partir, agora para nova etapa no esforço de melhoria de nossas contas com o exterior. O objetivo a alcançar, para 1976, será o de reduzir a um mínimo o *deficit* no balanço comercial, procurando manter estável o nível de reservas cambiais. Esse *deficit* mínimo por sua vez, deve ser buscado por uma política imaginativa que evite, o quanto possível, qualquer impacto negativo sobre o nosso ritmo de crescimento econômico

Com isso, o *deficit* em conta corrente (isto é, relativo a mercadorias e serviços) que em 1975 já será menor que o do ano passado, virá a decorrer quase exclusivamente da conta de serviços (fretes e juros, principalmente). Manter-se-á, em nível aceitável, o endividamento externo, preservando-se

o das reservas e colocando-se sob controle o balanço de pagamentos, num processo que, em 1977 deverá assegurar-nos área de manobra muito maior, graças aos resultados dos planos de substituição de importações que já estarão em produção (siderurgia e fertilizantes) e ao aumento esperado, aquele ano, na produção de petróleo.

Na perspectiva de médio prazo, o país está executando programas que lhe assegurarão o equilíbrio na balança de comércio, através de um razoável crescimento das exportações. Só os programas visando à auto-suficiência em Insumos Básicos — Siderurgia, Não-Ferrosos, Petroquímicos, Fertilizantes, Defensivos Agrícolas, Papel e Celulose — somarão investimentos de 165 bilhões de cruzeiros, devendo gerar uma economia bruta, em divisas, da ordem de 22 bilhões de dólares, até 1980.

Na área do Petróleo, as províncias de Campos e do Rio Grande do Norte estarão produzindo, embora não a pleno, em 1977.

O Governo decidiu, também, aprovar um Programa Nacional do Álcool, destinado a permitir o uso deste, progressivamente, como combustível, em proporção da ordem de 20%, assim como sob a forma de matéria-prima para a indústria química.

O conjunto de medidas a serem baixadas em breve, para tal fim, compreende a compra de álcool, pela PETROBRÁS, aos novos níveis de preço (paridade com o preço do açúcar cristal), os estímulos finan-

ceiros à produção de cana adicional e a montagem de destilarias anexas ou autônomas.

Haverá, também, programas especiais de apoio à produção de álcool de outras fontes, — mandioca e batata doce — notadamente em áreas novas.

Igualmente, o programa do Xisto já permitirá, em breve, decisões quanto à sua exploração em escala industrial, embora sua contribuição significativa à produção de óleo bruto leve ainda, certamente, alguns anos.

Por outro lado, parece ser chegado o momento de pensar em promover a auto-suficiência do Brasil na produção de trigo, considerando-se que os preços internacionais continuam em ascensão. No Centro-Sul, afigura-se viável, apenas com a utilização de terras já usadas para soja, ampliar a área de produção de trigo em cerca de 2 milhões de hectares. Áreas novas, por exemplo em Mato Grosso e Goiás, são, igualmente aptas a expandir a produção do cereal. E as experiências no cerrado abrem-nos, ainda, possibilidades novas.

São, como se vê, bastante amplas essas possibilidades para o médio prazo. Impõe-se, em conseqüência, manter sob controle a situação em 1976, certos de que, a partir daí, novos fatores entrarão em cena, criando perspectiva de melhoria substancial e flexibilidade maior.

Para reduzir a um mínimo o *deficit* comercial em 76 procuraremos, em primeiro lugar, preservar o

atual impulso às exportações, quer na área dos produtos básicos, quer na dos manufaturados, pela adequada combinação de incentivos fiscais, creditícios e cambiais, estes últimos dentro da política de pequenas desvalorizações que vem sendo adotada desde 1968. No campo financeiro, os bancos oficiais deverão expandir as suas linhas de crédito aos exportadores, a juros favorecidos. No campo fiscal, determinei a elaboração urgente de estudos para que os exportadores que disponham de créditos acumulados de ICM junto aos respectivos Estados, possam ser efetivamente ressarcidos. E, por outro lado, serão renovados os incentivos fiscais que acabariam em 1975, como o da isenção do imposto de renda sobre os lucros auferidos na exportação.

Do lado das importações, várias medidas serão adotadas.

Primeiro, a aprovação de orçamento de importações para todos os Ministérios (inclusive as empresas governamentais), significando uma redução de 15% sobre o total de suas importações durante 1975, tanto em equipamentos e matérias-primas quanto em bens de consumo.

Isso permitirá flexibilidade acrescida no tocante às importações destinadas ao setor privado.

Segundo, estamos formalizando a orientação, firmada o ano passado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de apoio decidido à produção interna de equipamentos. Decreto assinado

hoje define que os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta darão preferência, nos seus programas, aos bens de capital de produção nacional, desde que similares aos produzidos no exterior.

E, ao mesmo tempo, a fim de que a redução nos limites de importação não signifique diminuição dos programas prioritários das empresas governamentais, a Agência Especial de Financiamento — FINAME — será dotada de recursos adicionais, que poderão alcançar 10 bilhões de cruzeiros, em 1976, através de linhas de crédito especiais a empresa, destinadas ao financiamento, a longo prazo, da compra de equipamentos de produção nacional. As condições internas de financiamento serão, pelo menos, equivalentes às existentes no exterior.

Terceiro, também com o objetivo de conter as importações e de proteger a indústria nacional, assinei Decreto-lei que altera as alíquotas aduaneiras em duas faixas: em primeiro lugar, aumentam-se de 100 pontos percentuais as incidências sobre uma lista de bens supérfluos; em segundo lugar, acrescem-se 30 pontos de percentagem às tarifas sobre uma série de produtos intermediários, também com produção interna e com pequena participação no custo dos produtos finais. Na mesma linha, determinei ao Conselho de Comércio Exterior a prorrogação da Resolução nº 98, que cuida da importação coordenada de produtos siderúrgicos.

Na área do petróleo, é fácil de estimar que o recente aumento do preço internacional iria repre-

sentar, se mantidos os níveis atuais de importação, um aumento de gastos, diretamente, de cerca de 300 milhões de dólares anuais, e, considerados os reflexos indiretos, de 400 milhões, aproximadamente.

Como é óbvio, tal elevação no dispêndio com o petróleo dificilmente se compatibilizaria com o objetivo enunciado para a balança comercial.

No propósito de, pelo menos, manter o valor das importações de petróleo, em 1976, ao nível de 75, o Governo está autorizando um aumento de 25% nos preços para a gasolina e de 10% para o óleo diesel e o óleo combustível (sem alteração no preço do gás liquefeito). Os recursos decorrentes desse aumento serão destinados a novos projetos na área de Energia e ao Programa Nacional de Transportes Coletivos.

A idéia é causar efeito mínimo sobre os derivados que interessam, de perto, às atividades produtivas, evitando-se subsídios, e colocar o ônus maior sobre o transporte individual.

Sem dúvida, mesmo esse aumento, não muito elevado, seria preferível evitá-lo. O caminho, após demorados estudos, foi escolhido de forma a não se recorrer ao racionamento, prática por demais molesta aos consumidores e de implantação sempre difícil e controle sabidamente ainda mais difícil em face das oportunidades de manobras ilícitas. Ademais, o Brasil passaria a ser o único país do mundo atual a valer-se de tal mecanismo de controle,

o que possivelmente contribuiria para deslustre de nossa imagem no exterior.

Na esfera governamental, instruções estão sendo baixadas, aperfeiçoando o esquema já em funcionamento, com tetos para o consumo de derivados de petróleo no próximo ano, de modo a obter sua redução.

Ao lado das soluções de curto prazo e da abertura de alternativas como as do álcool e do xisto, não quis o Governo deixar aspecto algum do problema do petróleo sem a devida consideração.

Deteve-se, por isso, sem emocionalismos e voltado apenas, com objetividade, para o interesse nacional, na análise das novas opções que à PETROBRÁS, detentora legal do monopólio estatal de prospecção, produção e refino, poderiam, em princípio, ser proporcionadas.

Não seria realista esperar dessas novas opções que permitem, de uma forma ou outra, o concurso de empresas estrangeiras, a solução para o nosso problema de petróleo, no curto prazo. Contribuição significativa, se houver êxito, talvez se possa esperar para o início da próxima década.

Sem embargo, tal consideração não seria, por si só, suficiente para fundamentar uma decisão.

A análise meticulosa a que procedemos, inclusive debatendo o assunto com a PETROBRÁS, no âmbito do CDE e, hoje, de todo o Ministério, e levando em conta minha experiência pessoal como Presiden-

te da empresa, levou-nos à convicção de que o Governo deve autorizar a PETROBRÁS, sem quebra do regime de monopólio, a realizar contratos de serviço, com cláusula de risco por conta da empresa executora, em áreas previamente selecionadas.

A medida será posta em prática com base na experiência dos contratos já celebrados pela PETROBRÁS no Exterior, garantindo-se o princípio essencial do monopólio e definindo-se condições, níveis e prazos rigorosos para os investimentos a serem realizados, sempre sob controle da PETROBRÁS.

Poder-se-ia indagar se, de um lado, ao proporcionar à PETROBRÁS esse novo instrumento, não se está pondo em dúvida, de certo modo, a sua capacidade executiva, e, de outro lado, se não seria melhor descartar a idéia, já que não constitui garantia de solução a curto prazo.

Meu Governo deu e continuará a dar integral apoio à PETROBRÁS, que ainda hoje considero minha casa.

Mas num país da dimensão do Brasil e que precisa não perder tempo, antes apressar-se, no setor do Petróleo, não seria justificável deixar de proporcionar à empresa e à Nação, de plano, essa opção nova. Ainda que os resultados demorem ou sejam pouco satisfatórios, o Governo demonstra que não exclui, por simples impulsos emocionais ou receios pouco justificáveis, qualquer alternativa válida que, sendo, como é, compatível com o monopólio, represente mais um caminho a ser tentado.

Julgo conveniente estender-me um pouco mais, incorrendo embora em repetições e redundâncias, no esclarecimento da questão relativa ao suprimento do petróleo.

Ela constitui atualmente — e este é o consenso geral — uma de nossas maiores vulnerabilidades. Por isso, todos os meios possíveis deverão ser acionados para que possamos vir a dispor de solução que nos satisfaça.

A geração de energia elétrica, felizmente, está apoiada, essencialmente, em nosso potencial hidráulico e, para o seu futuro desenvolvimento, já encaminhamos procedimentos que utilizarão, na escala necessária, o potencial nuclear.

Subsiste, entretanto, o problema do setor vital dos transportes — todo ele movimentado com derivados do petróleo que, além disso, são largamente empregados na indústria e na vida doméstica — para os quais, a curto e mesmo médio prazos, não temos sucedâneos.

Enquanto os preços do petróleo bruto eram moderados e relativamente baixos, a ponto de sua influência no balanço de pagamentos ser suportável, não tínhamos excepcional interesse imediato em descobrir todos os nossos recursos em petróleo, nem muito menos, em ativar em maior escala sua produção, mediante o emprego de meios financeiros superiores aos de nossas disponibilidades normais. Achávamos que, em muitos casos, era preferível

sermos comedidos na produção de nossos campos de petróleo, a fim de lhes prolongarmos a vida útil. Como o presente de então não era crítico, preferíamos agir de maneira a não sacrificar o futuro.

Vários fatos marcantes ocorreram, entretanto, modificando, inteiramente, esse quadro:

— O antigo sistema de concessões evoluiu até a sua extinção quase generalizada.

— Veio a ser substituído, ele, em muitos países produtores, por contratos de serviço, denominados de risco, e que não se apresentam com o caráter espoliativo e opressivo atribuído àquele sistema.

Nesses contratos, a exploração ou pesquisa — que constitui a fase aleatória do processo, ainda com fortes nuanças de aventura geológica — é custeada pela empresa contratante, a qual se propõe a executá-la em área limitada e em condições preestabelecidas, entre estas, basicamente, a de que o dispêndio correspondente à exploração não será ressarcido se o resultado for negativo (e daí a qualificação *de risco*) e, ao contrário, se positivo, será compensado com algumas vantagens.

O Governo, quando autorizou, em 1971, a constituição de subsidiária da PETROBRÁS, para exercer atividades no exterior, teve em vista, entre outros importantes objetivos, obter experiência sobre a natureza e execução de contratos desse tipo, inclusive quanto aos aspectos jurídicos, o que efetivamente se conseguiu, através dos que a BRASPETRO firmou em diversos países, a começar pelo Iraque. As

grandes companhias petrolíferas, que eram temidas pela sua atuação internacional e acusadas de opressão, de domínio e de conluio entre si, foram progressivamente alijadas das áreas de produção onde tinham concessões, e substituídas por empresas nacionais. Os principais países produtores que são exportadores de óleo, formaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — entidade internacional que passou a dominar o mercado e, em defesa dos seus exclusivos interesses, promoveram a elevação dos preços do óleo cru a níveis que, praticamente, se estão tornando inacessíveis à maioria dos demais países, principalmente dos não desenvolvidos.

Entre nós, após insucessos na exploração de bacias sedimentares terrestres (Amazonas e Paraná), de ponderável êxito na Bahia e Sergipe e medíocre em Alagoas e Espírito Santo, passou-se a dar ênfase à exploração da plataforma submarina. Nesta, após delonga inevitável para a execução de levantamentos sísmicos preliminares em toda a costa e à mobilização do avultado e dispendioso equipamento especializado indispensável aos trabalhos de exploração no mar, a PETROBRÁS trabalha com intensidade crescente. Aí foram descobertos campos que já estão em produção, como os de Guaricema e Caioba, na costa de Sergipe, outros em vias de delimitação e próximo desenvolvimento, como o de Ubarana, no Rio Grande do Norte, e o de Garoupa, no Rio de Janeiro. Os resultados esperados exigem, entretanto, muito tempo para se concretizar e avultados

recursos financeiros. E, além disso, há outras áreas em que ainda não nos engajamos, principalmente em virtude da desproporção entre as nossas possibilidades atuais e a imensidão da superfície a pesquisar — e, agora, com muito mais urgência que antes.

Merece ser destacado que a PETROBRÁS, presentemente, é uma empresa exemplar, com ótimo renome internacional, inteiramente consolidada e com excelente corpo técnico e administrativo, nas suas diversas áreas de atuação. O monopólio que a lei lhe confere é exercido na sua plenitude e sem contestação e entendido não como um fim, mas apenas como um meio para que se possa cumprir a finalidade da Empresa, qual a de assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo.

O natural desejo da PETROBRÁS, de tomar a si diretamente todo o problema, como a lei lhe faculta, defronta-se agora com a exigência de ações urgentes, tanto para hoje como para o amanhã, de vez que não há perspectivas alentadoras quanto à redução, nem à estabilização, dos preços do petróleo.

Como já disse, a curto prazo, usaremos o recurso de limitar o consumo pela elevação dos preços, principalmente da gasolina, evitando o mal maior que seria o racionamento direto. A médio prazo, contamos com o aumento de produção de petróleo, proporcionado pelos novos campos já descobertos na plataforma e pela ponderável contribuição que será obtida com a produção de álcool. Em prazo maior, depositamos nossa confiança não somente

nos novos êxitos que a PETROBRÁS conseguirá, mas também na exploração industrial do Xisto e, ainda, nos resultados positivos que poderão advir da nova modalidade operacional que o Governo vem de autorizar — os contratos de serviço, de risco.

Por fim, cabe frisar que esses contratos não implicarão em reduzir ou violar o monopólio atribuído à PETROBRÁS, pois constituirão, de fato, uma modalidade de execução indireta, realizada no âmbito da Empresa, sob a sua jurisdição e pleno controle.

Devo, ainda, dirigir-me a todos os que, com boa fé e convicção, inclusive em nome do Governo — de dentro e de fora da Empresa, na Imprensa, no Legislativo — se têm pronunciado contra a realização dos contratos de serviço. Presto-lhes aqui minhas sinceras homenagens, pela continuada defesa de uma posição que também foi a minha. Essa vinha sendo, realmente, há longo tempo, a orientação dos governos que se sucederam desde 1954, inclusive do atual. Não obstante, estou convicto agora, tendo em vista tudo o que venho de recapitular, de que é chegada a oportunidade da decisão que o meu Governo, a respeito, adotou, na certeza de que ela, nas circunstâncias atuais, é a que melhor corresponde aos interesses maiores do Brasil.

Meus concidadãos,

Se me fosse indagado em que estado de espírito me dirijo, hoje, aos diferentes quadrantes do país, eu responderia simplesmente: com *responsável senso de equilíbrio.*

Equilíbrio entre a consciência de que existem coisas a fazer e dificuldades a vencer, sobretudo em 1976, e a convicção de que tais dificuldades serão temporárias. Se fizermos o que deve ser feito, sem traumatismos ao sistema econômico nem sacrifícios maiores para qualquer classe, o ano seguinte — 1977 — e os demais deste Governo, poderão ser vividos em clima de desafogo maior e de maior progresso.

O programa que se espera realizar em 76, mesmo com as restrições apontadas, ainda deverá permitir ao Brasil uma razoável taxa de crescimento. É intenção, pois, do Governo evitar, com todo o esforço necessário, que a estagnação em certas regiões do mundo se propague ao Brasil. Para tanto, prosseguiremos numa política anti-recessiva que se preocupa, em especial, com os setores críticos já assinalados e com as áreas de bens de consumo que apresentam hoje menor dinamismo.

Importante é manter-se a execução dos programas de investimentos do II PND, que levam à solução do problema do balanço de pagamentos, pela substituição intensiva de importações, e à manutenção do nível das atividades econômicas. E que, por isso, interessam fundamentalmente ao setor privado, ao qual cabe executar aqueles programas ou fornecer-lhes equipamentos, matérias-primas e serviços.

Desejo concluir este meu pronunciamento com uma nota positiva bem nítida, para o que me basta, em verdade, recapitular os recursos adicionais atribuídos ao Programa de Transportes Urbanos; o

impulso acrescido à Indústria Nacional de Bens de Capital, com a destinação de maiores recursos ao FINAME; a execução do Programa do Álcool; a nova opção aberta ao problema do Petróleo, sem contar a perspectiva, já existente, de aumento da produção, a partir de 77, só nas províncias já descobertas.

Espero que, no quadro desta programação que ora anuncio, se crie e propague e generalize, por este Brasil afora, um estado de espírito de compreensão e de natural preferência, dentro do Governo, nas empresas e em cada lar, por aquilo que o país pode produzir, poupando-se, com determinação e persistência, tudo o que — tal o caso do petróleo — devamos continuar importando, com sacrifícios agora redobrados, que a todos atinge e ao próprio destino da Nação.

Boa noite.

11 DE OUTUBRO DE 1975

IMPROVISO NO LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE AÇAO INTEGRADA DE PRODUÇAO E PRODUTIVIDADE, DURANTE A FESTA NACIONAL DO TRIGO, EM CRUZ ALTA, RS.

Depois das palavras que acabamos de ouvir do ministro Paulinelli, que lhes falou em nome do Governo, eu nada teria a acrescentar, se não quisesse transmitir uma mensagem pessoal, dando-lhes o estado de espírito com que hoje me encontro aqui.

Devo dizer-lhes que para mim é um dia de festa; em primeiro lugar, retornar a uma região onde tive a ventura de viver em minha mocidade. Foi uma época feliz e sempre é grato retornar quando se é feliz.

Em segundo lugar, porque hoje aqui comemoramos o trabalho. Iniciamos a colheita do trigo, que traduz o resultado conseguido com suor.

O Brasil precisa de trabalho. Só trabalhando é que nós desenvolveremos, só por nosso esforço poderemos crescer.

Já somos mais de cem milhões de brasileiros, que vivem desde o Amazonas até o extremo do Rio Grande.

São cem milhões de bocas a serem alimentadas; são milhões de crianças que precisam de escolas; são milhões de velhos que precisam de assistência.

E tudo isto só resolveremos se trabalharmos, se multiplicarmos o nosso produto; se tivermos inteligência para usar as melhores condições das técnicas; se soubermos tirar maior partido de nossa terra; se não a deixarmos abandonada.

Sei que aqui há um esforço — não só em Cruz Alta, mas de todos os municípios da região — neste sentido. Isto é para mim mais um motivo de alegria e de satisfação. E, por fim, quero dizer-lhes que a acolhida que me deram pela simpatia, pelas palavras, pelos sorrisos, constitui para mim um prêmio, pelo esforço que diariamente realizo.

13 DE OUTUBRO DE 1975

ENTREGA DO GRANDE COLAR DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL AO PRESIDENTE DO GABAO, ALBERT-BERNARD BONGO, PALACIO DO PLANALTO, BRASILIA.

Senhor Presidente.

No primeiro ato da visita oficial de Vossa Excelência ao Brasil, apraz-me sobremodo conferir-lhe a mais elevada condecoração brasileira, com a qual distinguimos eminentes dignitários estrangeiros — o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Ao fazê-lo, desejo manifestar a alta conta em que temos os esforços de Vossa Excelência pelo desenvolvimento de seu país e pela crescente afirmação do Gabão no cenário mundial.

Quero, também, ressaltar a atividade pessoal de Vossa Excelência com vistas ao fortalecimento dos vínculos de amizade que unem o Gabão ao Brasil e que traduzem as generosas aspirações comuns de nossos povos irmãos, qual a de conviver num mundo em que prevaleçam o respeito, a paz e o desenvolvimento harmônico entre as Nações.

Senhor Presidente.

Ao fazer-lhe entrega das insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, estou seguro de interpretar com fidelidade os sentimentos de respeito e amizade do povo brasileiro pelo povo do Gabão.

13 DE OUTUBRO DE 1975

APÓS JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DO GABÃO, ALBERT-BERNARD BONGO, NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA.

Senhor Presidente.

É grande honra receber, em Brasília, Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Sua presença no Brasil vem assinalar que, no mais alto nível, os dois países estão decididos a corresponder às perspectivas, amplas e promissoras, de um futuro marcado pela crescente colaboração entre os nossos povos.

São os mesmos, os princípios que balizam o comportamento internacional do Brasil e do Gabão: a não intervenção, o direito à autodeterminação dos povos, a igualdade jurídica dos Estados — fundamentos todos indispensáveis mesmo à mera convivência entre as nações. Não queremos, porém, que esta convivência seja improdutiva ou inconseqüente; mas, ao contrário, fazer dela um primeiro passo no caminho da colaboração e da solidariedade. Para tanto, o Brasil e o Gabão gozam de condições amplamente favoráveis. Somos países vizinhos que o Atlântico une na mesma latitude. E este paralelismo geográfico estende-se e aprofunda-se em experiências históricas semelhantes e em idêntica maneira de encarar o futuro. Está, portanto, ao nosso alcance desenvolver, em todos os campos, múltiplas formas de cooperação com vistas a benefícios recíprocos.

Para que essa colaboração frutifique é mister reconhecer, com realismo, que são muitas as dificuldades a superar. O legado da época colonial e as distorções geradas pelos interesses hegemônicos do passado repontam a todo instante e em toda parte. São obstáculos difíceis de ultrapassar, mas não insuperáveis. Com obstinação e empenho, as nações que lutam pelo seu desenvolvimento poderão vencer tais empecilhos. E não há outro caminho a seguir, porque assim o exigem e esperam, confiantes, os nossos povos.

A emergência dos novos Estados africanos e o fim iminente do colonialismo em todas as regiões do globo tornam evidente que está a terminar a era das dependências e das subordinações. No campo econômico, porém, continuam a vigorar, inclusive por efeito de inércia persistente, instituições e regras descompassadas com essa nova realidade e com os justos anseios das nações em desenvolvimento. Essas regras e instituições terão de ser revistas e ajustadas às condições presentes, isto é, ceder lugar a uma nova formulação ou, pelo menos, à gradativa revisão dos conceitos em que se basearam.

O Brasil acredita que é chegado o momento de fazer um apelo à razão e ao bom senso, na discussão dos problemas que ora afligem a comunidade internacional. Acredita que o ponto de partida não deva ser, necessariamente, a desavença nem a discórdia. Ao contrário, a condição essencial é reconhecer que todos os países têm interesses a preservar, mas não em forma absoluta, pois, se assim fosse, a negociação

seria impossível e o conflito, inevitável. Buscar coincidências e acomodar interesses, na medida do possível, sem sacrifício da firmeza e da justiça, é o espírito que deve presidir ao diálogo entre as nações. Com esse espírito, o Brasil fez presente à Assembléia-Geral das Nações Unidas, em sua última Sessão Extraordinária, a sua voz a favor de que se realize um esforço de negociação num dos setores básicos das relações Norte-Sul, qual seja o do comércio.

Na discussão de novas regras de comércio, o Brasil propõe que se reconheça, aos países em desenvolvimento, o direito de acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os seus produtos, sejam matérias-primas, sejam manufaturados. Quer igualmente ver reconhecidos os direitos daqueles ao suprimento dos bens indispensáveis a seu processo de desenvolvimento. Para os países desenvolvidos, tratar-se-ia de assegurar-lhes, em contrapartida, garantias de abastecimento de matérias-primas, segundo critérios e condições equânimes, inclusive de preço.

Estou certo de que o Gabão, realidade econômica que emerge no mundo de hoje, compartilha de tais aspirações.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, trouxe ao Brasil a mensagem de uma nova África — independente, altiva, amadurecida na luta pela autodeterminação — que mostra ao mundo inegável capacidade de forjar a sua própria vida. Compreendemos esta mensagem porque participamos dos mesmos ideais que a inspiram.

No curso de nossas conversações, tive oportunidade de expressar a Vossa Excelência quanto o Brasil valoriza suas relações com as jovens nações africanas, a que nos sentimos ligados por inúmeros vínculos. Meu Governo reconhece nessas relações a particular importância de que se revestem e a elas vem conferindo a devida prioridade no campo da política externa brasileira.

E não defraudaremos a determinação de ampliar todos os campos de colaboração possível com as nações irmãs do continente africano.

Senhor Presidente.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil abre oportunidade para um diálogo direto, contribuindo para intensificar o relacionamento entre nossos dois países. Prova disto são os Acordos nos campos da cultura e da ciência e tecnologia que amanhã serão assinados. Não apenas estes instrumentos, mas também as conversações a serem mantidas durante sua estada no Brasil lançarão sementes que irão frutificar nas diferentes áreas de interesse recíproco dos dois países. Outras questões, que surgem do cotidiano da vida internacional, encontrarão o Brasil e o Gabão unidos na defesa da causa comum, que é a de seus povos e é, também, a de todas as nações conscientes de seu dever de mútua colaboração.

Nos contatos com o povo brasileiro, Vossa Excelência poderá verificar quanto nos orgulhamos das múltiplas contribuições que deram origem à

nossa formação étnica e cultural. Aqui não há lugar para diferenças nem antagonismos alimentados em preconceitos de qualquer espécie. Verá também Vossa Excelência que é sincera e profunda a amizade que a nação brasileira reserva a seus irmãos africanos.

Em nome desta amizade, Senhor Presidente, dos laços que unem o Brasil e o Gabão, no seu mútuo empenho para a instauração de uma era de paz e de harmonia para todos os povos, elevo a minha taça pela crescente prosperidade do povo gabonês e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Bongo, que tanto nos honra também com sua presença.

22 DE OUTUBRO DE 1975

IMPROVISO NA VISITA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DA ARENA E DOS PRESIDENTES DE DIRETÓRIOS REGIONAIS DO PARTIDO. PALACIO DO PLANALTO. BRASILIA.

Agradeço as palavras do Presidente da ARENA, Deputado Francelino Pereira, a manifestação de solidariedade que traz em nome de todos os correligionários e a presença de todos os senhores, pois é uma oportunidade de revê-los e de estreitarmos um pouco mais o nosso contato, que deve ser cada vez maior.

Já disse na Convenção do Partido que o Governo e a ARENA se identificam, e essa identificação tem que ser cada vez mais nítida, cada vez mais forte e firme e que se realiza, não só através das mesmas idéias de apoio aos atos do Governo, mas, principalmente, pela nossa convivência, pelo diálogo, pela troca de opiniões e pelo conhecimento recíproco. Então, esta oportunidade de hoje é extremamente favorável a esse objetivo, e desejo externar a minha satisfação em recebê-los aqui. Acredito que esse encontro dos dirigentes estaduais da ARENA com os representantes do Diretório Nacional deve ser extremamente profícuo.

Isso porque, além da fixação de objetivos, dos métodos de trabalho, dos programas de ação, estreitam-se nossas relações. Como disse o Presidente Francelino, a reunião permitiu ter-se um quadro, um

painel real da situação do Partido em cada um dos Estados.

Para trabalharmos, evidentemente temos que ser realistas, temos que saber qual é a situação. Não nos iludimos com fantasias nem nos deixamos levar por pessimismos. Qualquer ação tem que ter por base a informação, e essa informação tem que ser real, tem que ser verídica, seja boa, seja má, para que se possa trabalhar bem em consonância com ela. É evidente que esses contatos, essas reuniões dos dirigentes estaduais com os dirigentes da ARENA Nacional são deveras importantes.

Acredito, e nesta oportunidade desejo ressaltar essa minha crença, que os Diretórios Regionais têm uma extraordinária importância no quadro de nossos trabalhos partidários.

As eleições se processam nos Estados. Embora caiba ao Diretório Nacional fixar diretrizes, objetivos e programas, a ação propriamente tem de partir dos Diretórios Estaduais, porque é através deles que vamos atingir os Diretórios Municipais. Há um encadeamento, há um conjunto de órgãos que se sucedem neste trabalho até chegar ao povo, que é finalmente quem vai dar vida ao Partido, pois é quem vai votar. Aí é que está a importância do Diretório Municipal. Mas quem vai acionar os Diretórios Municipais, vai orientá-los, vai fazê-los trabalhar no sentido geral partidário? São os Diretórios Estaduais. Quero destacar isso e acho que é preciso que os Diretórios Estaduais se compenetrem desse papel, desse trabalho.

Outro ponto importante, e que devemos analisar, é o da ação do Partido. O Partido tem que agir com persistência. O Partido não pode atuar somente em época de eleições. Tem que atuar permanentemente. Ele existe, é uma instituição constituiconal, e, portanto, tem que funcionar. Mas ele não deve funcionar e mobilizar o povo apenas antes das eleições.

Um partido não tem apenas o objetivo eleitoral. Tem outras funções. No exercício dessas funções, ele tem que desenvolver atuação permanente. Por outro lado, essa atuação não pode ser dispersa, tem que ser orientada, tem que visar a determinados objetivos. A fixação desses objetivos é importante, porque se esses objetivos não forem claros, não forem bem definidos e não estiverem ao alcance do Partido, se forem objetivos utópicos, de nada adiantam. Temos que ser realistas, temos que traçar bem nossos objetivos.

Quais são, porém, os objetivos do Partido? Bem, o Partido da Revolução tem que assegurar os meios para que essa Revolução permaneça. Permaneça no bom sentido, isto é, no de fazer com que o País evolua, que o País se desenvolva, que o País cresça, que o povo cada vez tenha maior bem-estar. Este, o objetivo permanente. E agora, qual o objetivo imediato, o objetivo atual? É ganharmos as eleições. Porque se não ganharmos as eleições, não realizaremos esse outro objetivo maior que não podemos perder de vista. O objetivo imediato que temos à frente é, pois, ganhar as eleições de 76, derrotar o adversário, e vencê-lo lealmente. Essa ação persistente, essa

fixação de objetivos — o objetivo geral, permanente, e o objetivo imediato — é fundamental. É preciso que nos compenetremos disso: isso tem que estar na massa do sangue, tem que haver empenho com alma e, se nos convencermos disso, nosso trabalho será realizado com mais facilidade. E antes de convencermos aos outros, temos de nos convencer a nós mesmos. Vamos trabalhar. Aqueles que se filiaram ao Partido, e que hoje em dia são em grande número, verão que têm responsabilidades. Eles são da ARENA, não apenas porque quiseram assinar uma ficha de inscrição, mas são da ARENA porque querem trabalhar pela ARENA, porque conhecem a responsabilidade do Partido.

E vamos trabalhar com o povo através do Diretório Nacional, dos Diretórios Estaduais e Municipais. O Brasil tem um número ponderável de eleitores. Admito que temos a cada ano mais de um milhão de eleitores novos.

E há que destacar os trabalhadores, destacar as mulheres, às quais absolutamente nunca faltou acuidade política. Ao contrário, as mulheres têm uma capacidade de trabalho político que talvez seja até bem maior do que a dos homens. E temos os moços, esses mais difíceis, já porque, sendo moços, não conhecem bem o passado; das agruras que nós vivemos, das experiências negativas que tivemos em outras épocas, os moços não se lembram, e possivelmente nelas não acreditam. Se formos contar certas histórias para eles, algum dia, dirão: «Ah,

isso é coisa de velho, é coisa de gente desencantada, de gente vencida.»

Por outro lado, o moço é idealista. Ele sonha, ele acha que sozinho vai resolver todos os problemas. O ideal é bom, o que ele não tem é experiência. Quer dizer, então, que o trabalho de catequese do moço é importante e patriótico, pela massa de moços que existe e pelo idealismo que neles se deposita e porque são os homens de amanhã. É a geração que vai nos substituir futuramente no Governo, e que tem que se preparar. Ela não pode ser improvisada. Se deixarmos um lapso, um hiato, na formação de homens públicos, vamos sofrer o que o Brasil sofreu depois da ditadura de 37. Passaram-se não sei quantos anos sem que os homens mais moços praticassem a vida pública. Vê-se, por aí, que a catequese dos moços é importante, bem assim a dos trabalhadores.

Há um projeto apresentado pelo Senador Petrônio Portella, a que nós temos que dar curso, no sentido de criarmos Departamentos, assegurarmos a esses moços uma vida partidária, e sobretudo assegurar a eles direito de participar da chapa. Eles têm que ter o direito de participar da direção dos diferentes órgãos do Partido e têm o direito também de ser eleitos. É esse um extraordinário campo de trabalho.

Agora, quais são os instrumentos que temos para realizar esse trabalho? De um lado, o Programa do Partido. Porque fizemos um programa e esse programa é para valer: vamos trabalhar com ele; se ele tem coisa ruim, vamos aperfeiçoá-lo. Esse pro-

grama não pode ser permanente, de forma absoluta, terá constantes reajustamentos. Admito que, sendo o primeiro programa que de fato o Partido tem, pode apresentar falhas, erros, lacunas, defeitos. Nosso trabalho é aperfeiçoá-lo, mas esse Programa do Partido é o primeiro instrumento que temos de usar em nosso trabalho de catequese.

O segundo instrumento são as nossas lideranças. Ocupei-me bastante em ajudar a organização dos Diretórios, para que houvesse participação das diferentes lideranças, não apenas daquelas que representam a maioria, mas de outras lideranças, mesmo com menor projeção, no sentido de que tivessem o direito de participar. Somos um Partido aberto. E essas lideranças é que vão trabalhar. É o segundo instrumento.

O terceiro, que é também relevante, e que não temos usado adequadamente até hoje, são as nossas realizações. O que temos feito, o que o Governo tem feito — é patrimônio do Partido. Não é patrimônio dos Presidentes da República. É patrimônio nosso como Partido — repito — porque, evidentemente, se o Governo não tivesse o Partido, só se poderia realizar uma grande e ampla obra num país em ditadura. Se realizamos tudo isso, foi porque o Partido constituiu a base indispensável. Como? Através dos votos, através do apoio do Legislativo e do apoio popular que se transmite ao Governo. Quanto a essas realizações, o Partido não deve ter constrangimento em considerar-se partícipe, pois

elas são também do Partido e não foram usadas adequadamente.

O que o Governo tem feito nesses onze anos vale a pena ser estudado e bem proclamado pelo Brasil afora. Pois é muita coisa. As realizações são grandes. Bem levadas ao povo, o povo sentirá a verdade do que foi feito e perceberá, em meio às suas dificuldades, o que essas realizações significam. Há necessidade de aplicarmos, no campo político, o processo comum de avaliação. Sempre que avaliamos alguma coisa, comparamos. Só conseguiremos o sentido de qualquer grandeza através da comparação. Pois bem, nas realizações do Governo, a população do País tem que comparar. A situação é ruim? Mas era pior. Logo, o Governo realizou alguma coisa. O povo vai olhar sempre como era antes, como é hoje. Este trabalho comparativo é essencial. Porque se quisermos julgar as coisas no sentido absoluto, estará tudo sempre ruim. Em qualquer fase da vida do País todo o mundo quer ser rico, e não pode ser; todo o mundo quer ter automóvel, e não pode; todo o mundo quer ter comida à vontade, barata, e não tem. Por isso é preciso comparar. Temos que comparar para ver se melhorou, ou não melhorou. Comparar aqui dentro, no País, e comparar com o que acontece lá fora. Cumpre, também, mostrar o que está sendo feito e o que se projeta realizar nos próximos anos.

Acho que esses instrumentos — o programa do Partido, a ação das Lideranças e a divulgação sin-

cera das realizações — são três instrumentos de alto valor e que, bem realizados, poderiam ser decisivos no esclarecimento da opinião pública e na campanha de arregimentação. É possível que haja outros e que, no momento, não me ocorrem. Na questão geral da ação partidária, ainda há outro ponto que é vital: o da contrapropaganda, da ação que temos de desenvolver, para nos opormos à propaganda que o adversário faz. Nesta propaganda, a Oposição faz uso — talvez a eles isso pareça ser lícito — de dois meios que me permito classificar como mitos e mistificações.

Mas temos que desmascarar esses mitos e essas mistificações. Os mitos são principalmente dois: primeiro, o de que a Oposição ganhou as eleições de 74. Não é verdade. Eu já disse por várias vezes: a Oposição teve êxitos, êxitos marcantes, e até inesperados, tendo realizado progressos substanciais, mas a eleição quem ganhou foi a ARENA. A Soma dos votos proporcionais, nos diferentes Estados, é bem favorável à ARENA. A ARENA fez de novo maioria no Congresso e na maior parte das Assembléias. O voto partidário, em sua maioria, foi dado à ARENA. E nós nunca exploramos devidamente isso. Então, espalha-se o mito: «A Oposição venceu.» E baseado nisto, vem o segundo mito: o de que a Oposição «já ganhou» a eleição de 76.

Como se a ARENA fosse um partido batido, lê-se nos jornais, em toda parte, em manchetes, o que normalmente dizem: «A ARENA perdeu». Ora, isto é um mito que visa apenas à mobilização psicológica,

na crença de que todo mundo gosta de ficar do lado do vencedor. E esse lado será o nosso, legitimamente.

Vamos ganhar a eleição. Temos que fazer o esforço de destruir este mito, que está sendo instilado como um veneno, todo dia. Alguns órgãos de publicidade, cada qual com seu motivo, estão plantando essa versão no espírito do povo. Vamos lutar contra isto, mostrar que não é verdade. Que não perdemos a eleição de 74 nem vamos perder a de 76.

Examinemos as mistificações, pois toda a falsa propaganda é feita à base da mistificação. Primeira delas: Tudo que o Governo está realizando no quadro social e que todos reconhecem que é muito, dizem que é do programa da Oposição. Eu, os meus auxiliares, os senhores no Legislativo, apoiando essas iniciativas, não estaríamos fazendo nada mais do que realizando o programa da Oposição. Não é o que espalham? Ora, se fosse assim, isto seria motivo para a Oposição aderir à ARENA.

A verdade é que estamos realizando exatamente o que está no II Plano Nacional de Desenvolvimento, e a aprovação deste Plano é anterior à campanha da Oposição. Quer dizer, na verdade, que a Oposição, quando fez a campanha para as eleições de 74, se valeu dos princípios do II PND. Apossou-se, na sua campanha, de soluções que preconizávamos e previamos no II Plano. Claro que isso é uma mistificação. E é preciso desmascará-la, como as demais.

Vou citar outras. Segue-se a mistificação, em face dessa crise que o mundo atravessa, e que se

resume em propagar que as realizações dos Governos Revolucionários não existem. Ora, é muita ignorância, ou muita má-fé, se não ambas. É não querer olhar o que é o mundo e como se transforma em poucos anos. É não querer olhar o que é o Brasil, não admitir que uma situação econômica evolua, rapidamente, para melhorar, ou involua para pior, como na verdade acontece. É não admitir que um país como o Brasil, ainda nos primeiros estágios de seu desenvolvimento — o que todos admitimos — sofra influências externas.

O Brasil progrediu extraordinariamente de 1964 até 74, inclusive o ano passado, e ainda está progredindo. É evidente que o ritmo decaiu. É evidente, a quem olha o mundo, que as dificuldades aumentam, e examinei bem a questão em meu último discurso. Mas afirmar daí que tudo o que se disse do progresso do Brasil nos últimos anos é uma mentira, uma inverdade, é ter muita coragem. É preciso muita ousadia para dizer uma coisa dessas.

Outra mistificação que também estão procurando inculcar no espírito do povo é a que tem relação com o custo de vida. Parece que a Oposição quer agora desencadear uma espécie de campanha contra a alta do custo de vida. Ora, todos nós lutamos contra o custo de vida, todo o tempo, principalmente o Governo, mais do que ninguém, porque tem responsabilidade.

Há muito vimos lutando contra a inflação. Temos feito esforços muito grandes. As causas da inflação são conhecidas. Há causas internas e causas

externas. À inflação externa não somos imunes. Ela fatalmente traz seus reflexos até nós. Além disso, temos causas internas, entre as quais está até mesmo a correção monetária, o remédio necessário que se formulou para atenuar a inflação, e que, no entanto, é fator de realimentação.

Tivemos novos surtos ultimamente, principalmente como efeito das condições meteorológicas, que nos têm sido extraordinariamente desfavoráveis. Este foi um ano difícil para o Brasil. Tivemos geadas, inundações em toda a parte. Ainda há poucos dias, houve uma tromba d'água na área norte do Estado do Rio de Janeiro. E ainda inundações recentes em Blumenau. Perdemos grande parte da safra de trigo, com chuvas inteiramente irregulares, que se verificaram no sul do País. Durante dois meses, choveu no Rio Grande do Sul, quase sem parar. Tudo isto tem reflexo negativo na produção.

Sobre o custo de vida, portanto, quem menos pode falar é o adversário, que até hoje não propôs uma medida, um projeto de lei, ou apresentou uma sugestão qualquer, visando a combater a inflação. Ao contrário, os projetos de lei que a Oposição apresenta no Legislativo são quase todos projetos de favorecimento e inflacionários. A começar pelo projeto de aposentadoria aos 25 anos. Quanto ao Governo, afirmo-lhes que combate a inflação.

Levantam também o problema salarial. Diz a Oposição que quer compensar a inflação pelo salário, e acha que os salários que estamos fixando são insu-

ficientes. Primeiro, aumento de salário não é remédio: a corrida entre salários e inflação é um círculo vicioso, que anda e desanda e não chega a qualquer resultado positivo, e que nunca chegou em parte alguma. Em segundo lugar, trata-se de equívoco a afirmação de que estaríamos massacrando o povo «através dos salários». A verdade dos números é que nunca se deram aumentos salariais tão substanciais como se tem dado este ano. Não só o Governo promoveu, como obteve o apoio do Legislativo para modificar a fórmula salarial. Os aumentos de salários que têm sido fixados desde janeiro são sempre muito superiores ao aumento do custo de vida no período considerado. Ainda hoje solicitei dados atualizados a esse respeito e, se me permitirem, vou mostrá-los para poderem avaliar a realidade.

Se tomarmos o aumento do custo de vida sempre durante o período de um ano, veremos que o máximo a que chegou foi de 32,7%, de janeiro a janeiro, isto é, de janeiro de 74 a janeiro de 75. Estamos tomando o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro, e o mínimo que se teve foi no mês de maio, de 25,4%. Quer dizer, o custo de vida então, tomando sempre o período de um ano, variou de um máximo de 32,7% a um mínimo de 25,4%. Em setembro último foi de 29,5%. Cresceu outra vez, inclusive em decorrência das condições meteorológicas desfavoráveis a que nos referimos. A variação durante o ano, considerando-se o período de um ano atrás, foi de 25,4%, como mínimo, a um máximo de 32,7%. Pois bem, os salários neste mesmo período variaram de

um mínimo de 37% de aumento para um mínimo de 44%. Em janeiro foi de 43%. Em fevereiro, de 44; março, de 44; abril, de 42; maio, de 38; junho, de 37; julho, de 35; agosto, de 34 e setembro, de 36%. Por conseguinte, o percentual de aumentos de salários foi sempre da ordem de 7% a mais do que os aumentos correspondentes ao custo de vida.

A despeito disso, a Oposição mistifica. Diz que estamos tratando os operários com salários baixos. E não propõe nada para melhorar o custo de vida. Pelo contrário, o que se observa é que alguns representantes da Oposição vivem pedindo que se aumente o preço do arroz, que se aumente o preço da carne, que se aumente o preço da soja, que se aumente o preço do milho, que se aumente o preço do frango. Querem que todos os produtos sejam majorados no preço, porque os produtores, nos Estados, estão interessados nisso. E os consumidores, que somos todos nós, queremos diminuir o preço.

Note-se que o Governo tem feito um esforço extraordinário no sentido de desenvolver a agricultura, de desenvolver a pecuária, de termos boa produção de alimentos e, sobretudo, esforço no sentido de melhorar a produtividade. Porque só podemos ter alimentos mais baratos se aumentarmos a produtividade. O esforço que o Governo tem feito através do Ministério da Agricultura neste sentido, através do Banco do Brasil, em matéria de financiamento, não creio tenha havido na história da República esforço igual. Isso porque partimos do princípio de que a industrialização do País não é suficiente.

O Brasil só será um grande país quando tiver uma agricultura desenvolvida e racional, como ocorre em outros países. É notório que todas as grandes potências do mundo são grandes produtoras agropecuárias. Vejamos os Estados Unidos, que são grande potência, inclusive na agricultura. A Europa vem praticando a agricultura há tantos séculos, sempre no mesmo solo. É porque se trata de uma agricultura que faz uso de tecnologia avançada. E vamos caminhar para isso. Pois bem, apesar de todo esse esforço, a Oposição culpa sistematicamente o Governo pelo custo de vida. É outra mistificação que temos de destruir. Não podemos aceitar isto.

Mais uma que apareceu nestes últimos dias: a Oposição reclamando a reforma da Justiça. Tenho a primazia de ter lançado a idéia da reforma da Justiça, e me desculpem a imodéstia, mas fui eu. Ao visitar o Supremo Tribunal Federal, tive a oportunidade de lançar, de público, a necessidade de reformarmos a Justiça. A idéia foi bem acolhida pelos Senhores Ministros, que concordaram comigo em que a Justiça brasileira era arcaica e morosa, que precisava ser modificada, precisava ser alterada. Pedi-lhes então que me preparassem um diagnóstico, que servisse de base para pôr em prática a reforma. Esse diagnóstico chegou às minhas mãos depois de um ano e tanto de trabalho. Isso porque o encargo foi realmente difícil. E é sempre assim quando se quer resolver um problema e não apenas discursar a respeito dele. Hoje o diagnóstico está sendo examinado e progressivamente serão propostas as medidas

para a tão necessária reforma da Justiça. Pois bem, a Oposição agora quer ter a paternidade da reforma da Justiça. Nunca se ocupou disso, apesar de grande parte de seus representantes no Congresso serem bacharéis, tendo tido, como advogados, contato diário com a Justiça. Todos achamos que é preciso reformar e modernizar a Justiça, mas a paternidade de reforma é da ARENA, não da Oposição. Ela não tem o direito de tocar irresponsavelmente neste assunto. É outra mistificação. Agora, o Governo é omisso porque não reforma a Justiça como a Oposição quer.

Por último, ainda veio esta questão recente dos contratos de serviço da PETROBRÁS, com cláusulas de risco. Eu mesmo disse em meu discurso na televisão que é matéria discutível: há opiniões a favor, há opiniões contra. Mas a Oposição quer transformar isto num grande problema emocional. Quer reviver um cenário que ocorreu há mais de vinte anos, quer mobilizar a opinião pública em torno de um falso nacionalismo. O que há vinte anos era uma realidade, hoje é diferente.

O Brasil de hoje é muito diferente. O mundo é completamente diferente. O problema do petróleo, hoje, também é diferente. É preciso analisar com frieza e colocar a questão nos devidos termos. Alguém pode ser a favor ou contra, mas não queira transformar o problema em questão emocional, porque assim é pura demagogia. Talvez achem que, como há vinte anos se polarizou a opinião pública em torno do petróleo, hoje em dia a Oposição conse-

guiria criar novamente essa polarização, essa mobilização, totalmente despropositadas. Não creio que eles tenham capacidade para isso, nem creio que o povo brasileiro siga atrás deles sob essa bandeira.

A bandeira real que nós do Governo estamos defendendo é o interesse do Brasil. Apenas o interesse do Brasil. O Brasil precisa ter combustível, não importa mais se este combustível é tirado do solo diretamente pela PETROBRÁS, ou se é tirado sob a forma indireta, ainda pela PETROBRÁS, através de outra empresa contratada. E o pior é que muitos discutem, arvoram a bandeira sem saberem nem do que se trata, na mais absoluta ignorância do problema. E na preguiça mental de estudá-lo, de ver como é realmente o problema, de abrir um livro e vê-lo tal como é.

Finalmente, há um último ponto que de vez em quando ressurge, que é sempre o das «aberturas». Falam muito em «distensão», falam muito em «aberturas». Na minha opinião, a primeira abertura que está faltando não é «abertura política».

Há muitos anos o Brasil não tem tanta liberdade política como tem hoje. Os jornais escrevem o que querem, os políticos dizem o que querem, fazem os discursos que bem entendem. Todo mundo é livre no Brasil.

Só não é livre aquele que quer perturbar a ordem. Este vai para a cadeia, para o processo, pois o primeiro dever do Governo é assegurar um clima que permita o trabalho, porque só pelo trabalho é que podemos progredir. Liberdades gerais, como

há no Brasil, há em poucos países do mundo. Digo isto com absoluta convicção, e assim pensa também a grande maioria dos brasileiros de todas as regiões. Duvido que existam muitos países no mundo com a liberdade que se goza aqui.

A principal abertura que está faltando, e faltando muito, é a oposição abrir a janela e olhar para fora, olhar para o mundo, ver como o mundo vive, ver o que há de terrorismo, o que há de assassinatos, o que há de crimes, o que há de perturbações pelo mundo afora. Os brasileiros não sofrem disto.

Por que não olham e não vão ver o desemprego que existe nos países mais desenvolvidos? Por que não vão ver o problema de países que permanentemente estão paralisados por greves? Por que não vão olhar o que está acontecendo nos países comunistas? Por que não abrem as janelas?

Quem se enclausura num quarto e começa a divagar é apenas um teórico, não pode ser um realista, não pode querer conduzir um povo adulto debaixo de idéias geradas num ambiente em que se fecham de propósito. É preciso arejar, é preciso que a Oposição abra a janela e olhe para o mundo tal como ele é.

Não precisamos de mistificações. Podemos ser sinceros em nossos propósitos, de dizer a verdade, porque a nossa verdade é boa.

Acredito que, com esta verdade, vamos manter a adesão do Povo ao Partido e ao Governo, e dessa forma assegurar o bem-estar da coletividade nacional.

Muito obrigado pela visita que me fazem.

27 DE OUTUBRO DE 1975

ABERTURA DO 45º CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE AGENTES DE VIAGEM — ASTA. HOTEL NACIONAL, RIO DE JANEIRO, RJ.

Senhoras e Senhores

O Brasil recebe hoje, com grande satisfação, os membros do 45º Congresso Mundial da Associação Americana de Agentes de Viagem — ASTA — convencido de que frutos valiosos advirão do conclave.

Desde os primórdios de nossa formação, aqui vimos construindo uma sociedade aberta à comunidade universal. Nossa história tem sido incessante afirmação dos valores da cordialidade, que nos orgulhamos em cultivar. Temos a convicção de que as virtudes da compreensão humana constituem a melhor inspiração que podemos oferecer a todos os povos da terra. Se assim sempre foi no passado, podemos dizer, hoje, que a convivência harmoniosa de raças e credos, como traço marcante do caráter nacional, é a maior contribuição da sensibilidade e do espírito brasileiros ao mundo moderno.

Quando a violência e o ódio marcam sua presença na história de nossos dias, o Brasil contrapõe, a esse quadro, o espetáculo de sua compreensão humanística da vida.

Nosso país está sempre aberto aos que o procuram, para usufruir a beleza de sua paisagem e o

convívio de sua gente, realizando aqui seu comércio de bens e de idéias. Essa constante traduz a vocação inata de nosso povo para a fraternidade.

Esta, a civilização da cordialidade que nossos antepassados nos legaram e que procuramos aprimorar sempre, incorporando à sua consolidação os novos agentes e instrumentos de relacionamento humano, proporcionados pela marcha incessante do progresso.

Creio que o 45º Congresso trará relevante contribuição para os objetivos que todos temos em vista, de promover, em maior escala, a aproximação de povos e culturas.

O turismo não é apenas uma indústria, por maior que seja sua expressão econômica e social. É antes — e acima de tudo — instrumento que promove a amizade dos povos, pelos pontos de contato mais íntimo que estabelece. Porque o entendemos assim, meu Governo está decididamente empenhado em prosseguir na criação de adequadas condições que ofereçam, aos que nos visitam, serviços apropriados, conforto, segurança e bem-estar.

Com essa finalidade em vista, acionamos inúmeros programas, que compreendem desde a modernização de nossa infra-estrutura aeroportuária até à multiplicação da indústria hoteleira. Só na construção de aeroportos novos ou na modernização e ampliação dos existentes, terá investido o Governo, até 1979, cerca de meio bilhão de dólares.

No que se refere à indústria hoteleira, o Ministério da Indústria e do Comércio, de 1969 para cá, aprovou, através da EMBRATUR e do Conselho Nacional de Turismo, seiscentos e sessenta e oito projetos — entre construção, ampliação e melhoria operacional — de trezentos e oitenta e um hotéis, visando, principalmente, ao atendimento da clientela internacional. Tais empreendimentos representam acréscimo de vinte e oito mil aposentos, ou seja, mais de vinte por cento da rede hoteleira pré-existente. Mais de quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares serão necessários à execução total dos projetos já aprovados. Estima o Governo que, nos próximos anos, a expansão do turismo, interno e do exterior para o Brasil, exigirá inversões da ordem de cento e vinte milhões de dólares anuais. Não será inadequado dizer que a contribuição do poder público — federal, estadual e municipal — expressa em múltiplos mecanismos, tem tido e continuará a ter importância decisiva para viabilizar a dinamização e modernização do setor.

Nossas atenções se voltam também para a criação de novas possibilidades de lazer e turismo para milhões de brasileiros. Pretende o Governo incentivar por todos os meios ao seu alcance — sejam eles financeiros, tecnológicos ou fiscais — a criação de mais alternativas de hospedagem e de eficientes serviços turísticos. Uns e outros deverão concorrer para o progresso de muitas localidades que têm no turismo sua vocação permanente, mas tudo a ser feito sem que se percam de vista as condições de modi-

cidade de preços, consentâneas com o deslocamento de grandes massas de turistas.

Por isso, a política adotada pelo Governo confere igual importância à atração de turistas estrangeiros como ao estímulo aos nacionais. Reconhecemos a influência da conta de viagens internacionais de brasileiros, no balanço de pagamentos do país. E pretendemos — o que consideramos possível — compensar esses gastos, estimulando, em ritmo acelerado, as correntes turísticas do exterior para o Brasil.

* * *

Senhores Delegados:

Estou convencido de que este Congresso não será apenas uma reunião formal, ou que só se desdobre em torno de problemas de importância restrita à ASTA. Creio que será muito mais fecundo, na medida em que sirva de ponto de referência para a cristalização de propósitos. De nossa parte, a promoção do Brasil como atraente e excitante destino turístico, sendo uma atividade que desejamos continuada, também é ato de solidariedade universal, pela aproximação efetiva que enseja entre homens de todos os quadrantes do mundo.

Muito obrigado.

30 DE OUTUBRO DE 1975

IMPROVISO NA ASSINATURA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE O BANCO NACIONAL DE HABITAÇAO E A COMPANHIA ESTADUAL DE SANEAMENTO BASICO. SAO PAULO, SP.

Antes de encerrar esta cerimônia, quero pronunciar algumas palavras. Quem tem o encargo de administrar, defronta-se inevitavelmente com graves problemas. Um deles é o de compatibilizar os recursos com os problemas a resolver. Imaginem como este dilema se apresenta para quem tem o encargo e a responsabilidade de governar um país como o Brasil, com 8 milhões 500 mil quilômetros quadrados e uma população superior a 100 milhões de pessoas.

E um país pobre, carente de uma infinidade de coisas, país em plena expansão e desenvolvimento.

Problemas de toda ordem, ensino, agricultura, pecuária, abastecimento, balanço de pagamentos, importação e exportação, geadas, enchentes, secas; além dos problemas políticos, que existem sérios, e às vezes prevalecem.

Em função desses problemas muito complexos, estabelecer prioridades e dosar os meios causa insônia em quem tem noção de responsabilidade e não quer usar o Poder para distribuir benesses.

Entre os que sobrelevam está o problema urbano, agravado pelo êxodo do campo, provocado pela introdução da tecnologia e pela industrialização das

cidades, a exercer uma sedução, muitas vezes enganosa.

Não escapamos a esses problemas universais. Nossas cidades crescem, a infra-estrutura não acompanha esse crescimento: tráfego, água, esgotos, escolas, questões que provocam o agravamento da saúde pública. Neste quadro temos que olhar com mais atenção para o problema urbano, o que já consta do II PND, em vigor desde janeiro deste ano; portanto, há poucos meses.

O PND não é um plano rígido, mas flexível, capaz de se adaptar inclusive às situações difíceis, às nuanças da conjuntura, quando o mundo atravessa uma crise econômica, à qual me referi em recente pronunciamento pela televisão.

Estamos atentos para que esta crise externa não se transfira integralmente para o país, adotando fórmulas para minimizar seus efeitos.

A questão da saúde é fundamental nas cidades, e tem sua origem na deficiência de água, esgoto, saneamento e, sobretudo, alimentação. Sancionei hoje lei aprovada pelo Congresso Nacional, estabelecendo que o Ministério da Saúde proceda a vacinação e enfrente outros problemas de sua responsabilidade em colaboração com as Secretarias de Estado. Quando se cogitou do nome de Paulo Egídio Martins para o Governo de São Paulo, o primeiro problema que ele me trouxe foi o da poluição da água, dos esgotos, da Represa Billings. Assumi

com ele o compromisso de resolver esse problema, por afetar mais de 10 milhões de brasileiros.

É objetivo do Governo federal dar prioridade ao saneamento básico e, se Deus quiser, este programa assinado hoje não falhará. O principal instrumento para sua execução é o BNH, que vem sendo acusado de «desviar» seus recursos: ao invés de só construir casas, implanta redes de água e esgotos. Quem faz casas sem água e esgotos, que são sistemas básicos para um conjunto habitacional e devem até mesmo precedê-lo?

Esse «desvio» de recursos eu o aprovo e foi feito em boa hora — e não em meu Governo, mas sim no anterior, do eminente Presidente Médici, que criou o PLANASA. Espero que esse dinheiro seja bem empregado em proveito do povo de São Paulo.

30 DE OUTUBRO DE 1975

IMPROVISO NA INAUGURAÇAO DO CENTRO CAMPESTRE DO SERVIÇO SOCIAL DO COMéRCIO. EM RIO BONITO, SANTO AMARO, SAO PAULO, SP.

Ao declarar inaugurado este centro campestre dos comerciários, eu me congratulo com a direção do SESC e, vale dizer, com os empresários que integram essa entidade, pela iniciativa que tiveram ao concretizarem o ideal de construção deste centro. Congratulo-me também com os comerciários que a partir de agora, vão poder usufruir melhor as suas horas de lazer. E aqui, além do merecido descanso, terão oportunidade de se desenvolverem do ponto de vista educacional e principalmente do ponto de vista social.

Já disse muitas vezes que a nossa doutrina se baseia num binômio: segurança e desenvolvimento. Segurança como base e como condição essencial para que o desenvolvimento se realize. E desenvolvimento tendo em vista sobretudo o homem. O homem na sua integração familiar e na sua integração nacional.

Tenho dito e repetido inúmeras vezes que toda ação do Governo, no seu planejamento e na sua execução, sempre tem como mira o homem, e acho que nós realizamos aqui, hoje, o que está dentro deste objetivo. O homem não é só o comerciário; é o homem da pecuária, é o homem da burocracia e o homem que trabalha em todos os setores e que

vai formar a grandeza deste País. Hoje estamos voltados para o comerciário. E os meus votos são de que ele saiba usar deste centro no melhor sentido. E, mais ainda, que esta iniciativa se reproduza em diferentes escalas pelo País afora, e sempre em benefício do homem brasileiro.

11 DE NOVEMBRO DE 1975

IMPROVISO DURANTE AUDIÊNCIA CONCEDIDA A ESTUDANTES PARANAENSES, EM CURITIBA, PR.

Não vou dizer que sou um inspirador da ARENA-Jovem, mas vejo alguns parâmetros, algumas questões que balizam este problema. Em primeiro lugar, o País precisa de organização política. É evidente que se não tivermos organização política, a nossa Democracia não terá grande expressão. O estágio de nossa Democracia é função do nosso desenvolvimento em todos os setores. Os políticos trabalham com a massa da população. Esta população, no seu trabalho cotidiano, tem que ser esclarecida, porque este povo é que, afinal, vai votar. Ele é que forma a opinião que aparece nas urnas e que vai se traduzir, na forma, na maneira, em quem governa este País, e eu estou interessado em que o governo seja da ARENA.

Nesta massa popular temos cada ano, talvez, um acréscimo superior a um milhão de eleitores. Quer dizer, todo ano o número de eleitores do País se acresce de um milhão de novos eleitores e estes novos eleitores são jovens. Cada ano um milhão de jovens se soma ao colégio eleitoral do País. Não é possível que estes jovens vivam desorientados, que não tenham conhecimento dos problemas políticos. De um lado, porque se eles não têm conhecimento, não podem votar adequadamente, vão votar ao sabor das inspirações dos últimos dias, no rosto do candi-

dato, na dialética com que ele se apresenta na televisão, ou vão votar sob a inspiração de uma dificuldade na vida, de um desgosto, de um encarecimento do custo de vida, de uma dificuldade no transporte. Por que? Porque não formaram uma consciência política.

De outro lado, estes jovens são quem vão governar amanhã o País. Eles serão os futuros prefeitos, vereadores, deputados, ministros, senadores, governadores, presidentes da República. E para estas posições o homem não se improvisa. Ele tem que ter um lastro, um conhecimento da coisa pública, da vida nacional, dos problemas que a Nação enfrenta, do seu inter-relacionamento, o que só se consegue através da atividade política. Então por isto acho que nós temos que mobilizar os jovens. Temos que pegar essa massa de jovens e prepará-la para a vida política.

O lugar de preparo não pode ser na Universidade, não pode ser na escola. A escola tem outra finalidade. A escola vai ensinar este homem e prepará-lo para sua vida como cidadão dentro do exercício de uma determinada atividade, uma determinada profissão. A escola política deve estar no partido, e este trabalho de formação dos jovens não pode ser um trabalho de última hora; tem que ser trabalho permanente. Tem que ser de todo dia. Nós não podemos fazer vida política só em época de eleição. Nós temos que fazer vida política decente e honesta todos os dias. E quem fizer isto é o líder. Um dos instrumentos da ação política é o de líder e eu admito

que todos vocês são líderes. Então têm que exercer uma atividade honesta, consciente, em relação ao seu círculo de amizade, aos seus companheiros, ao ambiente que pode crescer continuamente num trabalho cotidiano.

Bem, havia uma preocupação de que o jovem, pelo fato de já encontrar os postos ocupados pelos mais velhos não tivesse oportunidade de se desenvolver dentro do partido, que as lideranças existentes, levadas possivelmente por egoismo ou método de sobrevivência, não dessem oportunidade para que o jovem pudesse surgir. A lei que está em tramitação no Congresso, tramitação que acabo de pedir se acelere, para que possa já ter efeito nas próximas eleições municipais, tem que ser justamente isto. Ela organiza departamentos de jovens e dá-lhes a oportunidade de participarem dos diretórios e terem uma certa proporção mínima nas chapas, no rol dos candidatos às eleições. Quero dizer: é assegurada a estes departamentos jovens uma participação efetiva, — obrigatória, pode-se dizer, — tanto nos cargos de direção como nas chapas que vão ser votadas.

Aí então, evidentemente, os líderes, aqueles que tiverem melhores condições, terão oportunidade de surgir e vencer as eleições e de, progressivamente, fazerem a transferência da direção partidária dos mais velhos para os mais jovens. Os jovens são importantes e importantes sobretudo por isso, pela grande massa que constituem, geralmente desconhecedora dos problemas políticos, e que todo ano se acresce ao nosso efetivo eleitoral.

Mas eu também quero fazer uma defesa dos mais velhos, pois também sou velho. Não menosprezem os velhos, os jovens têm muito ideal, mas os velhos têm outra coisa, que é a experiência. A experiência, por si só, não é tudo, como o ideal, por si só, também não vale. Uma boa combinação destas duas condições é capaz de assegurar o êxito.

Trabalhem e conservem o espírito de luta. Vocês têm o instrumento que é o poder de liderança. Usem as realizações que o governo tem feito. O que o governo faz é da ARENA. Assumam como obras de vocês. Estas coisas que o governo faz não são minhas, não. Eu sozinho não faço nada, sem o apoio da ARENA não faço. Se há coisas que o governo faz, o faz com o apoio da ARENA no Legislativo, com o apoio da ARENA nos Estados, em toda a parte. Então, todos têm o direito de se apropriarem das realizações e usarem-nas como instrumento de difusão da ARENA.

13 DE NOVEMBRO DE 1975

IMPROVISO DURANTE ALMOÇO NA COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA, EM LANGUIRU, ESTRELA, RS.

Creio que hoje aqui fui um pouco traído pelo discurso escrito, que acabo de ouvir. Não era meu objetivo, não vim preparado para lhes fazer um discurso, mas agora tenho de lhes dizer alguma coisa, não desejo decepcioná-los, ficando calado.

Meses atrás, quando me fizeram o convite para comparecer hoje aqui, confesso que tive sérias dúvidas se deveria aceitar o convite. Não é fácil para o Presidente da República deslocar-se por esse país afora e atender a todos os convites que recebe. São inúmeros, e o Presidente precisa também trabalhar... Por outro lado, esta região é para mim e para minha mulher fonte de lembranças e recordações muito gratas, que nos tocam a fundo o coração e provocam às vezes um excesso de emotividade, pelo que não gosto de passar. Realmente aqui viveram nossos antepassados e foi aqui que muitas vezes, a pé, em carreta ou no dorso de um cavalo, passei períodos agradáveis de férias, no convívio de meus tios, meus primos e minha avó. Entretanto, achei por fim que devia vir. E afora essa recordação do passado, minha vinda foi motivada pela importância que atribuo a esta cooperativa.

Não apenas pela significação econômica do vulto de seus negócios, mas pelo exemplo que fornece,

dá às demais, pela sua organização, sua direção, sua persistência, pelo combate que vem travando há 20 anos, em que nas diferentes refregas em que se empenhou, sempre saiu vitoriosa, o que lhe permitiu atingir o alto nível em que hoje se encontra.

É propósito do Governo, não só do meu, mas de todos os que me antecederam, dar o máximo de desenvolvimento ao cooperativismo. Acreditamos nessa forma de união que pode proporcionar os melhores resultados, seja no que se refere à produção em si, seja na comercialização e no consumo, com uma interferência altamente proveitosa no setor de crédito, através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Aqui esta organização ainda mais importante é pelo regime fundiário, que através do tempo aqui se estabeleceu, o minifúndio. Saber tirar desse minifúndio um rendimento capaz de sustentar uma família, assegurar a esse minifúndio a necessária produtividade, mediante a utilização da melhor técnica, é um problema sem dúvida muito difícil, sobretudo numa área que pelas suas características, não comporta maior utilização da mecanização, pelo acidentado de seus terrenos. Então, tem aí a cooperativa um vastíssimo campo de trabalho: utilizando a excelente mão-de-obra de que é dotado, os descendentes dos colonos que aqui se estabeleceram, realmente fazem com que os minifúndios, apesar de tudo, progridam e o povo que aqui reside tenha um padrão de vida melhor do que tiveram os seus antepassados.

Sei que a cooperativa está realizando isto e os meus votos são para que prossiga e alcance cada vez melhores êxitos.

Por fim, eu desejo fazer uma referência ao pedido que me fizeram e que se relaciona com a estrada que se pretende vincular ao sistema rodoviário da região, a pretexto, principalmente, de utilização de um terminal rodo-hidro-ferroviário. Devo confessar que essa estrada não se enquadra no quadro nacional. Ela não está vinculada ao programa nacional de rodovias, mas não quero decepcioná-los de todo. Acho que alguma coisa se pode fazer, se realmente o nosso governador estiver de acordo em fazer comigo uma barganha: O Governo Federal não pode asfaltar esta estrada, mas o Estado pode. E nós, de maneira indireta, podemos compensar o Estado pelo dispêndio que terá com a obra.

26 DE NOVEMBRO DE 1975

ABERTURA DO SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICA URBANA, DA *FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS*, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA.

Considero altamente auspiciosa a decisão tomada pela Fundação Milton Campos, de promover o Simpósio Sobre Política Urbana que ora se instala.

A iniciativa tem o mérito de reunir políticos, administradores e técnicos para um amplo e, certamente, produtivo debate sobre o Homem e a Cidade, no estágio atual da sociedade brasileira. Demonstra, ademais, a atenção e a prioridade que a ARENA confere à problemática urbana, um dos maiores desafios que hoje enfrentamos, na caminhada do desenvolvimento e na busca permanente do bem-estar social.

Em certo sentido, a expansão urbana é, por excelência, o grande tema do Brasil moderno, em nossa época.

Basta se considere que, tendo representado 31% da população total em 1940 — ou seja, há três décadas e meia, quando muitos de nós já éramos vivos —, a população urbana, na altura de 1980, já será cerca de 2/3 do total dos habitantes do País, correspondendo a quase 80 milhões de pessoas.

A cidade passou a responder pelo grosso da produção nacional (85% do PIB) e constituiu a vanguarda do processo de industrialização e modernização econômica do País.

Mais ainda, permitiu vingasse uma mentalidade reformista, predominantemente a da classe média urbana e que sustenta o avanço pacífico das leis trabalhistas, das leis sociais, das instituições econômicas, sociais e políticas.

Por outro lado, tal processo de urbanização, rápido e descontrolado — descontrolado talvez, porque rápido demais — caracterizou-se por um complexo de desequilíbrios:

Desequilíbrio entre o poderio econômico das cidades, principalmente no caso das áreas metropolitanas, e a sua infra-estrutura, em particular, a social;

Desequilíbrio igualmente, entre o ritmo acelerado de crescimento das metrópoles, de forma prematura talvez, de um lado e, de outro lado, a excessiva pulverização de pequenas cidades, desprovidas de substância econômica e do mínimo indispensável de serviços sociais. Descurou-se realmente, da formação de um número razoável de cidades médias, como força equilibradora e garantia da preservação de formas de viver humanas e estáveis.

O resultado foi que se acumularam tensões, principalmente nas regiões metropolitanas, algumas destas comparáveis, em dimensão, aos maiores aglomerados urbanos do mundo e apresentando ademais, aqui no Brasil, taxas de crescimento que certamente não mais ocorrem em Paris, Londres ou Nova York.

A ação que o Governo objetiva desenvolver, na política urbana definida pelo II PND, processa-se, principalmente, em dois planos: o da atuação voltada

para os problemas já existentes, particularmente nas nove regiões metropolitanas instaladas, mesmo que isso obrigue a empenhar-se em soluções arrojadas e complexas; e aquela, de caráter preventivo, orientada para a desconcentração econômica e urbana, inclusive por um programa de apoio às cidades de médio porte, como pólos de equilíbrio.

Nesta última — ação preventiva — não se deve deixar de incluir, também, todo o vasto complexo de medidas, para incentivo, diversificação e maior rentabilidade de produção, para a educação de crianças e adultos, para o saneamento básico, no setor da saúde, dos transportes, comunicação, eletrificação rural, assistência ao trabalhador e previdência social, habitação popular e proteção aos cidadãos e *às pequenas comunidades*, empreendidas com perseverança pelo Governo e que contribuem para a fixação do homem na hinterlândia rural, reduzindo a pressão crescente das migrações para as cidades superlotadas.

Por outro lado, num país de dimensões e com a conhecida diferenciação econômica do Brasil, a estratégia urbana não poderia deixar de atentar, também, para os aspectos regionais.

Em decorrência, pode-se destacar, como primeira diretriz, a contenção e ordenamento da expansão das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro e das áreas sob sua influência imediata, particularmente no eixo Rio-São Paulo.

Não se trata, evidentemente, de bloquear o crescimento das duas maiores cidades do País; mas,

sim, de cuidar para que o seu desenvolvimento ocorra organicamente, sem os gigantismos que geram sérias insuficiências da infra-estrutura e criam obstáculos quase intransponíveis ao funcionamento dos serviços urbanos. Sob este aspecto, no Rio e em São Paulo, estão sendo realizados grandes investimentos, sobretudo no que respeita ao sistema viário, aos transportes coletivos — o que, infelizmente, envolve, em muitos casos, verdadeiras cirurgias urbanas —, ao mesmo tempo que se procura induzir a desconcentração das atividades produtivas, mormente as industriais, para os centros periféricos de médio porte. O que se pretende evitar é o agravamento de problemas que, em outras partes do mundo, começam a inviabilizar as metrópoles, urbanística ou financeiramente, determinando sua decadência e abandono, minando a riqueza que concentraram, deteriorando, de forma irremediável, a qualidade da vida e o bem-estar do homem.

A segunda diretriz é a da disciplina do crescimento das metrópoles regionais de maior densidade econômica (Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte), de modo a evitar-se que suas atuais deficiências na estrutura urbana venham a assumir proporções indesejáveis. Importante é, portanto, conduzir o crescimento dessas regiões metropolitanas com base em planejamento rigoroso do uso do solo, dos eixos e núcleos periféricos de localização da atividade industrial, de sistemas de transporte coletivo adequados às necessidades atuais e que permitam a evolução fácil para novo estágio — por exemplo, o do *pré-metrô*, ou, mais tarde, do próprio metrô.

Terceira diretriz: a ordenação do crescimento e a dinamização da base econômica e dos equipamentos sociais das metrópoles das regiões menos desenvolvidas (Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), onde o crescimento demográfico não corresponde ainda ao das atividades produtivas, gerando o entumescimento urbano. Nesses casos, a par dos problemas enfrentados pelas outras metrópoles regionais, devem ser enfatizadas as políticas de emprego, habitacional e de educação, saúde e nutrição, porquanto a problemática social dessas cidades é, certamente, mais grave.

Em quarto lugar, o estímulo ao desenvolvimento das cidades de porte médio, sejam Capitais de Estado ou pólos sub-regionais importantes. De sua dinamização, da coordenação dos investimentos em infra-estrutura, do fortalecimento e desdobramento de suas funções urbanas, de sua capacidade de atrair as atividades produtivas depende o êxito dos objetivos de desconcentração e de maior equilíbrio da rede urbana que se busca concretizar.

Quinto a capacitação das cidades de pequeno porte para o desempenho de suas funções urbanas de apoio às atividades agroindustriais ou agropecuárias e a promoção dos núcleos urbanos adequados ao processo de ocupação, principalmente, da Amazônia e do Centro-Oeste.

Após o estabelecimento das regiões metropolitanas e a criação da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas — CNPU — esta última para supervisionar e orientar o processo, em

visão nacional — o Governo, com a colaboração do Congresso Nacional, conseguiu recentemente montar dois mecanismos da maior significação para o desenvolvimento urbano.

O primeiro foi a criação, pela Lei nº 6.256, de 22 de outubro de 1975, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU, destinado ao financiamento, preferencialmente com recursos não-reembolsáveis, de programas e projetos de implantação e melhoria do sistema viário, transportes, saneamento ambiental, limpeza e segurança pública nas cidades, bem como dos equipamentos sociais urbanos. O FNDU deverá dispor, no período de 1976-1979, de recursos da ordem de 17 bilhões de cruzeiros, dos quais Cr$ 3,3 bilhões em 1976 (preços de 1975).

O segundo mecanismo é o estabelecimento do Sistema Nacional dos Transportes Urbanos e a criação da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos — EBTU (Lei nº 6.261, de 14 de novembro de 1975). A EBTU, empresa pública de promoção e coordenação da política dos transportes urbanos, deverá, também, administrar o Fundo de Desenvolvimento de Transportes Urbanos — FDTU, que contará com recursos, no mínimo, de 10,6 bilhões de cruzeiros), no período 1976-1979 (preços de 1975), além de mais Cr$ 4 bilhões que provirão do Imposto Único incidente sobre o recente aumento de preço dos combustíveis.

Para a utilização coordenada desses mecanismos, o Governo está baixando ato que estabelece o

Sistema Nacional de Fundos de Desenvolvimento Urbano — SFDU, integrado pelo FNDU, pelos fundos regionais de desenvolvimento urbano no Centro-Sul, Nordeste e Amazônia, e pelos recursos do BNH, destinados ao desenvolvimento urbano (exclusive habitação), do FAS (previstos para o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos), do BNDE (Distritos Industriais) e da FINEP (estudos e projetos).

A fim de permitir uma visão integrada de toda a ação do Governo da União na execução da política urbana, procedeu-se, recentemente, à consolidação do Programa de Investimentos Urbanos, para o período de II PND. Esse Programa, englobando os recursos mencionados, prevê investimentos totais de quase 250 bilhões de cruzeiros (preços de 1975).

Creio ter demonstrado assim, com esses dados, a amplitude do esforço que será realizado pelo atual Governo para enfrentar, objetivamente, os problemas das cidades brasileiras. Esforço que, espero, seja capaz de produzir uma verdadeira distensão urbana, tão necessária ao desenvolvimento, à segurança e ao bem-estar social do País.

Particularmente no que respeita ao desenvolvimento social nas cidades, quero assinalar o êxito e receptividade que vem alcançando o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, destinado a prover as populações de baixa renda das cidades de grande e médio porte, em forma integrada, de serviços sociais de natureza comunitária nos campos da educação, saúde e nutrição, emprego, previdência

social, recreação e lazer. Em menos de 4 meses, o Programa já foi acionado em todos os Estados e Territórios e, a julgar pelos projetos recebidos ou em elaboração final, contemplando a instalação de mais de 500 Centros Sociais em apenas 16 Estados, a meta de 600 Centros será ultrapassada, sem que haja necessidade de destinar, ao Programa, novos recursos, além dos consignados (Cr$ 2,1 bilhões, até 1979). Já foram aprovados 20 projetos de Centros Sociais Urbanos nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Piauí e Maranhão, cuja execução deverá iniciar-se ainda este ano.

De outra parte, os crescentes aperfeiçoamentos introduzidos na sistemática de operação do Sistema Financeiro da Habitação, com vistas a atenuar os custos de aquisição de casa própria pelas populações de baixa renda, vêm possibilitando ao BNH maior identificação com os elevados objetivos sociais que determinaram sua criação. A esse respeito, tem merecido particular atenção, principalmente nas regiões metropolitanas maiores, o problema da disponibilidade de terrenos, a custos razoáveis, para a construção residencial, inclusive objetivando a abertura de novas áreas. É importante considerar o problema da residência no contexto das tensões urbanas a que nos referimos, para não isolar a sua solução daquela relativa aos transportes coletivos e a outros problemas prementes.

Cabe mencionar, finalmente, a ação do Governo no que diz respeito ao controle da poluição, sobre-

tudo a industrial, e à preservação do meio-ambiente nas áreas urbanas, cuja orientação básica está consubstanciada no Decreto-lei nº 1.413, de agosto de 1975, e, notadamente, o grande esforço que vem sendo realizado para assegurar em larga escala, às populações urbanas, serviços eficientes de abastecimento d'água e sistemas adequados de esgotos sanitários, além da proteção das cidades que, como o Recife, Campos, Blumenau e Tubarão, são periodicamente atingidas por inundações devastadoras. Destaque-se, ainda, a execução simultânea de grandes projetos urbanos, como os dois metropolitanos, do Rio e de São Paulo, os Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro e de Manaus, os projetos viários urbanos a cargo do PROGRESS e vários outros.

Considero que o ano de 1976 será marcado por grandes realizações no campo do desenvolvimento urbano, tarefa que será compartida, harmonicamente, pelos Governos da União, dos Estados e dos Municípios.

Os problemas das nossas cidades constituem, porém, desafio permanente à capacidade de mobilização e de motivação comunitárias pelos Partidos Políticos, das forças vivas da sociedade brasileira. É preciso que os responsáveis conjuguem sua experiência e sensibilidade para encaminhar as soluções reclamadas, conscientizando as comunidades urbanas da dimensão dos problemas que nos desafiam e do empenho do Governo em superá-los.

É necessário que se motivem as populações urbanas para contribuir, positivamente, com novas idéias

e renovado interesse, propondo alternativas de solução e participando ativamente nesse grande esforço. Estou certo de que, para que tudo isso se concretize, não faltarão ao Governo o apoio e a compreensão das comunidades urbanas brasileiras, a atuação das lideranças políticas, a capacidade dos técnicos, tanto no Governo como nas Universidades e nas Empresas, a experiência dos administradores, especialmente nos organismos metropolitanos e nas Prefeituras Municipais.

Ao promover este Simpósio, a ARENA, através da Fundação Milton Campos, exerce uma ação inovadora, submetendo a amplo debate a política de desenvolvimento urbano que vem sendo executada pelo atual Governo.

É importante que essa iniciativa se desdobre, no país inteiro, através de atuação político-partidária perseverante e objetiva. Que programas como o dos Centros Sociais Urbanos e o dos Transportes Coletivos sejam seriamente debatidos, para que a ARENA recolha e transmita ao Governo os anseios e as preocupações da comunidade e para que se obtenham a confiança e a colaboração populares, sem dúvida imprescindíveis à ação do Partido e do Governo.

Cabe à ARENA a função, eminentemente política, de alcançar, pelo diálogo permanente com o povo, a mais ampla participação comunitária no processo de decisões governamentais, em suas várias esferas administrativas, sem a preocupação, às vezes enganosa, do simples imediatismo. O Governo en-

tende ser essa, missão relevante do Partido, essencial ao desenvolvimento da democracia brasileira.

Renovo à Fundação Milton Campos os meus aplausos pela iniciativa de promover este Simpósio sobre Política Urbana.

Estarei atento para as discussões que aqui serão mantidas e para as recomendações e proposições concretas que delas resultarem. Espero, ainda, que os programas e projetos, atualmente em fase de análise pelo Poder Executivo e relativos principalmente a transportes coletivos, ao desenvolvimento das cidades de porte médio, ao equacionamento da problemática das Regiões Metropolitanas e, *particularmente, ao uso do solo urbano,* recebam contribuições efetivas da Fundação Milton Campos, da ARENA e do Congresso Nacional.

Confio, ademais, em que a participação dos políticos da ARENA nesse debate, com sua sensibilidade para com os anseios populares e sua experiência no trato da coisa pública, represente contribuição importante para o equacionamento definitivo dessas iniciativas e permita o melhor encaminhamento das soluções propostas para os problemas das nossas cidades.

Muito obrigado.

27 DE NOVEMBRO DE 1975

ABERTURA DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA ELETRICA E ELETRÔNICA, EM SÃO PAULO, SP.

É de inegável oportunidade a realização deste I Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica que hoje se instala.

A Indústria Elétrica e Eletrônica que, até 1974, apresentou taxas de crescimento dentre as mais altas, no setor industrial — sendo 20% a média no período 1970-1974 — tem estado na vanguarda do processo de diversificação e de avanço tecnológico da indústria brasileira.

Sua significação bem se avalia quando se considera o valor da produção, o qual, em 1974, é estimado em 26 bilhões de cruzeiros.

É relevante salientar que a Indústria Elétrica e Eletrônica tem sido — e muito importa que continue a ser — campo de atuação da iniciativa privada que, tanto nacional como estrangeira, tem sabido promover seu desenvolvimento, inclusive do ponto de vista tecnológico.

Área, como dissemos, da iniciativa privada, é importante que, no setor, se verifique razoável equilíbrio entre o capital estrangeiro e o nacional. Este último deve ter papel ativo e oportunidade de expansão.

No corrente ano, a despeito das dificuldades que a situação mundial tem acarretado ao País, os diversos ramos do setor apresentam desempenho entre excelente — o dos equipamentos e máquinas elétricas e eletrônicas — e satisfatório — o dos eletrodomésticos e eletrônico-domésticos.

A produção total de equipamentos e máquinas aumentou, até setembro, em 18,3%.

É oportuno referir algumas definições que a atual política econômica considera apropriadas para a Indústria Elétrica e Eletrônica, principalmente no estágio relativo ao II PND.

No tocante a Equipamentos e Máquinas, o Governo, recentemente, baixou determinação pela qual os órgãos governamentais só adquirirão bens de capital importados, se não houver similar nacional.

A medida, das mais importantes adotadas na história do setor, constitui uma demonstração a mais de que o atual Governo realmente deseja a indústria interna de equipamentos e máquinas participando em escala elevada e, quando possível, preponderante, de todos os grandes programas de investimentos governamentais incluídos no II PND.

Essa orientação, já em vigor, inclusive para o programa hidrelétrico, deverá prevalecer também na execução do setor da energia nuclear.

Outrossim, deve ser ressaltada, para a área de Bens de Capital, a necessidade de relativa especialização que, através da FINAME, da ELETROBRÁS e

de todos os agentes governamentais envolvidos, se pretende consolidar, na produção de equipamentos. Indispensável é que haja certo grau de competição, na produção de cada tipo de equipamento ou máquina, mas não deve haver excessiva proliferação de produtores, como às vezes acontece e que conduz a baixos índices de nacionalização de componentes, para tais produtos.

Quanto a eletrodomésticos e eletrônico-domésticos, o Governo vem adotando política de preservação e progressiva elevação dos níveis reais de consumo das camadas mais amplas da população. Exemplo disso é a política salarial flexível, proporcionando reajustamentos que, a esta altura, se situam na casa dos 36 a 37%, muito acima, portanto, do aumento do custo de vida nos últimos doze meses.

O próximo estágio deve ser de consolidação da indústria já existente, particularmente para assegurar-lhe produtividade e escala de operação. Nesse sentido, no âmbito do CDE, foram definidas diretrizes destinadas a evitar acumulação de capacidade ociosa, nas categorias de produtos com demanda já atendida, e, em geral, a fortalecer as empresas já instaladas no País.

Na oportunidade em que a Indústria Elétrica e Eletrônica, pela primeira vez, se reúne em Congresso Nacional, cabe destacar que aos empresários do setor, em coordenação com os órgãos do Governo, principalmente na área do MIC, está reservada importante missão, nos próximos anos: a ativação do

processo de substituição de importações, principalmente com relação a componentes, para os bens de capital e os bens de consumo duráveis.

Em levantamento recente da CACEX, para 35 empresas do setor, que em 1974 importaram cerca de US$ 860 milhões, somente US$ 70 milhões correspondiam a equipamentos. O restante era de matérias-primas e, notadamente, partes e peças para montagem ou reposição.

Isso mostra como são ainda amplas, muito amplas mesmo, as oportunidades de substituir importações nesse campo. Governo e empresa têm, aí, uma grande área de cooperação que não só proporcionará nova fonte de crescimento para a indústria, mas também uma oportuna contribuição para o esforço nacional de economia de divisas.

As necessidades de investimento da Indústria Elétrica e Eletrônica, entre 75 e 79, são vultosas. Que esse investimento se realize, e tenha em vista, principalmente, substituir importações e promover exportações, pois para isso não faltam à indústria as condições fundamentais.

Concluindo, posso assegurar-lhes que, como sempre, o Governo estará acompanhando o desenvolvimento desse setor, para prestar, com oportunidade, a orientação e o apoio que se fizerem necessários.

2 DE DEZEMBRO DE 1975

SESQUICENTENARIO DO NASCIMENTO DE DOM PEDRO II. IMPROVISO DURANTE VISITA AO MUSEU IMPERIAL. PETROPOLIS, RJ.

Vim hoje a este palácio para associar-me às homenagens a Pedro II e, na qualidade de Presidente da República, reverenciar sua memória.

O Brasil é um país que sonha com o futuro. Um futuro grandioso, possibilitado pelos seus recursos, pela extensão geográfica e, sobretudo, pelas virtudes de nosso povo. Vive o presente com realismo. Um presente difícil, cheio de problemas que colocam à prova as qualidades do povo na sua luta de cada dia. Mas recorda o passado, porque é no passado que vamos encontrar as fontes inspiradoras de nossas atividades. E é pelo passado, através do presente, olhando para o futuro, que asseguramos a necessária continuidade da Nação.

Nesse passado, que para nós conta os anos que incorporamos à nossa História, graças a Deus, avulta sem dúvida, dentre os feitos dos portugueses que nos descobriram, a figura de D. Pedro II, que governou este país durante meio século e, com suas extraordinárias qualidades de homem, de estadista e patriota, soube vencer inúmeras tormentas que se desencadearam desde sua infância até a proclamação da República. Foi sobretudo um grande estadista

que consolidou a nacionalidade e assegurou a unidade do País. Estou aqui hoje para, com o povo, prestar a sua memória as melhores homenagens.

3 DE DEZEMBRO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA DO PARAGUAI.
DISCURSO NA CHEGADA A ASSUNÇÃO.

Excelentíssimo Senhor

General-de-Exército D. Alfredo Stroessner,

Presidente da República do Paraguai

Agradeço, muito sensibilizado, as afetuosas palavras com que Vossa Excelência me acolhe em terras paraguaias. Traduzem a hospitalidade generosa que tão espontaneamente brota da alma guarani. Recolho suas palavras, Senhor Presidente, como significativa expressão da franca amizade que nos une.

De minha parte, devo significar-lhe, Senhor Presidente, a grande satisfação com que aceitei o honroso convite de Vossa Excelência.

É que o encontro entre Presidentes do Paraguai e do Brasil transcende o âmbito do cerimonial internacional. Para nós, tal encontro significa não só a reafirmação de uma amizade sólida e fecunda — que, entre paraguaios e brasileiros, não carece de explicitação, por ser sincera e espontânea —, mas adquire também maior expressão como mais um passo avante, na ampliação do real entendimento que marca as relações entre nossos dois países.

A identidade que nos aproxima, pelo calor da amizade e pelo propósito de superarmos juntos as dificuldades que defrontamos no rumo do progresso, conjuga nossos esforços em uma colaboração exemplar. O Paraguai e o Brasil estão irmanados por um desafio comum e também pela resposta que a ele deverão dar, em conjunto, nossos povos.

Como tive oportunidade de dizer, quando me coube a honra de saudar Vossa Excelência por ocasião da sua última visita, em Campo Grande, nossos dois Governos não poupam esforços para dotar de ainda maior vigor a estrutura do fraternal relacionamento que os vincula. Exemplo dessa vocação, constituem, estou certo, os atos de especial relevo que irão marcar o nosso encontro, entre os quais avulta a celebração do Tratado de Amizade e Cooperação.

É, portanto, Senhor Presidente, com emoção e imbuído do mais profundo sentimento de fraternidade, que inicio minha estada nesta histórica cidade de Assunção. E, sobretudo, porque aqui me é dada agora, como representante máximo da nação brasileira, a honra insigne de poder transmitir ao glorioso povo guarani a calorosa mensagem que lhe trago da gente irmã de minha terra — palavra de confiança e de fé num futuro sereno, mas nem por isso menos glorioso, de compreensão, de cooperação e de sólida amizade.

Com estes sentimentos, reitero a Vossa Excelência meus agradecimentos muito sinceros pelas palavras generosas que me dirigiu, no momento em que piso o solo desta nobre Nação.

3 DE DEZEMBRO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA DO PARAGUAI. RECEBIMENTO DAS CHAVES SIMBÓLICAS DA CIDADE DE ASSUNÇAO.

Senhor Intendente Municipal de Assunção, Engenheiro Guido René Kunzle.

Senhores Membros da Junta Municipal de Assunção.

A cerimônia de que ora participo tem, para mim, significado muito especial.

Vossa Senhoria, Senhor Intendente, com palavras altamente generosas, teve a gentileza de declarar-me hóspede ilustre de Assunção, oferecendo-me ao mesmo tempo as chaves simbólicas desta próspera Capital.

Ao receber esta homenagem que sobremaneira me penhora, é-me grato recordar — e faço-o com justificado realce — a história gloriosa da Cidade que, fundada nos primeiros anos dos descobrimentos, em 15 de agosto de 1537, com a poética denominação de «Porto e Casa Forte de Nossa Senhora de Assunção», para que servisse de «amparo e reparo de la conquista», cedo se tornou, ainda no final do Século XVI e graças principalmente ao valor e às virtudes exemplares de um de seus primeiros filhos, Hernandárias, «mãe e cabeça das Províncias do Rio da Prata».

Com antecedentes históricos de tamanha significação, soube sempre Assunção manter-se digna de seu passado glorioso, transformando-se, graças ao talento e ao trabalho de seus habitantes, na florescente e risonha cidade que hoje tenho o prazer e a honra de visitar.

Pode estar certo, Senhor Intendente, de que a maneira cativante com que tenho sido homenageado pelo povo desta Capital, e o gesto, para mim sumamente honroso, de Vossa Senhoria e da Junta Municipal de Assunção, serão para sempre recordados como um momento dos mais dignificantes, nesta viagem que faço à nobre nação irmã do Paraguai.

3 DE DEZEMBRO DE 1975

VIAGEM A REPÚBLICA DO PARAGUAI. RECEBIMENTO DO GRANDE COLAR DO MARECHAL FRANCISCO SOLANO LOPEZ, DA ORDEM NACIONAL DO MÉRITO. PALACIO DE LOPEZ. ASSUNÇAO.

Excelentíssimo Senhor

General-de-Exército Don Alfredo Stroessner
Presidente da República do Paraguai

Ao condecorar-me com o Grande Colar Marechal Francisco Solano Lopez, da Ordem Nacional do Mérito, que o Governo do Paraguai houve por bem conferir-me, teve Vossa Excelência a gentileza de expressar, em palavras repassadas de amizade pessoal e de especial carinho para com o Brasil, o significado mais profundo dessa homenagem que tanto me honra.

Pode estar certo, Senhor Presidente, que bem avalio o alto sentido dessa decisão de seu Governo e o que ela representa como demonstração tangível de fraterna e sólida amizade.

Ao receber, de suas mãos, a mais alta distinção que outorga o Governo paraguaio, desejo reiterar-lhe os sentimentos da mais franca, leal e constante amizade e o propósito inabalável do Governo brasileiro de dar especial tratamento às suas relações com a República do Paraguai, aprimorando, sempre cada vez mais, os amplos e fecundos campos de colaboração em que estamos empenhados, em prol do desenvolvimento de nossos dois países.

Baseada nos mais altos princípios de justiça e de igualdade, esta amizade que une o Brasil e o Paraguai beneficia-se, justamente, da sinceridade com que a acalentamos, da franqueza com que a enaltecemos ainda mais e da lealdade com que timbramos em levá-la adiante.

Itaipu é bem o símbolo dessa amizade, tanto como do alto espírito de colaboração criadora que ela soube inspirar. O Tratado de Amizade e Cooperação, a ser celebrado ao final desta visita, representará um arcabouço jurídico amplo e flexível, dentro do qual poderão tornar-se realmente efetivos os múltiplos projetos de colaboração que temos esboçado no afã, que nos anima, de contribuir realmente, com empreendimentos conjuntos, para o desenvolvimento de nossos países.

Creio firmemente que paraguaios e brasileiros, com o anseio comum de progresso econômico e social, no contexto humanista que inspira nossas preocupações, estão hoje, mais do que nunca, irmanados por laços de profunda amizade e cooperação recíproca.

Renovando-lhe meu profundo reconhecimento pela grande honra que hoje aqui me é conferida, rogo a Vossa Excelência aceitar meu agradecimento muito sincero por todas as gentilezas com que nos tem cumulado, agradecimento que lhe peço, também em nome de minha mulher, partilhar com a Excelentíssima Senhora de Stroessner.

Muito obrigado.

4 DE DEZEMBRO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA DO PARAGUAI. DISCURSO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO.

Excelentíssimo Senhor

Presidente da República do Paraguai,

General-de-Exército Don Alfredo Stroessner,

A cerimônia a que, neste momento, presidimos vem coroar, como Vossa Excelência tão bem acentuou, a série de atos da maior significação que tem marcado minha visita oficial à República do Paraguai. Sintetiza ela, no sentido profundo dos instrumentos aqui firmados ou entregues, o vasto campo de entendimento felizmente existente entre nossos países, a maneira construtiva com que são focalizados os temas de interesse comum e o espírito criador que preside a nossa colaboração recíproca.

A celebração, entre nossos Governos, do Tratado de Amizade e Cooperação é uma demonstração viva de como paraguaios e brasileiros, que compartem dos mesmos anseios de progresso econômico e social, se sentem unidos, dentro dos parâmetros de eqüidade, justiça e respeito mútuo que governam as relações entre nossos países. Sobre a sólida base jurídica que o Tratado vem criar, assentar-se-á, agora, toda a estrutura do invulgar edifício de cooperação que vimos construindo.

A amplidão desse acordo-quadro, que encontra raros precedentes na história das relações internacionais, dá bem a medida da concordância de pontos de vista entre os signatários, quanto à convivência pacífica, ao respeito à soberania e à máxima explicitação das coincidências essenciais de nossas posições. O Tratado vem, por um lado, ordenar e, por outro, suscitar iniciativas múltiplas nos campos das relações políticas, econômicas, científicas, técnicas, culturais e turísticas, além de outros mais. A Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaia, por ele instituída, será o instrumento fundamental para o fortalecimento da cooperação entre os dois países, ao analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor, a um e outro Governo, as medidas que julgar pertinentes.

O crescente intercâmbio comercial entre nossos países recebe renovado impulso; as relações financeiras revigoram-se pela disponibilidade de novas linhas de recursos a serem estabelecidas; a cooperação cultural, técnica e científica, já ampla e diversificada, encontra novas formas e campos de ação novos.

A coincidência de critérios em relação ao aproveitamento dos recursos naturais é reafirmada, bem como a tradicional identidade de posições quanto à livre navegação dos rios internacionais da Bacia do Prata e ao aproveitamento dos mesmos rios, de acordo com a Declaração de Assunção, de 3 de

junho de 1971. Essa identidade de posições é expressa, também, pela ratificação dos objetivos e propósitos enunciados no Tratado de Itaipu e em seus anexos, protocolos adicionais, notas diplomáticas e demais instrumentos que dele decorrem.

Por outro lado, Senhor Presidente, o Paraguai e o Brasil, pelo Tratado que ora se assina, adotam solução pioneira para uma questão que vem sendo ainda objeto de estudos e discussões por parte da comunidade internacional, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: a da justa harmonização de interesses entre países sem litoral e países costeiros. Tal entendimento, aqui em bases bilaterais, terá sem dúvida importante ressonância, antecipando-se como uma fórmula equânime e promissora, que possa servir de inspiração e estímulo para uma ação concertada naquele foro internacional.

Pelo presente Tratado, ficam reiteradas as bases do reconhecimento, pelo Brasil ao Paraguai, do livre acesso ao mar e desde o mar, através do território brasileiro, abrindo-se-lhe ademais, a este país, o caminho para a exploração de recursos vivos da pesca na zona marítima sob jurisdição e soberania brasileiras.

O Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, que ora se firma, constitui demonstração cabal dos vínculos fraternos de boa vizinhança que nos unem e permitem, assim, alcançar entendimento efetivo e sereno sobre todos os

aspectos de nossas relações. O Protocolo é mais uma demonstração exemplar e irretorquível do respeito de ambos os Governos às estipulações consagradas em atos internacionais de que são partes, e do alto espírito com que timbram em orientar suas relações.

O Contrato firmado entre a ITAIPU e a ELETROBRÁS, pelo qual esta empresa brasileira concede, à entidade binacional, créditos no montante de 3 bilhões e 500 milhões de dólares, atesta não somente a decisão de ambos os signatários do Tratado de Itaipu de continuar a implementá-lo, com ânimo decidido, dentro dos menores prazos possíveis, mas também a alta prioridade que os Governos do Brasil e do Paraguai conferem ao grande empreendimento, significativo símbolo da colaboração em que estão empenhados.

Trata-se do maior empréstimo jamais efetuado na história a uma só empresa ou a um só projeto.

Não são recursos de origem internacional. São recursos da *própria* ELETROBRÁS.

Com esse empréstimo, compromete-se a ELETROBRÁS:

a) a custear *70% do total da obra*, fornecendo os recursos necessários à execução das *obras civis*, que são os de mais difícil obtenção no mercado internacional;

b) a receber o reembolso do empréstimo no longo prazo de 40 anos a partir do início da opera-

ção, isto é, a contar de 1983, quando já deverá estar em funcionamento a primeira unidade geradora.

Através deste empréstimo, se está, de fato, tornando irreversível a construção de Itaipu, visto que fica equacionado, em definitivo, e para o futuro, o problema dos recursos necessários à sua execução. Graças a este contrato, a direção de Itaipu poderá doravante programar com segurança e tranqüilidade a execução da obra até o final.

Tive, há pouco, a honrosa oportunidade de entregar-lhe, Senhor Presidente, o projeto do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, o qual, elaborado de acordo com estipulação contratual, estuda, em todos os seus aspectos, as interligações viárias entre nossos países e a melhor maneira de serem utilizados, pelo Paraguai, os depósitos francos que lhe foram concedidos em território brasileiro. Uma vez aprovado pelos dois Governos, poderá o Plano Diretor constituir-se em seguro roteiro de trabalho nessa área vital para nossas economias.

A consagração desses entendimentos, envolvendo todo o vasto campo das relações paraguaio-brasileiras, ocorre justamente num momento em que o cenário mundial é marcado pelos efeitos decorrentes de ampla e profunda crise. Nesse contexto, assumem relevância especial as novas e inequívocas demonstrações de cooperação e solidariedade dadas pelo Brasil e pelo Paraguai, inclusive por serem testemunhos de que é este o caminho adequado para

o estabelecimento de uma comunidade internacional justa, pacífica, livre e próspera. Damos, assim, exemplo de desenvolvimento solidário que, no mundo de hoje, já não deve ser uma opção, mas um mandamento. Acreditamos que, embora o desenvolvimento seja responsabilidade precípua de cada agente político do sistema internacional, seus efeitos podem e devem ser magnificados através de entendimento amplo e responsável.

Aproximados que somos pela tradição, ligados pela geografia, vinculados por legítimos interesses comuns, a filosofia de ação que enforma a política externa, dinâmica e criadora, de nossos países, tem sido a de procurar, descobrir e aproveitar todas as oportunidades derivadas da imensa potencialidade de cooperação entre as duas nações.

Estamos perfeitamente conscientes, e disso temos dado permanente demonstração, de que, dessa maior aproximação entre os Estados, não deve e não pode resultar qualquer tipo de dependência derivada de uma indevida hierarquização dos atores que configuram a estrutura político-econômica internacional. Pelo contrário, temos sempre buscado frutífera interdependência horizontal, baseada nos postulados da justiça e da eqüidade cardiais.

A convivência internacional não se coaduna, tampouco, com atitudes de isolamento ou com preocupações de autarcia e o ecumenismo político, baseado na repulsa a todas as formas de hegemonia e na prática de uma interdependência real e dinâmica,

pressupõe, de sua parte, um convívio íntimo e intenso entre as nações de tradições e objetivos semelhantes.

Senhor Presidente

O Brasil e o Paraguai vêm sendo, realmente, um exemplo de países que bem compreenderam os sinais dos tempos, cônscios do que podem e do que devem fazer, em um mundo cada vez menor e mais interdependente.

Significativa comprovação dessa orientação de política externa é aquela constituída por Itaipu. O Brasil e o Paraguai constroem, juntos, o maior projeto de aproveitamento hidrelétrico conhecido, demonstrando, de maneira feliz, como podem e devem dois Estados soberanos aproveitar os recursos naturais que realmente são compartilhados por eles, de acordo, inclusive, com os princípios jurídicos que garantem os legítimos direitos de terceiros Estados.

É-me particularmente grato assinalar que, há apenas algumas semanas, teve início a fase concreta desse extraordinário esforço de construção, o qual, seguramente, abrirá novos e insuspeitados horizontes de crescente prosperidade. Nessa grande obra verão — brasileiros e paraguaios — refletidos sua audácia, seu valor e seu espírito de perseverança na realização de um destino de grandeza comum.

Com esse espírito é que vim à generosa terra guarani. Aqui fomos cercados constantemente das demonstrações mais significativas, espontâneas e

comoventes, de cativante simpatia e de carinho fraterno. Muito sensibilizado por essas demonstrações, apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e, por seu intermédio, a toda a nobre nação guarani, nossos mais sinceros e cordiais agradecimentos.

4 DE DEZEMBRO DE 1975

VISITA A REPÚBLICA DO PARAGUAI. IMPROVISO POR OCASIÃO DA ENTREGA DO «LIVRO DE OURO», NA EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai,

General-de-Exército don Alfredo Stroessner,

Excelentíssima Senhora de Stroessner,

Bem podem avaliar Vossas Excelências com que emoção fazemos entrega, neste momento, ao Governo e ao povo paraguaios, do «Livro de Ouro» que, oferecido pelas Senhoras paraguaias ao Marechal Francisco Solano Lopez, em 1867, — momento especialmente penoso para nossas Pátrias — retorna, agora, após um século, à terra guarani.

Estou certo de que Vossas Excelências verão, nesse gesto do Governo brasileiro, mais uma demonstração inequívoca e altamente significativa da fraterna amizade e do carinho que dedicamos ao povo paraguaio.

5 DE DEZEMBRO DE 1975

PRONUNCIAMENTO, PELA TELEVISAO, SOBRE NOVAS NORMAS DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇAO.

Desde as primeiras horas de meu Governo tenho salientado, reiteradas vezes, a primazia que deve ser atribuída à solução dos problemas de natureza social, melhorando-se as condições de vida do povo brasileiro, tanto nas cidades como nos campos.

A Nação deve ser forte economicamente e, apesar das dificuldades que o mundo atravessa, o Brasil tem enfrentado e há de superar todos os obstáculos à sua decidida marcha para o pleno desenvolvimento econômico e social.

Mas Nação verdadeiramente forte é a que se apóia, de fato, numa sã harmonia entre o capital e o trabalho, na conquista da justiça social e na melhor distribuição da riqueza.

Para tanto, diversas medidas têm sido adotadas no meu Governo, visando todas a alcançar tais objetivos, não raro em função de sugestões que tenho recebido de parlamentares, em especial da ARENA.

No setor da habitação muito já se fez, a partir de março de 1974, com a finalidade de aperfeiçoar mecanismos técnicos e financeiros de forma a proporcionar, sobretudo às famílias de nível de renda mais baixo, condições favoráveis à aquisição da moradia própria.

Assim, reduziram-se taxas de juros, dilatou-se o prazo do pagamento, limitou-se o comprometimento da renda familiar no item habitação.

Ao mesmo tempo, o Banco Nacional da Habitação, em função de detida análise, procurou encontrar soluções de forma a corrigir certas situações remanescentes do período inicial, em grande parte ainda experimental, nos conjuntos habitacionais populares.

De outra parte, reconhecendo a importância da política habitacional e a responsabilidade que têm na melhoria dos serviços urbanos e do equipamento comunitário, as Unidades da Federação têm aderido ao Plano Nacional de Habitação Popular. Novos e importantes conjuntos de casas populares vão surgindo agora, nos mais variados pontos do território nacional, em condições satisfatórias de qualidade, integrados já de escolas, postos de saúde, transporte e equipamentos comunitários.

Para o período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, meu Governo prevê a construção, através do Sistema Financeiro de Habitação, de 1 milhão de novas moradias em todo o país, número equivalente ao total das habitações financiadas pelo Sistema, no período de 1964 a 1974.

Em novembro de 1974, através do Decreto-lei nº 1.358, o Governo aprovou mecanismo especial de benefício fiscal aos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, permitindo a dedução de 10% do valor das prestações pagas no ano-base de 1974,

com limites mínimo e máximo de Cr$ 240,00 e Cr$ 3.000,00, respectivamente, de forma a favorecer principalmente à população de menores níveis de renda.

Foram beneficiados, com a dedução fiscal, 650 mil adquirentes de casa própria, financiados através do BNH, em todo o país, e aos quais o Tesouro Nacional devolveu a importância de cerca de 400 milhões de cruzeiros.

É importante observar que o benefício fiscal, aprovado em novembro de 1974, alcançou também aqueles cujos níveis de rendimento os eximiam da apresentação de declaração de renda.

O ato assinado nesta data amplia esse mesmo benefício fiscal, permitindo, agora, a dedução de 12% do valor das prestações pagas no ano-base de 1975, elevando-se, ao mesmo tempo, o limite mínimo para Cr$ 480,00 (100% mais do que anteriormente) e o limite máximo para Cr$ 3.960,00.

A dedução de 12% equivale à devolução da metade da correção monetária prevista no valor das prestações, para o período compreendido entre abril de 1975 e abril de 1976.

Beneficiará assim o Governo, em 1976, 750 mil mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, aos quais será devolvida importância no valor total de 700 milhões de cruzeiros.

É de inteira justiça salientar que a medida, de largo alcance social, que ora aprovo, resultou de estudos conjuntos realizados, na área do Ministério

do Interior, através do Banco Nacional da Habitação, com parlamentares da ARENA, sensíveis ao apelo que tenho feito, seguidas vezes, no sentido de que ofereçam sugestões concretas, visando à constante melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Outra medida de excepcional relevância, ora aprovada, é a que estabelece contabilização dos juros e da correção monetária, trimestralmente agora, nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O sistema que vinha sendo adotado, de lançamento anual ao fim de cada exercício, era injusto para os 14 milhões de brasileiros, detentores de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Estudos feitos na área dos Ministérios do Interior, da Previdência Social e do Trabalho, com base nas proposições apresentadas pelo BNH, e em perfeito entendimento com a rede bancária arrecadadora, permitem a adoção de novo mecanismo, consubstanciado nos atos aprovados, a vigorar a partir de janeiro de 1976. A correção trimestral das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço assegurará aos trabalhadores, em qualquer época do ano, por ocasião de eventuais retiradas a que tenham direito, o valor atualizado de seu patrimônio.

As medidas postas em prática partem de diretrizes que impus a meu Governo, pois entendo que

é dever fundamental do Estado cuidar do bem-estar da coletividade. Por isso mesmo, minhas maiores preocupações concentram-se, dentro das possibilidades efetivas do país, em melhorar as condições de vida do povo, sem sacrificar o indispensável equilíbrio econômico-financeiro da nação brasileira que será em breve, graças ao esforço de todos, a grande nação que o povo espera e merece — livre, poderosa e democrática — na plenitude da ordem e da justiça social.

19 DE DEZEMBRO DE 1975

MENSAGEM AOS TRABALHADORES GAÚCHOS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO TRABALHISTA DA ARENA DO RIO GRANDE DO SUL.

Por intermédio do Departamento Trabalhista da ARENA do Rio Grande do Sul, saúdo a todos os trabalhadores gaúchos e envio a minha mensagem de confiança e de estímulo.

Tanto em meus pronunciamentos como, principalmente, por meio de medidas objetivas, tenho salientado o apreço do meu Governo pelo trabalhador brasileiro.

O incentivo a programas de qualificação da mão-de-obra, as alterações já impressas na política salarial, a criação do Sistema Nacional de Emprego, a intensificação de campanha objetivando prevenir acidentes do trabalho e, conseqüentemente, garantir a segurança do trabalhador constituem alguns exemplos de iniciativas práticas do Governo em favor dos trabalhadores, que cooperam com seu esforço e criatividade no desenvolvimento de nosso País.

Julgo deveras importante a participação do trabalhador no processo político nacional, pois levará ao partido a vivência diária de seus problemas e as aspirações de seu grupo representativo.

Quero ter o prazer de saudar integrantes do Departamento Trabalhista da ARENA e seus filiados, entre os vitoriosos, como representantes do povo, nos próximos pleitos eleitorais.

22 DE DEZEMBRO DE 1975

AGRADECENDO AOS OFICIAIS GENERAIS DAS FORÇAS ARMADAS OS CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO, DURANTE ALMOÇO NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, EM BRASILIA.

Agradeço as palavras generosas do Excelentíssimo Sr. Ministro do Exército que, em nome dos Oficiais-Generais das Forças Armadas aqui presentes, acaba de me saudar, ao ensejo deste Natal.

Agradeço também, e muito penhorado, os votos que me fazem de feliz Ano Novo, repleto de realizações, votos esses extensivos à minha família.

Agradeço, sobretudo, a oportunidade muito especial de rever velhos camaradas e amigos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nesta reunião plena de gratas recordações para quem foi e é, antes de tudo, um soldado.

Chegamos ao fim de 1975. Para nós brasileiros, foi um ano difícil, principalmente do ponto de vista econômico, seja pela adversa situação internacional, com graves reflexos internos, seja pela ocorrência de anomalias climáticas, que foram extremamente prejudiciais.

Conseguimos, não obstante, assegurar o desenvolvimento do país, num ambiente de paz, de ordem, de liberdade e de trabalho, e no qual as atividades institucionais se exerceram em toda plenitude.

Da tarefa que foi realizada, cabe importante parcela às Forças Armadas que, unidas, bem cum-

priram seu dever, embora com real sacrifício de seu bem-estar e prejudicadas no seu aparelhamento material — muito aquém do que deve corresponder às necessidades e à estatura já alcançada pelo Brasil.

Como militar de vocação e de formação, com anos e anos vividos em quadras intranqüilas da vida nacional, valorizo altamente o espírito de coesão, no incansável devotamento ao serviço da Pátria que hoje, vigorosamente, cimenta a união das Forças Armadas.

Esse espírito é, sem dúvida, uma decorrência da nítida compreensão do relevante papel que lhes cabe como instituições nacionais permanentes, essenciais à execução da política de segurança, notadamente quando se tem em vista a árdua construção do sistema de vida democrática a que se propôs a Revolução de 1964, adequado, de fato, às peculiaridades da nossa terra e de nossa gente.

Tornaram-se elas, assim, não só merecedoras do apoio e do apreço que o povo brasileiro certamente não lhes regateia, como também credoras do reconhecimento do meu governo pela lealdade consciente e dedicação com que vêm pautando suas atividades.

Encaro a perspectiva do novo ano de 1976 sem pessimismo, mas com confiança: confiança na evolução positiva da conjuntura; confiança em nossas potencialidades; confiança no valor dos brasileiros e, bem assim, confiança na capacidade da ação gover-

namental, devidamente apoiada pelo povo, pela Aliança Renovadora Nacional e pelas Forças Armadas.

Em caráter mais restrito, confio — e esses são meus votos dirigidos às Forças Armadas — que elas prosseguirão devotadamente a trabalhar unidas, em comunhão com o povo de que se originam, imunes à insidiosa infiltração subversiva, em constante aperfeiçoamento, com quadros cada vez mais capazes, com crescente motivação profissional. E, principalmente, que continuarão a atuar, sem facciosismos, em permanente benefício da Nação.

Desejo aos que aqui estão e a todos os que servem nas organizações militares do país e a seus familiares um feliz Natal e um ano de 1976 cheio de venturas.

Peço que me acompanhem num brinde pela nossa união em prol da grandeza do Brasil.

30 DE DEZEMBRO DE 1975

SAUDAÇÃO DE FIM DE ANO AO POVO BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO.

BRASILEIROS

Mais uma vez venho ao recesso de vossos lares, no limiar de um novo ano, para um rápido balanço do que se conseguiu realizar em 1975 em prol do desenvolvimento nacional e para dirigir-vos — e graças a Deus posso fazê-lo com tranqüilidade e convicção — palavras de justa confiança quanto ao futuro próximo, tal como o podemos antecipar nos dias de hoje.

1975 não foi um ano fácil para o Brasil. Aliás, não o foi para país algum do mundo, o que, além de não servir de consolo, ainda agravou as dificuldades de cada um.

De um lado, recessão das mais graves e prolongadas estendeu-se sobre o mundo, tanto desenvolvido como em desenvolvimento, restringindo severamente nossos mercados de exportação e deteriorando nossas relações de troca.

De outro lado, na frente interna, abateu-se sobre amplas faixas do território nacional, uma sucessão anormal de calamidades climáticas imprevisíveis. Além das graves repercussões sociais que essas calamidades causaram nas populações atingidas, quebra-

ram as perspectivas, dantes justificadamente tão promissoras, de safras abundantes e, assim, se reduziram nossas disponibilidades para exportação e se criaram *deficits* a exigir importações onerosas.

Nesse quadro, foi necessário atuar com muita flexibilidade, tanto na adaptação dolorosa à nova realidade mundial, desfavorável e até mesmo agressiva por vezes, como na superação do fraco desempenho de nossa agropecuária, assaltada por tantos e tão sérios flagelos, — tendo em vista não apenas o crescimento, mas também o equilíbrio do balanço de pagamentos, o controle da inflação e a melhor distribuição da renda.

Felizmente achava-se o Governo, desde os estudos preliminares à elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento, preparado para isso, plenamente convicto da tarefa delicada que seria forçado a enfrentar, com instrumentos bem mais flexíveis de atuação na esfera econômica, quando tudo já indicava a necessidade de inaugurar metodologia e estilo novos para o que teria de ser, necessariamente, um planejamento em ambiente de maior insegurança e de incertezas acrescidas. Por isso mesmo, no II PND, não foram estabelecidas metas rígidas a se alcançarem em prazos determinados, vestindo, como em camisa de força, as atividades planejadoras, mas sim um sistema, adaptável à evolução real da conjuntura econômica internacional, de prioridades de investimento e simples indicadores de realizações, — nada mais que marcos de referência para acompanhamento

da execução e os inevitáveis reajustamentos sucessivos. O que nele se ressalta é uma tarefa básica, esta sim, bem determinada — a de impulsionar o mais possível o crescimento do produto bruto nacional num modelo, mantido sempre, de economia de mercado, e resguardando-o ao máximo dos efeitos da estagnação, ou mesmo recessão, que afligia os próprios países desenvolvidos, em maior ou menor grau.

Daí, sem prejuízo de um esforço redobrado para aumento das exportações, diversificando mercados e produtos — e estas cresceram, de fato, em relação ao ano anterior, mas segundo uma taxa menor que a prevista —, medidas de progressiva contenção de importações — as quais realmente não viriam a crescer nem em valor nem em quantidade física — foram adotadas desde o início do ano.

Estimulou-se muito o mecanismo da substituição de importações a que tradicionalmente tem o Brasil sabido recorrer em suas dificuldades de balanço de pagamentos, não obstante se reconheça que tal mecanismo processar-se-á agora em setores de mais alta sofisticação tecnológica e em prazos bem mais demorados de maturação dos vultosos investimentos requeridos.

Eis por que nunca se cuidou tanto, e com tão forte preocupação de ganhar tempo, dos setores de base, particularmente os de Bens de Capital e Insumos Básicos. Aprovaram-se e já vêm sendo executados programas bem definidos, dotados todos de recursos e incentivos para sua implementação, atri-

buída preferencialmente à iniciativa privada. No campo do petróleo, o mais crítico sem dúvida, todas as alternativas foram consideradas, aprovando-se amplo programa complementar para a produção de álcool e chegando-se à autorização, confiada à PETROBRÁS, para negociar contratos de serviço com cláusula de risco.

Ao mesmo passo, como tive oportunidade de ressaltar em pronunciamento ainda recente, impunha-se manter a execução dos demais programas prioritários incluídos, por essenciais, no II PND, os quais servem particularmente à substituição de *importações também*, à promoção de exportações e ao impulsionamento de novos centros motores para o desenvolvimento nacional. Tal ênfase, longe de constituir uma revisão daquelè Plano, insere-se exatamente, e, ao contrário, no quadro das preocupações maiores nele definidas quanto ao ajustamento de nossa economia à conjuntura mundial, com preservação do seu maior grau de crescimento possível.

Em dias recentes, completando a progressividade que na matéria caracteriza a ação governamental, a conjuntura levou-nos a medidas ainda mais drásticas para contenção das importações, de modo a assegurarem-se perspectivas mais favoráveis ao próximo ano, quando se espera preservar nossas reservas internacionais, equilibrando a balança de comércio e melhorando a situação deficitária de nosso balanço de pagamentos.

Justo é reconhecer-se que o Governo soube resistir a reações prematuras de pânico, apesar de esti-

muladas pelos exemplos que de outras bandas nos vinham, com o prestígio de economias mais vigorosas e de gerentes de mestria e experiência indiscutíveis. Adotando somente agora essas últimas medidas, quando já se vislumbram sinais muito mais seguros de que a economia mundial, nos seus centros mais dinâmicos, começa a relançar-se confiante, podemos esperar seja menos prolongado, certamente menos imperioso e duro, o período de rigorosa dieta de importações a que está submetida a economia nacional.

Ademais, ganhamos com isso dois anos de real crescimento — 1974, ainda com um índice elevado de quase 10%, e 1975 com um desempenho menor, mas sem dúvida bastante favorável, de uma taxa superior à do aumento demográfico e traduzindo-se, portando, em acréscimo da própria renda per capita, além de apresentar, em relação aos índices de agora, muitos deles negativos, dos países mais desenvolvidos do mundo, um diferencial ainda maior do que mesmo na extraordinária quadra dos 10% de crescimento anual. Acresce mencionar, que se conseguiu retomar, embora em pequena escala, a tendência decrescente de nossa taxa de inflação.

Não houve, e não há, clima de recessão nem desemprego anormal no país. Evitou-se às empresas privadas um tratamento de choque penoso, justamente quando elas, mal emergindo de largo período de economia acelerada, se veriam muito mais vulneráveis, inclusive por total despreparo psicológico. E assegurou-se não só ao trabalhador brasileiro, mas à população em geral, ao longo destes dois anos,

um clima de tranqüilidade, de progresso, de normalidade do trabalho e da vida, ao tempo em que, lá fora, se acumulavam as filas de desempregados e se paralisavam fábricas e serviços.

O Governo continuará atento para que sejam reduzidas ao mínimo as repercussões das medidas há pouco adotadas para contenção das importações, em particular estimulando determinados setores da economia, entre eles o de obras de engenharia e construção civil e outros que empregam muita mão-de-obra, os que independem, ou dependem pouco, de volumosas importações, e aqueles que apresentam boas possibilidades de exportação de seus produtos. Os recursos decorrentes dos depósitos restituíveis a que as importações se vêem obrigadas agora, vultosos que são, permitirão ao Governo expandir suas linhas de crédito, com seletividade, beneficiando especialmente a pequena e média indústrias — que têm maiores dificuldades em capital de giro — a agricultura e a pecuária.

Sabemos que 1976 será um ano difícil também, mas que temos todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia. Aos pregoeiros do pessimismo destruidor veremos confinadas as profecias de recessão, depressão e crescimento zero.

Tudo aquilo que iremos fazer para assegurar o desenvolvimento econômico do país, o faremos com determinação e equilíbrio e, sempre que possível, gradualmente, da mesma forma que prosseguiremos,

incansáveis, na tarefa que nos impusemos, dentro de uma visão humanista do desenvolvimento da Nação, de melhorar as condições de vida da população brasileira, em particular das classes de recursos mais escassos, nas cidades e nos campos. Tanto mais que tais medidas se revestem de sadio pragmatismo econômico, porquanto, aumentando bastante a demanda efetiva num mercado interno amplíssimo mas em grande parte apenas potencial, asseguraremos escoadouro à produção de nossa indústria de bens de consumo, à agricultura e pecuária em expansão crescente, a salvo, pois, das oscilações negativas bruscas e das incertezas do mercado internacional, hoje tão tumultuado.

Tal propósito não é nem será afirmação inconsistente, muito menos promessa vã. Serve-lhe de lastro o muito que meu Governo neste sentido já fez, mesmo numa etapa como esta da vida nacional, em que a problemática econômica tende a absorver toda a atenção e as preocupações maiores dos responsáveis pela cousa pública.

O problema do desenvolvimento urbano tem merecido ênfase especial do Governo, não só em regiões metropolitanas mas para várias cidades de porte médio, visando-se a atenuar as tensões que aí se manifestam e a melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, entre muitas outras iniciativas, notadamente as de abastecimento de água e de saneamento, o Governo Federal está viabilizando, em prazo curto, a implantação de trens metropolitanos no Rio de Janeiro e em São Paulo e

esforça-se por melhorar o tráfego suburbano, para o que tem destinado recursos financeiros volumosos.

No setor da habitação, toda a programação do BNH tem sido revista, para o atendimento efetivo à população de baixa renda, passando-se a compensar, através de mecanismo recém-ampliado de incentivo fiscal, cerca de 50% da correção monetária prevista, para certas categorias de mutuários. Outras medidas vêm sendo tomadas para resolver, de uma vez por todas, o problema da inadimplência de mutuários que não tenham, realmente, condições para enfrentar o ônus que lhes foi imposto pela inflação na aquisição da casa própria.

A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, como a instituição do Conselho de Desenvolvimento Social demonstram, por si sós, o interesse especial que o Governo atribui a esse setor fundamental do desenvolvimento integrado do país. No entanto, vale salientar que medidas várias, objetivas e concretas, foram tomadas no decurso do ano, com vistas à meta da universalização da previdência e assistência social. Basta citar aqui algumas delas — as maiores facilidades asseguradas aos autônomos para sua inscrição no INPS, a extensão dos benefícios do sistema às pessoas maiores de 70 anos e a todos os inválidos que hajam, em qualquer época, cumprido a carência mínima de doze meses, bem assim aos que, por um período mínimo de cinco anos, tenham exercido qualquer tipo de atividade remunerada. Os proprietários rurais também não foram esquecidos.

A transferência da prestação do salário-maternidade para a previdência social, além de fazer cessar práticas discriminatórias, prejudiciais ao trabalho feminino, veio proporcionar distribuição mais equitativa dos encargos pelas empresas. Maior integração entre os vários regimes previdenciários existentes foi alcançada através da contagem recíproca do tempo de serviço estatutário e trabalhista, assegurada em lei sugerida pela direção da Aliança Renovadora Nacional e que obteve consagradora aprovação nas Casas do Legislativo.

Além disso, estou certo de que já é sensível a melhoria alcançada nos serviços médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social, graças ao Plano de Pronta Ação que tomou a Baixada Fluminense como área prioritária, devendo estender-se, em breve, à grande São Paulo, à Baixada Santista e à região de Campinas.

A distribuição de remédios a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente aos beneficiários da previdência social é outro programa já implantado, em caráter experimental, na região do Grande Rio e que, no ano próximo, deverá ser levado a outras regiões do país.

Fastidioso seria enumerar providências já tomadas ou ainda em curso neste setor em que meu Governo reconhece importância capital, como a todos do campo social, inclusive os relativos à Saúde, ao Trabalho, à Educação e à Cultura.

Registrem-se, apenas, as novas perspectivas com o aumento do salário-educação na área do ensino

fundamental, os novos instrumentos adotados para desenvolver o ensino médio e o crédito educativo para o ensino superior; as campanhas e medidas para melhorar as condições de segurança de trabalho; o êxito da campanha de vacinação em massa contra a meningite — considerada um exemplo para o mundo — e, no setor do funcionalismo público, não se deixe de mencionar que o Governo conseguiu cumprir sua promessa de levar avante a implantação do Plano de Classificação de Cargos, uma vez que até esta data já foram aprovados 93% da totalidade dos processos de lotação das unidades da Administração Federal.

Quanto ao desenvolvimento político, devo referir-me em especial ao clima de cooperação eficaz existente entre o Executivo e o Legislativo, logrando o primeiro obter, do segundo, o pronto atendimento a suas solicitações de aprovação para projetos, que contaram, em inúmeros casos, com valiosa contribuição dos Senhores Congressistas. Tal relacionamento, altamente salutar, parece-me fundamento indispensável a qualquer avanço efetivo que se deseje concretizar no sentido do desenvolvimento político nacional que todos sinceramente almejamos.

Cabe destacar ainda três importantes realizações no campo político-administrativo:

— a lei que dispõe sobre o aumento gradual da renda dos Estados e Municípios, com recursos do Fundo de Participação;

— a que estende a remuneração proporcional a todos os vereadores;

— a implantação efetiva do novo Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, é mister mencionar algumas das realizações da diplomacia brasileira em 1975, dentro da política de *pragmatismo responsável* que vem caracterizando a ação do Governo no setor.

O acordo para o desenvolvimento da energia nuclear, assinado com a Alemanha, foi sem dúvida, no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa, de nossa ação diplomática. Marcou, para a economia brasileira, o limiar de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões descabidas.

A viagem presidencial a Assunção foi de grande significado para as nossas relações com a valorosa nação guarani, a que nos ligam laços da mais sincera amizade. O tratado que assinamos naquela capital marca nova etapa no relacionamento de nosso país com a República do Paraguai — tal como os anteriormente firmados em Cochabamba com a Bolívia, em Rivera com o Uruguai. A amplitude desses tratados representa algo de inédito na política internacional do Brasil em relação a seus vizinhos do hemisfério.

1975 foi também fecundo no estreitamento dos laços de amizade com as nações africanas. Êxito especial deve ser creditado à política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no con-

texto da qual, fiel aos princípios de não-intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal.

Brasileiros.

O ano de 1976 exigirá de todos nós uma atitude construtiva, de realismo positivo.

Nem o otimismo exagerado e fantasioso, distanciado da realidade da vida social, nem o negativismo artificial, inimigo da criatividade e gerador do imobilismo abúlico, podem servir à obra generosa da construção perseverante, pelo trabalho e pela dedicação, da grande Pátria de amanhã.

É no enfrentar os grandes desafios que um povo se retempera, galvanizando energias e mobilizando o calor das emoções e a tenacidade das vontades.

Não temos agora, pela frente, um grande desafio. 1976 oferecer-nos-á dificuldades a vencer, todas muito aquém, sem dúvida, de nossas possibilidades de resistência e flexibilidade imaginativa e criadora.

Mas através da superação de desafios menores é que os nervos se disciplinam, a vontade se enrijece, a alma se eleva, à altura, todos, dos desafios maiores que o futuro não deixará de oferecer a uma Nação em acelerada marcha ascendente para posição de relevo na comunidade mundial.

E para isso devemos estar preparados.

Eis a mensagem, plena de confiança e de fé no futuro, nem incerto nem sombrio, que senti de meu dever dirigir-vos ao desejar, a todas as famílias brasileiras, um Ano Novo de plenos êxitos e felicidades muitas.

Boa noite.

ÍNDICE

1 — Improviso em Caxias do Sul, após almoço oferecido na Festa da Uva, 14 de fevereiro de 1975 5

2 — Discurso no Palácio do Planalto aos senhores governadores eleitos, 20 de fevereiro de 1975 7

3 — Introdução da Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa de 1975, 1º de março de 1975 13

4 — Saudação ao Presidente Alfredo Stroessner, durante a XXXVII Exposição Agropecuária e Industrial, em Campo Grande, MT, 9 de março de 1975 47

5 — Improviso respondendo à saudação do Ministro Armando Falcão, no Palácio do Planalto, por ocasião do primeiro aniversário do Governo Geisel, 14 de março de 1975 51

6 — Improviso durante o lançamento do projeto de Programa Partidário da ARENA, no Congresso Nacional, em Brasília 31 de março de 1975 53

7 — Na instalação do XI Congresso dos Industriais Latino-Americanos, Hotel Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 5 de maio de 1975 55

8 — Mensagem aos ex-Combatentes, no 30º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, 8 de maio de 1975 61

9 — Discurso proferido no Palácio do Planalto, em Brasília, por ocasião do lançamento do «Programa de Pastagens», 19 de maio de 1975 65

10 — Improviso no Palácio do Planalto, durante audiência aos Formandos de Economia da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 23 de maio de 1975 81

11 — Improviso durante audiência concedida aos participantes do VIII Encontro dos Secretários de Educação, Palácio do Planalto, Brasília, 27 de maio de 1975 83

12 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da cerimônia de condecoração do Presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, 4 de junho de 1975 87

13 — Saudação ao Presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, após o jantar no Palácio do Itamaraty, em Brasília, 4 de junho de 1975 89

14 — Discurso no Palácio do Planalto, após a assinatura da Declaração Conjunta com o Presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, 5 de junho de 1975 93

15 — Discurso no jantar oferecido pelo Presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu, no Hotel Nacional, Brasília, 5 de junho de 1975 97

16 — No Palácio do Planalto, por ocasião da assinatura, para remessa ao Congresso Nacional, dos projetos de Código Civil e de Código de Processo Penal, da Lei de Contravenções Penais e da Lei que modifica o Código Penal .. 99

17 — Visita à República Oriental do Uruguai. Discurso pronunciado em Rivera, saudando o Presidente Juan Maria Bordaberry, 12 de junho de 1975 101

18 — Visita à República Oriental do Uruguai. Discurso em Rivera, na solenidade de condecoração do Presidente Juan Maria Bordaberry com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, 12 de junho de 1975 103

19 — Visita à República Oriental do Uruguai. Discurso por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente do Uruguai, Juan Maria Bordaberry, em Rivera, 12 de junho de 1975 105

20 — Visita à República Oriental do Uruguai. Discurso proferido em Rivera, por ocasião da assinatura do «Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio», 12 de junho de 1975 .. 107

21 — Improviso no Palácio do Planalto, no lançamento de novas medidas referentes ao PIS/PASEP, 17 de junho de 1975 .. 113

22 — Discurso no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, por ocasião da assinatura de contratos de financiamentos para obras daquele Estado, 9 de julho de 1975 117

23 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da sanção da Lei que cria a PORTOBRÁS, 10 de julho de 1975 123

24 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da assinatura da Lei que cria a Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL, 14 de julho de 1975 127

25 — Mensagem ao povo do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da Promulgação da Constituição Estadual, 23 de julho de 1975 131

26 — Pronunciamento, pela televisão, sobre medidas tomadas para minorar os efeitos de geadas e enchentes, 23 de julho de 1975 135

27 — Pronunciamento, pela televisão, com informações atualizadas sobre a Ação Governamental, 1º de agosto de 1975 139

28 — Discurso no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião da abertura da V Conferência Nacional de Saúde, 5 de agosto de 1975 157

29 — Por ocasião do 10º Aniversário da EMBRATEL, inaugurando a segunda antena da estação de Tanguá, em Itaboraí, RJ, 16 de setembro de 1975 163

30 — Encerramento da VI Convenção Nacional da ARENA, no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, 21 de setembro de 1975 171

31 — Improviso na SUDENE, em Recife, encerrando os debates sobre o Plano para o controle das enchentes, 27 de setembro de 1975 181

32 — Abertura do VII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, Hotel Nacional, Brasília, 3 de outubro de 1975 185

33 — Pronunciamento, pela televisão, sobre a situação econômica, 9 de outubro de 1975 191

34 — Abertura do Simpósio sobre Política Urbana, da *Fundação Milton Campos*, no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, 26 de novembro de 1975 193

35 — Abertura do I Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, em São Paulo, SP, 27 de novembro de 1975 269

36 — Sesquicentenário do nascimento de Dom Pedro II. Improviso durante visita ao Museu Imperial. Petrópolis, RJ, 2 de dezembro de 1975 273

37 — Visita à República do Paraguai. Discurso na chegada a Assunção, 3 de dezembro de 1975 275

38 — Visita à República do Paraguai. Recebimento das chaves simbólicas da Cidade de Assunção, 3 de dezembro de 1975 277

39 — Viagem à República do Paraguai. Recebimento do Grande Colar do Marechal Francisco Solano Lopez, da Ordem Nacional do Mérito. Palácio de Lopez, Assunção, 3 de dezembro de 1975 279

40 — Visita à República do Paraguai. Discurso por ocasião da Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, 4 de dezembro de 1975 281

41 — Visita à República do Paraguai. Improviso por ocasião da entrega do «Livro de Ouro», na Embaixada do Brasil em Assunção, 4 de dezembro de 1975 289

42 — Pronunciamento, pela televisão, sobre Novas Normas do Banco Nacional de Habitação, 5 de dezembro de 1975 .. 291

43 — Mensagem aos Trabalhadores gaúchos, através do Departamento Trabalhista da ARENA do Rio Grande do Sul, 19 de dezembro de 1975 ..... 297 e 298

44 — Agradecendo aos Oficiais Generais das Forças Armadas os cumprimentos de fim de ano, durante almoço no Ministério do Exército, em Brasília, 22 de dezembro de 1975 .. 299

45 — Saudação de fim de ano ao povo brasileiro, pela televisão, 30 de dezembro de 1975 303

COMPOSTO E IMPRESSO
NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
EM FEVEREIRO DE 1976
BRASÍLIA